

Seminário Nacional de Educação, Cultura e Formação de Professores (EduForP)

Periodicidade Anual – ISSN 2763-9185

V.1 – 2020

ANAIS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO/PREFÁCIO

- 1. IDENTIDADES: INDICAÇÕES A PARTIR DA “NÃO-IDENTIDADE” OU
*LA NON-IDENTITÉ COMME LE TELOS DE L’IDENTIFICATIO***
- 2. . ALGUNS RELATOS SOBRE A PALESTRA “DIREITO DA CULTURA:
GLOBALIZAÇÃO E AFETIVIDADE” DA PROFA. DRA. ANA MORA**
- 3. ESTUDOS CULTURAIS: O SER “NEGRO” REVISITADO NO
PENSAMENTO DE ACHILE MBEMBE**
- 4. DEBATE SOBRE IDENTIDADES NEGRAS EM MOVIMENTO**
- 5. SOBRE O PROCESSO FORMATIVO DOCENTE: DIMENSÃO CULTURAL
DO PLANEJAMENTO**
- 6. MIMESIS E IDENTIDADE POLÍTICA. UMA PROBLEMATIZAÇÃO
ADORNIANA DA DEMOCRACIA**
- 7. FORMAÇÃO E IDENTIDADE PROFISSIONAL: RELATOS**
- 8. UMA CONVERSA SOBRE IDENTIDADE E AUTOESTIMA COM MARIA DE
LOURDES TEODORO**

APRESENTAÇÃO/PREFÁCIO

O outro não é mais do que a semelhança e a diferença reunidas, assim como nós, vistos ou invisibilizados por ele (TEODORO, 2020, s/p).

As discussões sobre pautas identitárias vem crescendo recentemente, englobando diferentes posicionamentos e entendimentos sobre identidades, identificação, idêntico, não-idêntico, singular, fruto de uma demanda que se torna cada vez mais imprescindível. Não são raros episódios como a morte de George Floyd, negro assassinado pela brutalidade policial no dia 25 de maio de 2020, em Minneapolis, EUA. Na verdade, não precisamos ir tão longe, cá do Brasil, vemos com os nossos próprios olhos a avalanche de notícias que acontecem como que automatizadas em nosso país, para citar um dentre tantos exemplos, a morte de João Pedro durante uma operação conjunta da polícia federal e civil no complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Rio de Janeiro, enquanto fazia isolamento social em sua casa, apenas sete dias antes da morte de George Floyd.

Essas práticas e tantas outras, comuns nas sociedades do capitalismo contemporâneo, mostram que é urgente refletirmos e agirmos perante violências impostas contra grupos marginalizados, que historicamente, além de terem suas falas silenciadas, repetem “NÃO CONSIGO RESPIRAR”¹. Como salientou Teodoro (2020), sempre que uma criança, um jovem negro, uma pessoa afro-brasileira é agredida, assassinada pela polícia, toda a população afro-brasileira se sente atingida, violentada, agredida em seus direitos. Sempre que um povo indígena é ameaçado, desalojado, expropriado, sua identidade étnica, grupal, comunitária é atingida. Mas, será que deveria atingir somente os grupos citados ou a todos nós, humanos? Quando o “eles” passam a ser compreendidos por outra lógica, não antagônico a mim, porque também sou diferente do outro e quando identificamos (pensamos) a favor de um rompimento com uma síndrome narcísica que nos administra, seria possível recuperar o “elemento mais

¹ A frase "não consigo respirar", foi repetida por Eric Garner em 2014 antes de morrer, em Nova York e tornou-se um grito de guerra para ativistas que protestam contra brutalidade policial contra negros. A mesma frase foi dita repetida vezes por George Floyd antes de ser colocado em uma maca e transferido para uma ambulância.

precioso da ordem verdadeiramente democrática, ameaçado pelo monólogo da homogeneização: o diálogo”? (MIRANDA, 2020).

São com estas premissas iniciais e imbuídas de angústias² que, como professora na Educação Básica brasileira, mulher, branca e mãe, me impulsionam a debruçar-me sobre os estudos de identidades e formação cultural, o que me levou a participar do Seminário Estudos Culturais on-line, com foco na discussão sobre formação, identidades e racismos. Esse seminário, organizado pelo professor Christian Muleka Mwewa (coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas), ocorrido entre os dias 10 e 31 de julho de 2020, fez surgir esse *dossier* por nós organizado composto de textos sobre as aulas/palestras. Os textos são resultados das escrituras cruzadas em co-autorias entre discentes/participantes e os/as docentes/palestrantes.

A identidade ou as identidades, muito brevemente, requer um grupo de pessoas unidas por algum sentido de pertencimento recíproco, motivado pela sua percepção de que todos estão identificados dentre si por aspectos da sua própria persona social em relação com *O outro*. Um recorte comum geralmente é feito, por meio do qual são separados, e mesmo *antagonizados*, de um lado, o *nós* de dentro de um círculo, e de outro, *eles*, os de fora. Com o objetivo de propor uma discussão sobre a categoria identidade, sua composição, suas transversalidades, ambiguidades e as relações para com o próprio grupo e conseqüentemente para com o outro, o qual pode ser denominado de *não-idêntico* ou aquele que representa uma “ameaça frente ao reino do particular, do idêntico” (MWEWA, 2020) é que esta obra vem contribuir para a reflexão sobre a formação de identidades e dos racismos.

Pensar identidades, inicialmente, pode remeter a palavras como aproximação, distanciamento, grupos de referências, comunidades baseadas em etnias, “raça”, cor, gênero, sexualidades, territorialidade, posicionamentos políticos - ou apolíticos e pós-políticos, como veremos no texto de Rogger Miranda - , saberes culturais e políticos relacionados à composição de democracias que, muitas vezes, ao pretenderem uma iconização (MIRANDA, 2020) ou idealização, se justificam como uma categoria

² Agradecimento aos alunos do Ensino Médio do Colégio Pedro II/RJ por me fomentarem a urgência de novos estudos sobre gênero e racismos, me fazendo entender que *ser professora* não está dado, muito menos acabado e os conhecimentos adquiridos durante nossas formações são sempre insuficientes. Também agradeço à Alessandra Galve Gerez, pelo constante diálogo sobre a vida e os temas que nos mobilizam cotidianamente, alguns deles dentre tantos: política, racismo, democracia, identidades, gênero.

superior, como se auto explicasse em prol de “um bem maior” e pudesse adquirir uma representatividade democrática de uma suposta maioria que se autolegitima como universal, ainda que territorial ou não.

Nessa mesma direção Achille Mbembe (2020), um dos poucos teóricos que consegue pensar o contexto mundial contemporâneo a partir da provincialização colonizadora da Europa, sinaliza e rememora que por muito tempo, a política de vida foi definida como um projeto de autonomia e coletividade mediante comunicação e reconhecimento. Esse paradigma, aceito pelo projeto de modernidade, também privilegiou teorias normativas da democracia e o exercício da razão como verdade do sujeito idealizado (fruto da ideia) pelo iluminismo. Esse ideal justificava-se pela luta de um povo composto por homens *livres e iguais* que aniquilaram *O outro*, o *eles* ou aquele que não se enquadrasse. Desse procedimento compuseram *O nós* gerando o *não-idêntico*. A *não-identificação* sugere outra configuração do social, com o qual Mwewa opera, dialeticamente, em seu texto de abertura:

O não-idêntico, aquilo que não é tematizado, revela-se como possibilidade de mudança, desta forma, deixar-se afetar pelo não-idêntico, ou então experienciar o não-idêntico, já que ele revela-se enquanto permissão da tematização do diferente, é resistir ao princípio da identidade (...).

Em outras palavras, tal ideia de política, de sujeito, de comunidade, de *identidade*³, pode tecer “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material dos corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2020, p. 10). Destarte, a aceitação da existência de uma própria identidade política, como veremos com Rogger Miranda, herdada por um discurso filosófico da modernidade, como discute Mbembe, pode nos levar à crença de uma unidade em que tudo e todos devem ser reduzidos. Os *restos*, os *desvios*, ou seja, aqueles que resistem à redução, são considerados não sujeitos, excluídos, muitas vezes de uma centralidade objetivada, utilizando-se da tirania dos idênticos (coletivos) para com os não-idênticos (desviantes

³ Na obra *Necropolítica*, Mbembe não faz uma referência estreita ao termo identidade, porém, faz a crítica de uma concepção moderna de soberania que, ligado à crença utópica no poder irrestrito da razão humana, colocou o outro ou a existência deste outro como uma ameaça ou perigo absoluto à vida do *nós*, resultando por exemplo, no terror do nazismo, totalitarismo e campos de extermínio. Afirma ainda Mbembe (2020, p. 24): “o terror não está ligado exclusivamente à utópica crença no poder irrestrito da razão humana. Também está claramente relacionado a várias narrativas de dominação e emancipação, sustentadas majoritariamente por concepções iluministas sobre a verdade e o erro, o real e o simbólico”. Pode-se dizer assim que buscava-se erradicar a pluralidade da condição humana.

múltiplos). Segundo Gambarotta (2020) interpretado por Miranda (2020) “essa é a dimensão potencialmente **totalitária**⁴ que está contida como germe tanto na prática política quanto na **interrogação teórica que se baseia na identidade**”.

Reflexões como estas nos ajudam a pensar sobre algumas pautas identitárias, muito legítimas, que, na tentativa de recontar uma história, a partir do olhar dos oprimidos, tornarem-se autoritárias em prol de uma reificação subjetiva subjugada a um coletivo que se faz relativo e hegemônico. Considerando o “lugar de fala”, a título de exemplo, termo cunhado por Djamila Ribeiro, é urgente que percebamos a necessidade de um desequilíbrio estrutural no poder discursivo, este que historicamente foi limitado para muitos e fez existir o “lugar de cala”, explícito durante séculos, como foi com negros durante a colonização europeia. Todavia, como a própria autora salienta, não é propor uma visão essencialista e encerrar um debate, um diálogo necessário, pois essa visão faz surgir por exemplo, o que hoje vivemos com relação aos “cancelamentos e linchamentos digitais”, que eliminam inclusive predicados que antes autorizavam as pessoas a falarem, como formação acadêmica, interesse cultural e empatia, importantes para um debate crítico. Se assim fosse, invalidaríamos por exemplo trabalhos de intelectuais como Foucault que, apesar de nunca ter vivido em uma prisão, ter escrito sobre as prisões em *Vigiar e Punir*, dando a palavra aos presos, falas até então não ouvidas, como pontuou Renato Janine Ribeiro (2020) a respeito do cancelamento de Lilia Schwarcz e das práticas autoritárias que os movimentos identitários podem legitimar ao confundirem lugar de fala com representatividade essencialista. Ainda de acordo com o autor, intelectuais como Foucault, Deleuze, Rancière e muitos outros, não deixaram de falar das formas de opressão, mesmo não tendo sido as piores vítimas do sistema. Ademais, nunca entenderam que dar palavra aos desprovidos dela significava uma obrigação de, eles próprios, se calarem. Como afirmou Alexandre Fernandez Vaz, na abertura do seminário dia 10 de julho, a respeito da importância de se considerar o lugar de fala, mas de não absolutizá-lo, ontologizá-lo, pois absolutizar remete à fixação de uma identidade; fixidez que pode gerar violência pois não se considera a democracia.

Ainda que saibamos da importância de um desequilíbrio estrutural no poder discursivo hegemônico e na urgência em se questionar privilégios, considerando o movimento identitários, é necessário perceber os riscos de, em nome da autoridade do

⁴ Grifos nossos.

lugar de fala, se construir um *pathos* que gera uma razão única, capaz de excepcionar as experiências limitadas a um campo; um *pathos*, que sozinho, não gera conhecimento – nem mesmo leva à superação dele pois, ao invés de pluralizar o conhecimento, cria monopólios sobre ele e “corre-se o risco de nunca se sair do *pathos*, porque ele se torna vantajoso” (RIBEIRO, 2020).

Por ora, com os textos que seguem, há um esforço em não contrapor ou anular a identidade e os grupos identitários, mas entender como as identidades se compõem no pluralismo, em diálogo, que são e podem ser transitórias. Ao final de todos, Emiliano Gambarotta encerra esta coletânea com um posfácio.

O primeiro texto de Christian M. Mwewa, intitulado Identidades: indicações a partir da “não-identidade” ou *la non-identité comme le telos de l’identification*, apresenta um olhar dialético por meio da categoria de não-identidade ou não-idêntico, paradoxalmente para apresentar o tema da identidade. Com Adorno, Mwewa coloca que num “estado falso” implementado pelo mundo administrado, a possibilidade de apreensão do sujeito com o objeto se torna utópico, o que representa a manutenção da tensão da identidade como o estado falso. Esta compreensão nos coloca uma problemática, qual seja, o afastamento da não-identidade (o não-idêntico aos moldes dos exemplares funcionais que compõem o estado falso, ou ao mundo administrado que o concebe) para uma apreensão sensível do objeto.

É então, a partir da consciência consequente da não-identidade, como bem coloca o autor, a possibilidade do singular (o não-idêntico) se impor frente à funcionalização dos exemplares e diferenciar-se diante de um contexto que por excelência, prima por uma identificação *corriqueira*. Assim, a negação da identificação e sua subsequente destruição, se mostra como potencialidade do singular em não se reduzir ao “dado” do contexto vivido, o que só é possível a partir de uma crítica imanente ao todo contexto.

O segundo texto apresentado nesta coletânea, intitulado “Alguns relatos sobre a palestra ‘Direito da cultura: globalização e afetividade’” traz a apresentação de Ana Sabrina Mora, organizado em conjunto com Gabrielle Araújo (2020). Neste, as autoras trazem elementos para entendermos o processo de construção identitárias de culturas marginalizadas latino-americanas, com foco no hip-hop. No processo de construção identitária, é importante salientar que não se faz de modo homogêneo, como expõe as

autoras, pois existem intersecções que constituem as fronteiras as quais se tornam presentes entre os grupos e mesmo dentro dos grupos, nos fazendo entender que apesar de termos uma sensação de pertencimento a um determinado grupo identitário, há distintos elementos e distintas formas de construir identidades que impedem uma homogeneidade.

No terceiro dia do seminário, o texto apresentado por Alex Sander da Silva é a introdução do livro *Crítica da Razão Pura*, de Achille Mbembe, que possui como título “O devir-negro do mundo”. Sobre este encontro virtual, Vanessa Serra e Edi Souza, em conjunto com o autor, organizaram um texto em que trazem elementos importantes para entendermos o ser negro contemporâneo. Mbembe (2014, p. 9) nos lembra que: “o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho”, lógica esta que, em colaboração com outros elementos, colocou a condição do negro em sujeito descartável – o *outro* e originou inúmeras catástrofes. Os autores do texto mostram que, a partir do diagnóstico de Mbembe sobre a Europa não ser mais o centro do mundo, é possível novos olhares para o continente africano, abrindo-se novas possibilidades para pensar e recontar a história da humanidade. Esse olhar traz o que Mbembe chama de “devir negro do mundo”, sendo uma espécie de “nascido de um personagem necessário para esse sistema” conforme apontam os autores. Sistema este que coloca toda a humanidade, pessoas negras e não negras na condição de subalternos e transformados em “coisas animadas, em dados digitais e em códigos” (MBEMBE, 2014, p. 18).

O quarto encontro contou com a participação de Renata de Lima Silva e José Luiz Falcão, e resultou no texto escrito a seis mãos, incluindo Sandra Regina Nóia Mina, denominado “Debate sobre identidades negras em movimento”. Neste, os autores nos apresentam questionamentos que nos fazem pensar no conceito de identidade e a rigidez muitas vezes aplicada ao conceito, de maneira a não ocultar sua importância, pois *ninguém escapa das identidades*. Identidades estas que não são menos conflituosas, mas ambivalentes, temporárias, situacional, relacional e muitas vezes instáveis. Em diálogo com Stuart Hall, Denys Cuche e Avtar Brah, os autores nos mostram que é preferível dialogar a partir das identificações, mais do que identidade, pois esta pode

trazer a ideia de aprisionamento e estática, o que não acontece nas múltiplas negociações que envolvem os sujeitos na sua autoidentidade e exoidentidade, incluindo as diferenças na própria constituição das identidades e o relacionar-se com o outro. Afirmam Silva e Falcão (2015, p. 103):

O conjunto de características que definem a identidade de um grupo social é inseparável daquelas características que o fazem diferente dos outros grupos. Portanto, aquilo que um grupo efetivamente é está irremediavelmente vinculado àquilo que ele não é. Ou seja, identidade e diferença são processos inseparáveis.

Com relação ao quinto encontro, um ensaio foi construído, denominado O processo formativo do docente sobre os saberes culturais, de autoria de Nicolí dos Santos Araújo e Renata Marques Rodrigues. Neste ensaio, é destacada a formação cultural, enquanto ampliação de referências culturais, como um elemento chave para o processo de planejamento e ação docente. As autoras, a partir de Hannah Arendt, pontuam que o processo educativo é como um segundo nascimento para a criança na escola, sendo o primeiro, o biológico; e a escola espaço público de encontros e confrontos de conhecimentos e processos formativos. Conforme as autoras, cabe ao professor, enquanto representante do mundo público, apresentar este à criança, e tensionar a relação entre conhecimento, poder e cultura, desconstruindo modelos homogêneos que consolidam conhecimentos universais e legitimam outros saberes como não-conhecimento. Talvez, é chegada a hora de questionarmos qual o mundo comum público hoje encontramos, qual nossa participação neste e qual desejamos.

O fio que une a reflexão proposta no ensaio se destaca pela valorização da cultura etno-centrada, em contraposição à toda forma de racismo, de preconceito, estes que muitas vezes, nas escolas, aparecem restritos às datas comemorativas, tais como o dia da consciência negra. Como reforçam as autoras, é preciso a contagem de novas histórias, de um processo formativo que não diminua outros saberes, que historicamente, foram subalternizados.

O sexto texto, de Rogger Diego Miranda, apresenta uma discussão sobre identidade política e democracia, trazendo questionamentos e pontuando que, historicamente, muitas barbáries ocorreram com povos que foram negligenciados, ainda que em modelos “ditos” como democráticos, demonstrando que mesmo uma identidade política pode indagar o sentido amplo de democracia. A democracia liberal, a exemplo

dado pelo autor, não oferece aberturas a um diálogo que inclua a pluralidade como possibilidade construtiva de ordem democrática.

A partir das reflexões teóricas de Gambarotta (2020), o autor argumenta em prol do abandono de uma identidade política estanque, com vistas a encontrar um sentido que aposta na democracia, capaz de não cancelar o pluralismo existente nos “diferentes” e de reconhecer a legitimidade destes. Algumas perspectivas consensualistas tendem a apostar na conciliação das diferenças, em prol do pluralismo, mas diluem e ocultam as particularidades. Gambarotta (2020) traz a noção de mimeses política como possibilidade de tensionar a semelhança que dá base à diferença, a qual Roger explica com eficiência.

El punto clave de dicho pluralismo es, por supuesto, la posibilidad de acoger la otredad en su diferencia, cuyo reverso y complemento es el movimiento por el cual se percibe a la mismidad de mi punto de vista como el diferente del diferente, semejante a éste en su diferencia. Pues sin dicha semejanza no sería efectivamente un diferente, y eso es lo que se pierde en la relación entre el punto de vista correcto y el incorrecto (p.)

O penúltimo texto, escrito por Bárbara Fagundes Lima e Celso André de Lima Júnior, com colaboração de Mariana Saez, apresenta uma pesquisa desta última pesquisadora, que buscou descrever o sentido do que é ser um artista independente na dança contemporânea, música popular e teatro, considerando a formação da identidade profissional desses sujeitos. Os sentidos pontuados pelos autores sobre a “produção independente” nas práticas artísticas pesquisadas convergem para uma preocupação com a exploração da hegemonia e experimentação própria e criativa, tensionando os limites disciplinares que marginalizam outros sentidos e outras formas de ser artista. A independência pode significar expressão autônoma e liberdade de expressão associada a uma tática contra hegemônica, conforme os autores sinalizam.

Por fim, para fechar esta coletânea e nos fazendo pensar sobre os processos de identificação e a importância do reconhecer e ser reconhecido, Lúcia Lacerda dos Anjos em seu texto denominado “Uma conversa sobre identidade e autoestima com Maria de Lourdes Teodoro” traz considerações sobre identidade, sentimentos de pertença, reconhecimento, representatividade e vínculo afetivo com o grupo que se “identifica”. Neste, as autoras ajudam a pensar que a identificação nunca deixa de ser conflitante e é a base das múltiplas identidades culturais as quais buscamos e nos identificamos. É

Seminário Nacional de Educação, Cultura e Formação de Professores (EduForP)

Periodicidade Anual – ISSN 2763-9185

V.1 – 2020

portanto dinâmica, impermanente e mobiliza diferentes aspectos, tais como: de gênero, territoriais, políticos, raciais, psicológicos. Estão aí para serem confrontados, assimilados, diferenciados, reconhecidos, mas não ocultados, marginalizados e não é à toa que Teodoro (2020, s/p) afirma: “o que funda a identidade dá consistência à alteridade. Identidade e alteridade são indissociáveis”.

Após os textos, leitores encontrarão um posfácio de Emiliano Gambarotta, dialogando com texto de Rogger Miranda, o qual produziu um texto próprio, já apresentado aqui, com o *post scriptum* de Emiliano. Que a leitura de todos os textos aqui mostre a possibilidade de novas reflexões, mais plurais e menos antagônicas, essencialistas e autoritárias.

Referências:

GAMBAROTTA, Emiliano. Mimesis e Identidade Política. Uma problematização Adorniana da democracia. **Kriterion**, vol.61, nº.146, Belo Horizonte, mai/ago. 2020.

MBEMBE, Achille. O devir-negro do mundo. In: M. A. Crítica da razão negra. Tradução de Marta Lança. **Antígoda**, 1ª edição, Lisboa/Portugal, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1edicoes.org, 6ª reimpressão, São Paulo, 2020.

RIBEIRO, Renato Janine. Disponível em: <http://perifocus.blogspot.com/2020/08/renato-jaime-ribeiro.html>. Acesso em: 31 de agosto de 2020.

SILVA, Renata de Lima; FALCÃO, José Luiz Cirqueira. Identidades negras em movimento: entre passagens e encruzilhadas. **Repertório**, Salvador, nº 24, p.98-113, 2015.

TEODORO, Maria de Lourdes Teodoro. Identidade e Autoestima. Disponível em: <https://brasiliarios.com/artigos/1444-identidade-e-autoestima>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

Angélica Caetano

Rio de Janeiro-Brasil, 08 de novembro de 2020.

**1. IDENTIDADES: INDICAÇÕES A PARTIR DA “NÃO-IDENTIDADE” OU LA
NON-IDENTITÉ COMME LE TELOS DE L’IDENTIFICATIO.**

Prof. Dr. Christian M. Mwewa¹

Apoiamo-nos de forma periférica no tema geral da *Dialética Negativa* por meio da categoria de *não-identidade* paradoxalmente para apresentar o tema da identidade. Essa categoria pode inspirar, por exemplo, pensar numa das personagens de Guimarães Rosa, Diadorim, no romance Grande Sertão: veredas, como um sujeito *singular* no “sistema jagunço” (cf. Willi Bolle (2004)).

Dentre alguns comentadores do projeto da *Dialética Negativa*, como por exemplo, Christophe David (2006), Rolf Tiedemann (2006), Hans-Günter Holl (2007) e Marcos Nobre (1998), há um consenso quanto à temática central desta obra de Th. W. Adorno. Para eles, Adorno, por meio das obras de Kant e Hegel, coloca o problema da possibilidade de existência da metafísica tal como a formulou Aristóteles. Ou melhor, pergunta-se qual é a atualidade da metafísica, uma vez que Kant, Hegel e Marx se dedicaram, de certa forma, a mostrar seus limites. Em uma palavra, “la métaphysique est-elle toujours possible après Auschwitz?”, interroga-se, retomando a pergunta adorniana, David (2006). Vejamos um dos limites que Adorno aponta em Kant:

Cependant l'absolu, tel que la métaphysique se le représente, serait le non-identique qui ne surgirait qu'après la disparition de la contrainte de identité. (...) Il appartient à la détermination d'une dialectique négative de ne pas se reposer en elle-même comme si elle était totale; c'est là sa figure d'espérance. (...) Certes Kant a pour sa part conçu, dans la détermination de la chose-en-soi comme essence intelligible, la transcendance comme non-identique, mais il l'a assimilée au sujet absolu et s'est donc encore incliné devant le principe d'identité. (ADORNO, 2007, p. 490).

¹Prof. Christian Muleka Mwewa. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (com estágio doutoral na Université Paris 1 – Panthéon Sorbonne – Paris/França). Possui estágios pós-doutorais na Universidade Federal de Santa Catarina (2017) e na Universidade Federal de Santa Maria (2017-2018). Coordenador e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado/CPTL) e professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e doutorado/FAED) ambos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Segundo Marcos Nobre (1998, p. 165), “Adorno insistia em que Hegel havia acrescentado algo de ‘não-kantiano’ em sua crítica (...) [e] a filosofia kantiana é simultaneamente uma filosofia da identidade (...) e uma filosofia da ‘não-identidade’...”. A questão recém colocada sobre a possibilidade da metafísica é a questão sobre a qual Adorno vai se debruçar. Mas, dentre outras questões, Adorno também trata da

possibilidade de experiência do sujeito na sociedade regida sob o imperativo da “ontologia do estado falso [ou seja, ontologia da não-identidade]”, como afirma Nobre (1998).

Segundo esse autor, “não se trata apenas de constatar que a verdade não é realizável sob as condições sociais vigentes, tornando-se, portanto, utopia. Trata-se de constatar que a verdade é realizável e que não se realiza ao mesmo tempo”. Logo, “é certo que a práxis foi ‘adiada por tempo indeterminado’, mas, por outro lado, Adorno tem diante de si a ‘possibilidade concreta da utopia’, e é somente diante dessa possibilidade que a dialética se torna a ‘ontologia do estado falso’.” (NOBRE, 1998, p. 157-158). Nesse “estado falso”, implementado pelo mundo administrado, “para Adorno, a possibilidade concreta da utopia não é a realização da identidade de sujeito e objeto. ‘O estado falso’ é o ‘estado de identidade’, a ‘absorção do conceituado no conceito’.” (NOBRE, 1998, p. 158). Ou seja, traduzimos o objeto tal qual o concebemos intelectualmente, movimento do qual a problemática da não-identidade se afasta para uma apreensão sensível do objeto. Esse afastamento fomenta a possibilidade de manutenção da tensão da identidade com o estado falso e desigual. Em tempos de pandemia, a desigualdade objetiva encontra na subjetividade o *locus* privilegiado por meio da autocobrança.

Reafirma-se o caráter contingente do pensamento, ou seja, o fato de que o objeto nos convida a pensar sobre ele para a confirmação do movimento do pensar frente ao fato ou objeto. Adorno afirma que “la métaphysique est la forme de conscience dans laquelle on cherche à percevoir plus que ce qui arrive ou ce qui ne se contente pas d’arriver, car cela doit être pensé dans la mesure où ce qui arrive, comme on dit, nous invite à le faire.” (ADORNO, 2006 *apud* TIEDEMANN, p. 217).

Segundo Christophe David (2006, p. 7-8), na mesma trilha de Aristóteles frente

às Ideias platônicas, Adorno define a metafísica a partir de um duplo gesto: ela critica e salva. Em outras palavras, é o que se propõe Adorno ao criticar e salvar o nominalismo que “prouvant ainsi l’actualité de la métaphysique dans un contexte déterminé à la fois par la question de la fin de la philosophie et par les effets sur la culture de ce qu’il désigne métonymiquement du nom d’‘Auschwitz’.” (DAVID, 2006, p. 8). O autor afirma que, para Adorno, a possibilidade de Auschwitz foi determinada pela “decomposition interne” da metafísica, que se configura para este autor em “dernière instance” da História. A metafísica deveria nos encaminhar a *não-identificar-se* com o horror de Auschwitz e, no Brasil, com o horror da escravidão negra e indígena. Mas, a repetição de novelas de época reafirma o quão nos identificamos com o algoz uma vez que essas atingem audiências consideráveis.

Pode-se dizer, segundo David (2006, p. 9), que o nominalismo, cuja hegemonia Adorno critica, reflete a racionalidade que gerou Auschwitz. Esta mesma racionalidade está na origem do conceito de “não-identidade”. A “não-identidade”, segundo Nobre (1998), “é propriamente o *limite* do pensar, pensar que, segundo Adorno, quer dizer identificar. [Neste sentido] a dialética é ‘a consciência consequente da ‘não-identidade’”. (p. 166). Portanto, ao identificar (pensar) não nos identificamos com o horror.

O conceito de “não-identidade” refere-se também ao indivíduo singular que se diferencia daqueles que são transformados em exemplares e funcionalizados no mundo administrado. Em uma palavra, é aquele que não se identifica com mundo que o concebe. Assim, diz David (idem), em relação ao nominalismo criticado por Adorno, “en engendrant le ‘monde administré’, le nominalisme n’a pas aidé le singulier à s’imposer : il a même au contraire contribué à l’exclure”, portanto, “Auchwitz – continua o autor –, c’est, selon Adorno et Horkheimer, la réaction du ‘monde administré’ pour protéger le règne du particulier, de l’identique contre la menace que représentent le singulier, le ‘non-identique’”. Vejamos mais de perto esta passagem: pode-se dizer que o nominalismo de certa forma obscurece a possibilidade do singular que poderia se impor frente à funcionalização dos exemplares. Assim, Auchwitz se torna um choque (momento de ruptura) que veio socorrer o particular e o idêntico, que esperam pela sua continuidade dentro do mundo administrado. Vamos exemplificar esse

processo de maneira mais próxima. É importante lembrar de que os exemplos são aqui tomados como dispositivos didáticos e não quanto à factividade dos conceitos. O singular (o não-idêntico aos exemplares produzidos no mundo administrado, que é a transformação dos indivíduos em exemplares e sua funcionalização) representa uma ameaça frente ao reino do particular, do idêntico. É possível, por exemplo, pensar em Diadorim como aquela que representa o “não-idêntico”, o singular no sistema jagunço de Riobaldo, especificamente. Pode-se dizer que a batalha final, em que se deu a morte de Diadorim, simboliza, assim como outras barbáries (sendo o sertão uma metáfora social, é a morte de seres humanos que está em questão), a derrota da civilização jagunça? E a morte de Diadorim afirmaria a vitória do idêntico no sistema jagunço? Porém, não sucumbir, a exemplo de Diadorim, abre caminho para a crítica imanente dos mecanismos que nos dominam.

Nesse mundo, portanto, é preciso um sujeito que tenha força, “une force représente bien ...une conséquence philosophique qui s’en tient fermement et de façon critique à la possibilité de l’expérience sensible (...); Adorno la désigne comme le non-identique et marque ainsi [la] présupposition d’objectivité de la vérité.” (HOLL, 2007, p. 526). Somente pela “não-identidade”, na excelência do singular, é que se pode diferenciar-se diante de um contexto que prima pela identificação e dissolução de todos no mesmo espaço. Em outras palavras, “trata-se de considerar o singular sem reduzi-lo à ideia em que se dissolve e perde o que faz dele singular; mas também se trata de destruir o seu caráter de ‘dado’” – essa destruição se refere à possibilidade –, “de destruir a identificação corriqueira entre singularidade e imediatidade, de modo a restar espaço para a crítica do estado de coisas em que o singular se oferece primeiramente.” (NOBRE, 1998, p. 171). O próprio Adorno arremataria, sobre a questão da “não-identidade”, dizendo que “la régression de la conscience est le produit de son manque d’auto-réflexion. (...) De façon latente, la non-identité est le telos de l’identification, ce qu’il faut sauver en elle; l’erreur du penser traditionnel est de considérer l’identité comme son but.” (2007, p. 184). É o mesmo erro em que recaem aqueles que tomam Diadorim como igual no sistema jagunço, por aparentar uma masculinidade externa. Aqui, insistimos que ela expressava, sim, uma outra feminilidade diante do mundo objetivo.

Assim, a possibilidade de “destruição” da identidade quando pensada de modo a reduzir o sujeito a um simples exemplar reside na crítica imanente, ou seja, na crítica da totalidade do contexto vivenciado. É importante entender a “imanência” como “a totalidade daquelas posições de identidade cujo princípio é reduzido a nada na crítica imanente.” (NOBRE, 1998, p. 173). De certa forma, trata-se de invalidar toda e qualquer crítica feita de fora. Ou melhor, “temos de pensar antes de mais nada que ‘dentro’ e que ‘fora’ estão sendo pressupostos e que implicações têm esses pressupostos para a análise.” (NOBRE, 1998, p. 174). Dificilmente essa crítica, quando feita somente de fora, respeitaria a coerência interna do objeto, a qual é essencial para que se configure de forma a possibilitar a si mesma. Ao mesmo tempo que se coloca uma necessidade de “destruição” da identidade pela crítica imanente, também é por meio dela que se deve vislumbrar a restituição do objeto. Os próprios elementos internos do objeto “recém destruído” pela crítica é que servem de base para a busca do encontro da sua verdade. Do contrário, a crítica em nada ajudaria e possibilitaria a reincidência dos limites apresentados pela *coisa*/objeto. A alternativa para que isso não ocorra é proceder de forma imanente, pois este procedimento, “por ser o mais essencialmente dialético [dialética significa intransigência contra toda e qualquer reificação, diz Adorno em *Crítica cultural e sociedade*], resiste contra isso”, isto é, contra os critérios dos administradores da cultura, por exemplo. Portanto, “uma crítica como esta não se limita ao reconhecimento geral da servidão do espírito objetivo, mas procura transformar esse reconhecimento em força de observação da própria coisa.” (ADORNO, 2001, p. 22-23). Mesmo que o resultado final seja a sua morte, isto é, a sua impertinência, pois a experiência não pode ser subtraída do processo da vida. Não é possível, no momento da morte, anular o vivido pela pessoa que acaba de morrer, pelo contrário ela é somente marcada por isso: a sua experiência enquanto “vivente”, como diria Mia Couto. Portanto, não-identificar-se significa lutar contra barbarie coletiva e qualquer nível de reificação subjetiva subjugada ao coletivo. Mas, ao mesmo tempo, esse processo tende a identificar (pensar) o não-identico como objeto de aniquilação coletiva. Uma vez que identificar-se como negro, por exemplo, me iguala àquele que deve morrer assim como George Floyd. Diante disso permaneço não idêntico.

2. ALGUNS RELATOS SOBRE A PALESTRA “DIREITO DA CULTURA: GLOBALIZAÇÃO E AFETIVIDADE” DA PROFA. DRA. ANA MORA

Gabrielle Mansur Araújo²

Durante a segunda quinzena de junho deste ano tivemos a disciplina de Estudos Culturais ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (UFMS/CPTL) ministrada pelo Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa, a qual foi dinamizada em forma de seminário com a presença de diversos autores e autoras nacionais e internacionais para trabalhar e ampliar os conceitos de construções identitárias.

Neste capítulo será retratado a palestra da Profa. Dra. Ana Sabrina Mora³ intitulada “Direito da cultura: globalização e afetividade”, gostaria de ressaltar que apesar da professora convidada compreender as falas em português essa palestra foi realizada em espanhol, e adiantar pedindo desculpas por qualquer erro de interpretação, tendo em vista que os capítulos desse e-book estão sendo escritos por mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e que por tanto faz parte do processo de construção do conhecimento estando em lapidação e aprimoramento.

Como conhecimento prévio dessa palestra, os alunos inscritos na disciplina de Estudos Culturais tiveram acesso à leitura do texto “Identity Mediations in Latin American Cinema and Beyond: Culture, Music and Transnational Discourses” o qual a professora Ana Sabrina Mora tem um capítulo intitulado “La redención como tópico em films sobre rap y break dance y su apropiación em Argentina: sentidos de uma prática e identidades culturales” em que aponta algumas provocações encontradas no seu campo de estudo na Argentina. É importante ressaltar que sua pesquisa engloba o estudo e análise de diversos aspectos das culturas marginalizadas latino-americanas na construção de identidades, com foco principal no hip-hop em seus diversos âmbitos (música, dança, cinema, artes visuais, etc).

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFMS/CPTL); gabrielle1araujo@gmail.com

³ Professora de Antropologia pela Universidade de La Plata, professora na Universidade de Buenos Aires onde ministra alguns cursos, pesquisadora do CONE7; está em campo na pesquisa apresentada desde 2015 onde trabalha culturas marginalizadas (hip-hop e danças)

Para iniciar sua fala na palestra, ressalta a importância de explicar de antemão a noção de identidades e suas construções, assunto importante para a Antropologia, apontando que é um conceito difuso que não se pode negligenciar nessa temática, questões como se formam grupos, como pessoas se mantem unidas, como se sentem pertencentes à um determinado contexto é importante para entender o funcionamento da sociedade. Essas produções de identidades são múltiplas, dinâmicas, dependente de situações contextuais e emocionais, entendendo também como processos de formações de grupos os quais nos inserimos estrategicamente e apropriamos a cultura, importante para compreender a atuação dos sujeitos na sociedade. Quando estamos trabalhando com construções identitárias estamos trabalhando também com suas intersecções (gênero, raça, classe), a partir delas compreendemos as fronteiras que temos entre nós, que se fazem presentes até mesmo dentro dos grupos, significando que apesar de termos uma sensação de pertencimento a determinado grupo/cultura, também temos nossas fronteiras subjetivas que nos tornam únicos e não-homogêneos, ou seja, há distintos elementos e distintas formas de construir as identidades.

Para nos emergir um pouco mais na cultura de hip-hop de La Plata, Ana apresentou o vídeo “OneShot#32 – Conciencia de Barrio – Yo rapeo”, uma música que carrega em sua letra as subjetividades e as justificativas que fazem com que o cantor faça parte dessa cultura. Ao adentrar ao texto, ela relata que ele faz parte de sua pesquisa em campo - como já citado anteriormente – ao qual por meio de suas vivencias com bailarinos e bailarinas jovens da periferia norte de La Plata analisa o processo de construção identitária. Como esse texto foi escrito para um evento que trabalhou sobre a globalização, Ana Mora retrata que a globalização termina sendo um forte fator de identificação para os jovens da cidade de La Plata que criam um forte vínculo afetivo com as práticas e culturas trazidas por esse fenômeno, resultando em um elemento da sua identidade. Quais são as condições que fazem possível um produto cultural de alcance global estar ligado a processos locais e seja apropriado pelos sujeitos por meio da identificação? Quais são os elementos que compõe ou induzem a essa identificação? Essas são perguntas que o texto e a palestra busca responder.

A fragmentação da identidade é abordada durante a palestra para que explicar os “diversos eus” que cada pessoa carrega, por tanto, somos plurais: mães, filhas, irmãs, sobrinhas, trabalhadoras e outras mais, todavia, ao exemplificar o vídeo, Ana ressalta

que vários fragmentos são instrumentais, enquanto a prática cultural é central. Como isso é possível? Quais são as condições de apego afetivo a uma prática artística? “Para pensar sobre isso precisamos pensar em alguns conceitos teóricos e estudar pequenos contextos que nos permite entender processos e fenômenos globais que tem um alcance muito maior, e dentro desses, os processos de construção cultural”, ressalta Ana Mora. Temos que levar em conta três questões que aparentam estar deslocadas, mas na verdade são interligadas, aparentemente à primeira vista os sujeitos parecem estar distantes geograficamente. Outra tensão tem a haver com a temporalidade, os antecedentes de determinada prática cultural que a realizavam de outra forma e que pode ser vista como algo a se recuperar, e a última tensão tem a haver com a produção de sentido sobre tudo isso. Há muito mais ponto de conexões entre essas tensões do que aparenta, elas atuam de forma conjunta para produzir as culturas de determinado local e tempo que geram sentidos para um determinado grupo.

As motivações e propósitos de práticas culturais são elementos que se localizam dentro da prática de mundialização da cultura que se englobam dentro da globalização, por tanto, se inseri um novo conceito “globalização da cultura”. Para Ana, o critério de autenticidade tem ligações com a localização, com a historicidade dos sujeitos que já produziam determinada cultura, ou seja, uma prática dentro de um contexto temporal e espacial. Nesse ponto de vista, a autenticidade se constrói por meio de uma genealogia local, uma tradição local que daria sustento a autenticidade da prática na atualidade, todavia, nas práticas mundializadas isso não ocorre, não se cria um sentido, os sujeitos não têm preocupação em enraizar-se. O bairro, a rua, a praça, a casa da esquina são plataformas da autenticidade.

O trabalho de imaginação é uma prática coletiva vinculada com o processo de migração, meios de comunicações e a internet que nos permite projetar algumas identificações, uma forma que disponibiliza nos imaginar no futuro, ver nosso lugar no mundo. Uma estratégia da cultura de formação de grupos que, sentem, imaginam, executam e projetam o mundo todos juntos, uma produção coletiva. Esse processo faz com que pessoas de diferentes lugares possam se identificar a partir de suas vivências com outros grupos, e se apropriar de fragmentos que constroem sua identidade. O apego afetivo à uma prática faz com que o sujeito passe de ouvinte à produtor, uma vez que está ligado intimamente à suas experiências e que o influencia a adentrar mais a fundo a

uma cultura. Ou seja, o trabalho da imaginação não é só sobre reflexão do mundo, mas também uma produção de apego afetivo a prática cultural, que tem relações entre pessoas e “coisas”. Não é apenas uma relação de amizade dos grupos, mas que também de afetividade com as “coisas”, a música por exemplo.

Esses são pequenos relatos de alguns conceitos abrangidos pela Profa. Dra. Ana Sabrina Mora durante sua fala sobre o texto, posteriormente, iniciou-se o debate e dúvidas entre todos presentes na palestra. O que é importante ressaltar, é que em cada palestra um mestrando ficou responsável por iniciar o debate colocando provocações e ressaltando alguns pontos do texto e/ou da fala dos autores, nessa ocasião, fiquei responsável por iniciar. Abordarei um pouco sobre minha fala agora: elogiei o texto e a pesquisa de modo geral da professora por abordar sujeitos subalternizados que realizam práticas culturais marginalizadas, com a experiência que tenho de outros estudos no campo da literatura e do cinema à luz da teoria crítica e do conceito da indústria cultural, reconheço o quão difícil é encontrar pesquisas sérias que retratem essa cultura como também parte da construção de identidades desses grupos e pessoas.

Em seguida, foram realizados blocos de três perguntas, a primeira foi a respeito dos demais âmbitos que o hip-hop atua e também sobre conceitos de construção de identidades, colocarei aqui em forma de forma breve tópicos das respostas mais relevantes para um esclarecimento mais profundo de assuntos que acercam essa temática

(1) A resistência cultural e o grafite fazem parte de uma mesma cultura: o movimento hip-hop. Quando visitam os espaços que esse movimento se faz presente, não veem as mesmas pessoas que atuam ali, nesse sentido, os grafites são práticas culturais individuais e tem um elemento distintivo que tem a haver com a apropriação da cidade e uma disputa da mesma, por tanto, nem sempre são uma forma de resistência mas como uma forma que rompe as fronteiras, que demonstrar um tipo de existência no mundo.

(2) A diferença entre identidade e identificação é que o termo identidade as vezes é visto como algo concreto, uma carga pesada que é imutável. Por tanto, o termo identificação se refere a algo menos “denso”, algo dinâmico, móvel, dependente de contextos e fragmentado. Identificação, autocompreensão, localização e outros são termos que apareceram nesse mesmo sentido. Isso não significa que a concepção de

identidade atualmente não se construa como algo fluído e dinâmico, apenas com esses novos conceitos fica mais fácil ressignificá-lo, tudo depende do aporte teórico estudado.

(3) O movimento cultural do hip-hop necessita conhecer sua parte negra, e produzir uma contra hegemonia que realizasse o reconhecimento de sua história africana, pois esse movimento nasce com a história da África, das lutas de resistência. Entretanto, existem diversas intersecções que adentram as pessoas adeptas dessas práticas culturais que também precisa ser conhecidas, gênero e classe por exemplo. As relações de classes latino-americanas são racializadas desde o colonialismo, é impossível pensar nessa relação sem retornar nos tempos coloniais de escravidão, particularmente na Argentina, a ideia de uma só nação construída pela mestiçagem, que não existe negros e por tanto não há racismo é muito forte. Essas ideias acabam se mesclando com discursos críticos para afirmar que não há relações desiguais, ou seja, um processo de branqueamento da população transvestido de mestiçagem. Sendo assim, o discurso de reconhecimento da história africana e da negritude não faz sentido para os jovens rappers argentinos, para eles racializar o indivíduo é um tipo de discriminação.

(4) A indústria cultural é sobre a cultura produzida PARA as massas, e não PELAS massas, a globalização apoia a atuação da indústria cultural na cultura para as massas pela apropriação de alguns elementos culturais e distribuição de modo genérico, por tanto, essa indústria se relaciona com os diversos tipos de culturas sendo uma consequência da globalização.

(5) As práticas culturais do movimento de hip-hop predominam a presença de homens, apesar de ter um pequeno crescimento da presença feminina, geralmente, as mulheres deste cenário precisam estar se reafirmando enquanto rapper. Todavia, elas são retratadas pelos rappers como uma propriedade, não pode se relacionar ou usar como elemento de rima a “mulher” de nenhum rapper, além disso a feminilidade é usada no discurso dentro das batalhas de rima com o intuito homofóbico, atingindo a masculinidade – tóxica – de seu adversário. Também existem mulheres rappers que realizam discursos de gênero e feministas explícitos e fortes durante as batalhas.

(6) O hip-hop tem diversos tipos de músicas: rap, trap, reggaeton e outras, por tanto, assim como todo movimento cultural é equivocado classifica-lo como sendo só uma “coisa” concreta que aborda sobre determinado aspecto social.

(7) O hip-hop tem ofertado aos jovens um lugar de pertencimento, onde podem se sentir acolhidos e compreendidos de seus problemas vivenciados, é um movimento que apesar de ter incentivo de entidades públicas também é simples, sem necessidades materiais e que abre espaço para todas as pessoas. Os rappers falam de política, sociedade, problemas estruturais, relacionamentos interpessoais, relações de poder e outras, não porque o hip-hop é um movimento político, mas sim porque os rappers são sujeitos históricos dentro da sociedade e encontram no hip-hop uma alternativa de expressar seus pensamentos e ideias.

É preciso abordar alguns pontos importantes, o rap se trata de um movimento local cujo um dos intuitos é se lançar como uma forma artística que expresse a provocações e problematizações de seus praticantes perante a sociedade, por tanto, se trata de uma cultura DE massas a qual também pode ser visto como movimento social, político e de resistência de seus praticantes numa tentativa de visibilizar as condições que vivem. Por tanto, a cultura do rap é tida como marginalizada porque é feita por indivíduos marginalizados e subalternos, todavia, de acordo com a concepção de indústria cultural, apesar de o rap ter essas características, é por meio da globalização que a indústria pode se apropriar e institucionalizar os discursos e as diversas expressões artísticas dos rappers, isso não desvalida o movimento, mas o enfraquece a partir do momento que causa uma perda de raízes.

Assim, pode-se fragmentar o rap: de um lado são feitas práticas mais leves e mercantilizadas para que viralize e globalize, geralmente, os rappers que atuam dessa forma tem mais visibilidades por não realizarem fortes críticas ao governo, a sociedade, ao sistema patriarcal e outros. E por outro lado, temos um rap “de mensagem”, que se preocupa em exprimir os anseios e as inquietudes de seus praticantes, e que por consequência tem menos palcos de atuação de forma global. Não nos cabe aqui classificar e/ou julgar qual melhor lado do movimento, mas é importante saber que assim como as demais formas de expressão artísticas, o rap também é fragmentado, heterogêneo e que, de certa forma, depende da validação da indústria cultura para se expandir.

Outro ponto que acho importante ressaltar, é que apesar de seu caráter social e de resistência, o rap ainda é um espaço misógino, preconceituoso e machista não só para

as mulheres como também para os homossexuais. Para atingir diretamente a masculinidade, a virilidade de um homem durante as batalhas de rima os adjetivas com características femininas, ou seja, além de entender a mulher como algo mais frágil, inferior e dependente, ressalta que um homem com traços femininos ou homossexuais está no mesmo patamar social de uma mulher. Isso é problemático não só pelos rappers entenderam que essas duas categorias estão inferiores a eles, mas também pela disseminação do preconceito por meio de um movimento que deveria ser aberto, diverso e multicultural, o que busco levantando esse apontamento não é discriminar os rappers, mas sim, provoca-lo para que reflitam sobre esse comportamento degradante, se eles são capazes de criticar o sistema capitalista, a violência policial, os problemas sociais dos âmbitos privados e públicos da sociedade, qual o esforço necessário para que entendam que a maneira sexista que se comportam também fomenta esses comportamentos que eles tanto criticam?

Não se pode esquecer que assim como qualquer outro movimento artístico e cultural, o rap está presente na sociedade, por tanto, é ingênuo pensar que está livre de comportamentos arcaicos e preconceituosos, se o rap faz parte da construção identitária de todos seus praticantes, é preciso então, não apenas concordar com tudo que se é praticado por se tratar de uma cultura subalternizada, mas problematizar e provocar reflexões acerca de resquícios do patriarcado, colonialismo e discriminação que ainda existem.

No Brasil o movimento do rap se tornou um grande aliado das lutas das comunidades marginalizadas, ou seja, das favelas. Diversos rappers encontraram por meio dessa arte uma forma de resistir e pedir mudanças de suas condições de vida, muitas pessoas podem achar esse movimento “feio”, “boca suja”, “sujo”, por se tratar de uma realidade que só vivenciada pela minoria da sociedade, realmente, falar sobre favela, violência policial, estupro, sistema penitenciário, racismo, discriminação, violência doméstica, tráfico de drogas, condições de subexistência, educação, trabalho escravo e ausência do Estado, não é algo glamuroso, mas é algo que precisa ser dito por aqueles que sofrem diretamente com essas violências. Sendo assim, muito mais que problematizar esse movimento, é preciso acolhê-lo.

Reforço ainda que, trabalhar sobre e com essas culturas subalternizadas é uma forma de trazer para a academia e para a comunidade como um todo, que essas culturas

existem e que elas são sim arte, em tempos em que só podemos ter acesso a cultura PARA massas, que a cultura legitimada se encontra restrita ao acesso universalizado, e que a globalização juntamente com a indústria cultural tenta fragmentar e despolitizar os movimentos artísticos, retratar e estudar culturas locais subalternizadas e de massa é um trabalho mais que necessário para a sociedade, é por meio do rap que essas comunidades tem voz para falar sobre o que acontece e pedir enfretamento a isso, dar visibilidade para essa arte se tratar de apoiar e estruturar os movimentos políticos das ditas minorias sociais.

Por tanto, finalizado esse breve relato de alguns momentos da palestra da Profa. Dra. Ana Mora esperando que possa ter passado uma noção da grande discussão que acerca a temática de construções identitárias e a cultura, de forma que as práticas culturais são elementos importantes para a nossa construção de identidades, que todos possamos nos perceber como pessoas fragmentadas, fluídas, em constante movimento e mudança.

Agradeço ao Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa pela oportunidade de explanar nossos conhecimentos, absorver nossas teorias e novas concepções de mundo. Agradeço a Ana Mora pela disponibilidade, carinho e acolhimento com todos nós do PPGE/CPTL.

3. ESTUDOS CULTURAIS: O SER “NEGRO” REVISITADO NO PENSAMENTO DE ACHILE MBEMBE.

Vanessa Aparecida Camperlingo Serra⁴

Edi Wilson Alves Vicente de Paula Souza⁵

Ao longo dos dias da semana (20, 21, 22, 23,24, 30 e 31) tivemos a presença de autoras e autores ilustres e brilhantes, com sua perspectiva e pesquisa, que puderam debater e explanar com os participantes sobre os estudos sobre identidades e formação cultural cujo objetivo seria estudar as questões da formação das identidades e dos racismos.

Por causa do contexto da pandemia, todas as palestras foram feitas de modo online, pelo Google Meet. Cada autor(a) fez o debate no dia já selecionado pela Equipe de Organização do SEMINÁRIO ESTUDOS CULTURAIS e realizado por vídeo chamada. No caso da discussão do pesquisador Alex Sander da Silva, contou com a participação de quarenta a cinquenta pessoas online; iniciando com a fala do professor convidado por mais ou menos 20 a 30 minutos, para depois abrirem as perguntas em blocos de 2 a 3 perguntas dos participantes, seguindo essa dinâmica até o final. As palestras foram gravadas, e todas(os) “assinaram” a lista de presença pelo chat online.

⁴ Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação UFMS/CPTL. Email: vanessa.serra@hotmail.com

⁵ Graduação em Direito pela Faculdades Integradas de Três Lagoas - AEMS/FITL. Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL). Pós-Graduando em Especialização do Ensino Profissional, Científico e Tecnológico pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS/CPTL). Email: ediwilsonalves@hotmail.com

Na discussão do dia 22 de Julho de 2020 iremos apresentar sobre a palestra do Dr. Alex Sander da Silva, com Doutorado em Educação; professor na UNESC (com estágio pós-doutoral na Unimep de Piracicaba); também é Editor-Chefe da Revista Criar Educação - PPGE/UNESC; coordenador de vários projetos com fomento da Fatesp, com projeto financiado pelo edital universal de CNPq; o professor também é coordenador do grupo de pesquisa GForP(Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação

de Professores) e membro do movimento negro e do NEABI, Grupos e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros catarinenses.

O pesquisador Alex Sander coordena vários projetos de interface com as questões étnicas e raciais, com a literatura, cinema e especialmente vinculado ao ensino fundamental. O tema da palestra de hoje tem como título o “O ser ‘negro’ revisitado no pensamento de Achille Mbembe”, que será comentado pela aluna Vanessa Serra, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e pelo aluno Edi Wilson, cursando Pedagogia, ambos do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Foi compartilhado, dias antes das palestras começarem, para que todos os inscritos de Seminário Estudos Culturais pudessem ler a introdução do livro *Crítica da Razão Pura*, de Achille Mbembe, intitulado *O devir-negro do mundo*, no qual seria o tema principal do debate do professor Alex Sander.

Iniciando a palestra, o pesquisador ressalta que esse debate é levar para o do campo da educação, por ser pesquisador nessa área. Nos apresenta, por compartilhamento de tela, as principais obras de Achille Mbembe, autor camaronês, filósofo, historiador, teórico político e atualmente professor universitário na África do Sul.

Para compreendermos a escolha desse autor e de sua obra, professor Alex Sander contextualiza que trabalha no campo da filosofia da educação, dentro da teoria crítica, em paralelo com pesquisas nas questões de negritude e de questões étnicas e raciais e com publicação no Doutorado sobre identidade negra no âmbito universitário.

A partir do texto de Achille Mbembe, o palestrante faz um pequeno preâmbulo focando na temática de “ser negro”, com a problemática do sistema de política de vagas de cotas nas universidades, de definirem “quem é negro”. Uma das alternativas, construída junto com o movimento negro, seria a autodeclaração. Mas o que seria o “ser negro hoje no Brasil?”, o que “significa ser negro?”, essa dificuldade de identificação ela colabora com as diversas formas de preconceito racial, o “racismo institucional e estrutural” que o professor adiciona.

Nesse sentido, o corpo negro se constituiu ao longo dos tempos com vários estereótipos, que hoje se manifesta com as diversas formas de violência, resultando a “desumanização ou até inclusive a própria morte dos indivíduos negros” afirma Alex Sander. O corpo negro ou é designado por condição de subserviência ou por condição de permissividade, de acharem que o corpo negro pode fazer o que quiser; o corpo negro sempre negado, com uma censura psicológica e simbólica para compreender uma corporeidade negada.

Com o objetivo de fazer uma interpretação do conceito de ser negro trazido do livro *Crítica da razão negra*, o professor Alex Sander realça a importância de estudarmos mais sobre Achille Mbembe, já que é um dos pensadores mais ativos sobre a história e política da História Africana na atualidade.

A ideia inicial do professor Alex Sander da Silva, seria dividir o texto para compreendemos que na primeira parte da estrutura do texto ele faz algumas observações do texto *Crítica da razão negra* de Achille Mbembe, de 2017, sobretudo tratando-se sobre como aparece nessa obra o conceito do negro, o nome negro, que foram atribuídos aos genes da origem africana, da era colonial, a partir do “devir negro do mundo”.

Na segunda parte, o pesquisador ainda explicaria sobre o tema da negritude e das diversas formas de visibilidade do corpo negro na sociedade negra e no final provocaria o debate para a necessidade de um reconhecimento da presença “visível” do negro na formação da sociedade brasileira, destacando o papel fundamental e importante das políticas afirmativas especialmente no campo educacional.

Por causa do tempo, o palestrante fica com a primeira parte da divisão e começa então a discutir o conceito que Achille Mbembe faz na introdução do livro, com a ideia do “devir negro do mundo”. No qual, Alex Sander transforma para “devir negro do mundo com caminho sem volta”.

O autor camaronês, no início de seu texto, onde diz: “Queríamos escrever este livro à semelhança de um rio com múltiplos afluentes, neste preciso momento em que a História e as coisas se voltaram para nós, e em que a Europa deixou de ser o centro de gravidade do mundo” intrigou o professor Alex, no qual interpreta e explica que uma das características de contos afro-brasileiros é ter esse apelo a natureza, onde Mbembe

faz essa metáfora do rio, que seria uma dinâmica do pensamento, este em transformação e movimento, uma perspectiva dialética.

Outra questão desta mesma citação que o professor explica para os palestrantes é a ideia da Europa deixar de ser o centro do mundo. A África sempre foi colocada como um continente de terceiro mundo, juntamente com o continente latino americano. Achille Mbembe faz este diagnóstico de que a Europa não seria mais o centro do mundo, abrindo novos olhares para o continente africano, abrindo-se novas possibilidades para pensar a história da humanidade.

Com essa introdução, Achille Mbembe faz esse olhar crítico do pensar “ser negro”, no qual chama de “devir negro do mundo”, sendo a definição do negro estando intimamente relacionada ao sistema político colonial, uma espécie de nascedouro de um personagem necessário para esse sistema. Assim, o confronto do pensamento de Mbembe está justamente ligado a esse sistema colonial político, econômico, cultural, que impor suas marcas no continente africano.

Alex Sander da Silva ainda explana que Mbembe faz uma reconstrução conceitual do ser negro em seu movimento de duplo sentido, uma espécie de ontologia reversa ou paradoxal, que coloca o negro de um lado como “não ser”, um nome vinculado as expressões espúrias da condição humana e por outro lado coloca um significado universal. (sic!)

Em seu entendimento, o autor camaronês faz uma espécie deslocamento da imagem do ser negro, na qual justifica citando o trecho do livro: “uma realidade heteróclita e múltipla, fragmentada” (p.21) E o que significaria? Alex observa que a condição de toda humanidade submetida aos ditames da era capitalista neoliberal se tornaria toda negra, criando uma espécie de “devir negro do mundo”. (sic)

Há um devir negro do mundo no sentido de que toda humanidade colocada nesses ditames do capitalismo neoliberal vai transformar pessoas negras e não negras na condição de expropriação da própria de condição da humanidade, como continua o professor Alex Sander. Essa crítica que Mbembe faz ao neoliberalismo que coloca e transforma as pessoas, com o capitalismo na sua forma mais radical de expropriação,

não somente através da *Mais Valia*, mas também de expropriação da própria vida das pessoas.

Desse modo, o devir negro do mundo está vinculado na chamada “razão negra”. Alex Sander, então, compara o título do autor camaronês, *Crítica da Razão Negra*, com o livro de Immanuel Kant, *Crítica da Razão pura*, no que chama de “espécie de espelho reverso”. A intenção de Kant em sua obra é definir o que é o esclarecimento, o que é a razão pura. Mbembe ousa ao apresentar uma obra para discutir os elementos escurecedores, e busca essa “razão negra”, então não seria um “esclarecimento, mas um escurecimento da ideia do pensamento crítico social”, como o pesquisador Alex Sander da Silva nos explica.

Com a explanação da palestra do professor Dr. Alex Sander da Silva, sobre o texto de Achille Mbembe sobre o conceito do negro a partir da questão “devir do negro”, pontuaremos algumas questões que foram feitas pelos palestrantes após a fala do pesquisador.

A primeira delas foi feita por Vanessa Aparecida que indagou o Dr. Alex Sander, dizendo: Hoje em dia, somos capazes de reconhecer o “ser negro” (identidade)?

O mesmo responde que: Sim, é possível sair do ponto de vista negativo, formas pejorativas, cruéis e da condição negativa do “ser negro” para uma condição afirmativa, esse é o movimento do texto do Mbembe. Se for feito um paralelo, por exemplo, no dicionário brasileiro do que “negro” e do que é “branco”, há uma diferença brutal (simbólica) colocada. Essas questões simbólicas vão constituindo o imaginário da subjetividade tanto negra quanto branca, nesse aspecto é que está o papel fundamental do movimento negro, a busca pela estima. O papel histórico do movimento negro vem sendo cumprido, embora o racismo cotidianamente tente impedir essa construção da autoestima pelo esforço dos movimentos intelectuais e acadêmicos.

Posteriormente Edi Wilson fez a seguinte pergunta: “Achille Mbembe acreditava que por ser “negro”, o indivíduo poderia ser morto psicologicamente? Se sim, em que momento e porque?”

Diante desta, o Professor Doutor Alex Sander esclareceu que não somente uma morte psicológica, mas também física. No momento em que há uma crise social, o

primeiro corpo a morrer, é o corpo negro. A idéia que se constrói a partir dessa dimensão histórica, colonial no processo de subalternização do corpo negro, é que o corpo negro não sendo humano, se humano, é um corpo “matável”, descartável, finalizou.

Agregando conhecimento, Vanessa menciona uma fala de Silvio de Almeida, a qual revela-se que “a escola é um dos lugares em que acabamos nos descobrindo negros”. Na mesma ocasião, cita também Joana Célia dos Passos, dizendo que “Não basta ter negros na academia por meio das ações afirmativas, é preciso ter debates sobre as questões do racismo”.

Outrossim fora o que o professor José Elias Rosa dos Santos mencionou acerca de sua interpretação do texto, esclarecendo que se tratava de uma “provocação”, ou seja, um questionamento sobre qual outro sentido o texto poderia estar tratando. Para tanto disse que o referido trata muito mais de exprimir o negro e sua subalternização (exemplo: o índio é o negro da terra, inclusive os brancos empobrecidos) segundo a ótica européia.

Em seguida, Sandra Regina Noia Mina, lança a seguinte pergunta: A obra brasileira “Escrava Isaura”, que demonstra a visão do negro no Brasil e a obra hollywoodiana “Pantera Negra”, tem um herói negro que no fundo, possui personagens femininas negra que na realidade são as maiores protagonistas (ambos atingiram públicos pelo mundo todo). Visto isso, como é encarado esses protagonismos e conseguem trazer esse “querer ser negro” que o autor provoca no texto?

Ciente da interrogação, Dr. Alex Sander argumenta que existe um paradoxo em que cada vez mais estamos vendo no próprio capitalismo a necessidade da valorização do ser negro, colocando-o em uma situação pró ativa. Isso é um sintoma do neoliberalismo, impulsionando a idéia da meritocracia, jogando no individuo a responsabilidade em uma condição social, para que seja depois um elemento para afirmarem: “Esta vendo, aquele negro lá conseguiu!”. Devemos pensar na representatividade critica, só nos cinemas, mas sim no campo acadêmico. O quão importante é para mim, que os meus alunos negros, tenham um professor negro. Isso trás outra representação, um outro símbolo e significado (paradoxo do espelho).

Ao passo que seguem as perguntas para o Dr. Alex Sander, em dado momento Heloise Costa exclama a importância de uma disciplina voltada para esta temática e apesar de desempenhar sua função satisfatoriamente, se questiona “o que mais é preciso fazer para que desde pequenos, possa estar imbutido no aluno o direito dele não aceitar o preconceito sofrido pelo negro? Mais do que isso, como instiga-los a não aceitarem sua condição social?”

Ele fala que trazer essas questões para sala de aula é complicado devido as várias interpretações/ subjetividades por ser uma professora branca, e trabalhando com essas questões, podem proporcionar. Geralmente os negros não se sentem a vontade com isso, eu mesmo queria sair da sala, me esconder ou queria sumir. Hoje em dia há muitas obras de apoio, mas é necessária a postura e sensibilidade do professor que for tratar destas questões, aceitando que existe o racismo, corroborando com o fato de que é brutal na formação da personalidade, escolar e social da criança. Não há receita para tanto.

Hester Martins explana sua inquietação ao notar ser mulher, negra advinda de programa de cotas e acadêmica de certo curso de graduação, tem sua “carga de responsabilidade” aumentada.

O Dr. Alex Sander esclarece que na mesma proporção, vale a resposta do questionamento anterior. Expandindo ainda que é um grande desafio, pois o negro desde a infância já nasce com uma “culpa bíblica” (fazendo menção ao pecado original), sendo assim, ele não pode errar, tem que procurar sempre ser o melhor, pois pelo local que ocupa, será sempre perseguido, onde em seu primeiro lapso, será apontado.

Caminhando para o desfecho, o professor Dr. Christian Muleka Mwewa aponta que os negros tentam carregar o peso do mundo nas costas, mas no fundo só querem viver e ser eles mesmos porque todo o racismo é um problema de/dos brancos, mas acaba sendo para os negros, pois ser negro acaba se tornando um peso de toda escravidão vivida desde os séculos XIII/ XV (o que não pode de forma alguma acontecer).

Por colocar o peso de gritar por um povo, talvez seja um pouco pesado e isso é uma responsabilidade que colocaram em suas costas, repito, não é seu este fardo. Uma

Seminário Nacional de Educação, Cultura e Formação de Professores (EduForP)

Periodicidade Anual – ISSN 2763-9185

V.1 – 2020

coisa é assumir a representatividade e outra é ser indicada para isso. Uma pergunta para ser feita a si mesmo é: “Será que eu tenho que carregar esse peso que vem desde uma sociedade estruturada de outros tempos? Isso não pode te fazer refém”.

Achille Mbembe tem destaque, pois traz a idéia de que o campo intelectual está negado ao ser negro, descartado pelo pensamento da instituição racista da sociedade de que “o negro serve somente para pagode, futebol e samba”, diz o Dr. Alex Sander. Por fim, vale salientar que as contribuições feitas por ele, além de abrilhantar a discussão, foram muito importantes para dirimir as dúvidas e favorecer a formação dos graduandos e mestrands, evidenciando assim, a importância de embasamentos teóricos e leituras críticas.

4. DEBATE SOBRE IDENTIDADES NEGRAS EM MOVIMENTO

Sandra Regina Nóia Mina⁶

Renata de Lima Silva

José Luiz C. Falcão

Resumo: Este trabalho é baseado na leitura do artigo e transcrição de “Identidades negras em Movimento: Conceitos, ações e desafios” escrito pela Dra. Renata de Lima Silva (UFG-Brasil) e Dr. José Luiz C. Falcão (Brasil) que no Seminário de Estudos Culturais, organizado pelo Dr. Christian Muleka Mwewa (UFMS/Brasil), ministraram palestra via aplicativo google meeting, esclarecendo dúvidas referentes a conceitos e práticas, aos acadêmicos e participantes do Brasil e outros países presentes no evento.

Palavras-chave: Identidade; Estudos Culturais; Práticas Sociais

4.1 INTRODUÇÃO

No dia 22 de Julho de 2020 foi apresentado durante o 4º dia no Seminário de Estudos Culturais 2020.1 da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, palestra com a Dra. Renata de Lima Silva⁷ (UFG-Brasil) e Dr. José Luiz C. Falcão⁸ (Brasil) sobre o artigo “Identidades negras em Movimento: Conceitos, ações e desafios” fruto da comunicação intitulada “ Passagem - entre devoções e vadiagens” apresentada no Colóquio Internacional de Arte Negra: Corpo Performance e Ancestralidade, realizado entre 13 e 15 de outubro de 2014 em Salvador/BA.

O professor Dr. José Luiz Cirqueira Falcão inicia falando que abordará o artigo “Identidades Negras em Movimento” sob uma perspectiva mais conceitual e teórica que subsidiaram a criação do artigo. Agradecendo ao Professor Doutor Christian Muleka Mwewa por ter feito algumas releituras e imersões, logo faz uma breve explanação de seu currículo.

Formado em Educação Física com Doutorado na área de Educação, afirma não ser das Ciências Sociais e nem antropólogo, que em tese, para Falcão, seria o profissional mais adequado para falar destas temáticas correlatas às relações humanas e o conceito de identidade.

Por sempre estarmos nos desafiando, nos provocando, Falcão pede para que não seja tomado como verdades absolutas o que ele expor, pois são elementos de síntese construídos a partir de muitas contradições e tudo pode ser questionado, problematizado, num jogo aberto.

Falcão faz saudação aos mestres ancestrais com a célebre frase: “Baixo meu berimbau” e pede permissão para iniciar aos que vieram antes dele e de todos nós, para falar sobre Identidades Negras em Movimento.

4.2 DA IDENTIDADE

O termo identidade de maneira etimológica, para todos nós está muito claro, como afirma Falcão que está ligado ao mesmo, do lugar do mesmo, do lugar comum. Um termo que vem do latim *identitas* que quer dizer idem, o mesmo. E o contrário seria alteridade, ou seja, o lugar do outro.

Esse conceito de identidade que hoje está tão em evidência sendo tematizado nos Estudos Sociais e nas Ciências Humanas, é um conceito robusto? É um conceito que tem consistência? Ele é um conceito justo? Daí tem-se algumas problematizações: a) é um conceito escorregadio, inclusive tem suas armadilhas; b) não está bem acomodado ao debate, pois muitas pessoas estão questionando.

Outro elemento que devemos evitar quando nos deparamos com esse conceito, é a ideia do esmagamento identitário, essa ideia de que uma vez você é uma coisa, sempre será essa coisa, e às vezes a identidade dominadora/dominante acaba esmagando as demais e as coisas não são dessa maneira

Falcão e Silva acreditam que esse conceito não pode ser descartado assim como o conceito de cultura popular também, porque ele tem uma potência hermenêutica e é fundamental que problematizemos cada vez mais, para que seja possível conseguir entender melhor esse conceito, até mesmo porque ninguém escapa das identidades.

Assim como afirma Carlos Rodrigues Brandão, “Ninguém escapa da Educação”, no livro clássico dos primeiros passos, educação é um fenômeno irreversível, é inescapável, ninguém escapa dele, e a identidade também. Ainda que o sujeito não concorde com a identidade que lhe é designada, ou a de determinados grupos.

Identidade não é uma opinião, não é uma declaração, ainda que seja de princípios, não é um patrimônio genético, não é uma escolha individual arbitrária, a identidade não é algo uno, nem tampouco acabado, às vezes também não é coerente, nem coeso, nem linear, nem integral, nem original, nem estável, portanto um conceito bastante escorregadio, comparado por Falcão a ginga da capoeira, esse será analisado para pensar a sociedade contemporânea, quem somos? O que fazemos? E por que

estamos por aqui? São algumas das perguntas que se pretende responder ao analisar esse conceito.

Os processos de identificação são sempre eivados, cheios de conflitos, ambivalências, de conformismos e de resistências. É preciso evitar quando se debruça por entre esses conceitos mais líquidos, utilizando um termo aqui bastante divulgado e difundido hoje da modernidade líquida, é fundamental que evitemos o efeito magote.

Por exemplo, para entendermos o efeito magote, em um sítio ao observar as vacas, percebe que do nada, se uma vaca vai para um lado, todas vão para o mesmo lugar, e quando aparece um boi de qualquer outro lugar, e começam a andar para outro lugar, todas acompanham para o outro lugar.

Do ponto de vista, do que acontece hoje com as mobilizações sociais, não são meras coincidências, dessa forma o exemplo das vacas ilustra o que ocorre na sociedade contemporânea.

É preciso evitar esse movimento, pois somos dotados de consciência, de razão, de racionalidades e temos que trabalhar com elas, pois acreditamos que a arte é acompanhada da razão e o estágio mais avançado da nossa inteligência.

É fundamental que se evite simplificações oposicionais, como: eu serei isso ou aquilo, a ideia de bem e mal, pois identidades estão num labirinto, numa encruzilhada que não aposta, nem cai muito bem em ideias opostas.

Devem-se evitar generalizações abusivas, tanto expansivas quanto restritivas, pois a identidade deve ser pensada como o “fio da navalha”.

4.3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Um dos autores utilizados para incorporar essa noção é Stuart Hall, embora seja também questionado, chama a atenção para esse conceito de identidade, e é pouco compreendido nas Ciências Sociais Contemporâneas, e o tempo todo tem que ser colocado à prova esse conceito.

[...] a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

Outro autor que também corrobora na parte teórica do trabalho é Denys Cuche, que é do campo das Ciências Sociais, que diz que existem duas abordagens e concepções que tratam da identidade hoje: as concepções objetivistas e as concepções subjetivistas.

As concepções “objetivistas” ou os signatários da concepção objetivista defendem que a identidade de um indivíduo é a herança cultural recebida de um grupo original, como uma espécie de “segunda natureza” da qual ele não pode escapar. Em suas palavras, corresponde à “origem, as raízes, segundo a imagem comum, isto é, aquilo que definiria o indivíduo de maneira autêntica” (CUCHE, 2002, p. 178).

Essa identidade já pelo próprio conceito, percebe-se que tem limites. Todavia por tudo que já foi explicitado, é sabido, que para o campo das identidades, não basta. Possui inclusive duas categorizações, dois desdobramentos, que é chamado de Culturalista e Primordialista, que são melhor definidos no artigo Identidades Negras em Movimento.

As concepções subjetivistas que dão a ideia de que o sujeito define a própria identidade, como sujeito. (ibidem) Ainda traz a ideia da identidade Relacional ou Situacional, e essas são as que o autor aposta e acredita que devam ser seguidas nessa perspectiva, de relações e situações.

Por exemplo, pelo fato de ser tocantinense, não deixa de ser brasileiro, sul-americano, capoeirista, professor, ou seja, têm vários papéis sociais que terminam influenciando nas identidades.

Mais do que identidade, é importante que se discuta o fenômeno a partir das identificações ou dos processos de identificação que já são desdobramentos de entendimento. E para Cuche (2002), a identidade é sempre uma concessão, uma negociação entre de uma autoidentidade e de uma heteroidentidade ou uma exoidentidade defendida por outros. Dessa forma, é possível perceber, que esse conceito não está bem acomodado. É um conceito bastante denso. Além do discurso a identidade também passa por outros elementos, como por exemplo, a questão do corpo.

Para dar subsídio a essa questão de identidade trazem autores, que embora não discutam diretamente esse conceito de identidade, auxiliam a incrementá-lo. Avtar Brah, pesquisadora norte americana, em seu artigo “Diferença, Diversidade e

Diferenciação⁵” traz alguns elementos para pensarmos a identidade, à partir das relações com esses conceitos e a diferença é um dos elementos fundamentais para alimentar o próprio conceito de identidade.

Brah (2006) chama a atenção para uma categorização em relação à diferença da identidade como experiência, como relação social, como subjetividade e como identidade. Pensar identidade hoje, trazer elementos para discuti-la do ponto de vista conceitual, é fundamental que entenda esse fenômeno.

Castells chama atenção em sua obra, “O poder da identidade”, em que o autor categoriza, designa três tipos de identidade: 1) a identidade legitimadora (identidade mais geral, em que estão vinculadas as instituições dominantes), por exemplo, todos nós viemos de um sistema capitalista, mesmo que tenhamos projetos anticapitalistas; 2) identidade de resistência cujas bases são geradas por sujeitos em situações desvalorizadas ou discriminadas, essa categoria de identidade alguns chamariam de oprimidos, mas explorados seria o mais adequado, para definir esse povos, comunidades, essas categorias que são colocadas à margem da sociedade, e eles terminam à margem exercitando uma identidade de resistência como projeto de enfrentamento para se colocar no mundo; Identidade de projeto cujas bases são produzidas por sujeitos que se utilizam do capital cultural para construir ou redefinir posições e conceitos na sociedade.

Por meio de uma apresentação muito agradável e de maneira descontraída, Falcão retomou o conceito de Identidade por meio de diferentes teóricos e Silva complementou com questões teóricas acerca das manifestações da Dança Afro, da Congada (Dança - Passagem) e do Hip Hop com apresentação de 3 músicas: que possibilitaram a interação dos ouvintes de maneira direta para relatarem suas sinestésias.

A temática da afirmação da identidade negra tratada no texto e na palestra por meio da relação orgânica com o corpo foi discutida, e debatida como se lê nas perguntas e respostas transcritas abaixo dos ouvintes, participantes do Brasil, Argentina e Uruguai.

4.4 O CORPO EM MOVIMENTO

Dra. Renata de Lima Silva, Doutora em Artes, Professora na UFG conta aos ouvintes a experiência de escrever um artigo a 4 mãos com Falcão e como foi o grupo Coletivo 22 mencionado no artigo “Identidades Negras em Movimento”.

Silva propõe tocar algumas músicas e pede para que os ouvintes peguem papel e caneta para anotar trechos, palavras e sensações que tiverem ao escutarem cada uma das músicas para trabalhar a noção do sensível, a qual ela apresenta.

A primeira música a tocar é *Canto da Cor* do primeiro bloco afro da Bahia, Ilê Ayê. Em seguida tocou *Cinco cantos de Moçambique* de Maurício Tizumba, que não é uma congada, mas possui elementos. E por fim, foi apresentado um rap “**Pantera Negra**” de Emicida.

As três músicas supracitadas representam o objeto empírico presente no artigo, e assim cada participante inicia relatando suas sensações com cada uma das músicas;

O participante 1 (Christian Muleka Mwewa) relatou que a primeira música remeteu a razão:

A primeira música me deu a ideia muito de razão, né ::: ouvi muito a palavra razão, cabeça, nossa cor. Eeee ::: A segunda til... ::: parece uma coisa palpável, parece até um objeto, uma voz do corpo assim, a voz criou corpo, assim::: e a terceira música me deu muito a questão de força, né::: claro, referência aos panteras negras, e aí me veio a ideia de força, força::: [sic]

O participante 2 (Daniel Machado da Conceição) relatou:

[...] de maneira bem objetiva, na primeira música foi de pulsação, sincronia, aerrr::: na segunda principalmente na parte inicial uma meditação, reflexão e depois, um sentido coletivo e na terceira, compartilho com o professor Muleka de força, e de reivindicação, as palavras que vieram a mente, os sentimentos ao escutar a música, obrigado. [sic]

O participante 3 (Laura Valle Lisboa) esclarece a visão geral que teve sobre as três músicas em sua língua de origem, espanhol:

[..] bueno, me quedo sobretudo con la primera, canción e esto de sentir y como algo de que no hay una palabra, no sé, se la esencia, pero no como esencialista, pero sí que pasa como distinta, cultura popular, danzas populares, porque para bailar o para cantar tiene que sentir, ¿no? El ritmo, y que es ese sentido, de esa esencia, quizás más que razón. Lo pondría la razón, no sé, como algo que se vive, se practica, que se siente en determinado grupo, que eso que es difícil, poder hacer parte. ¿Se entendió? [sic]

O participante 4 (Kalyne Franco) esclarece a visão que teve sobre as três músicas por meio de palavras chaves;

[...] bom, eu separei palavras-chave também, cada uma das canções. Na primeira música me veio bastante a questão da representatividade, na segunda música principalmente na parte introdutória, que foi só instrumental, é::: religiosidade. E na terceira música, luta. Acho que é isso. [...] [sic]

O participante 5 (Vanessa Camperlingo) relata sobre as músicas:

[...] eu gostei muito das músicas e deu vontade de estar em Salvador, assim::: e eu é na faculdade, é::: sou formada em História, é::: tinha uma aluna de São Paulo que ela gostava muitos dessas danças e esses ritmos, tanto é que ela já apresentou a dança de coco para a gente. Eu queria saber, é::: minha câmera não tava aberta::: queria saber se a dança de coco, não sei se você conhece, tem a ver também com esses ritmos que você apresentou, se tem a ver também , mas é bem legal [...] [sic]

Neste momento, Silva inicia respondendo às reflexões e perguntas do participante 5 relatado acima, como se vê em transcrição abaixo a resposta dada ao questionamento sobre a semelhança das músicas à dança de coco:

[...] sim e não, Vanessa. Tem a ver com o grande escopo que são as tradições culturais brasileiras. Mas o coco em especial, é uma manifestação que tem um componente indígena, muito forte, além do componente africano. Tem o componente indígena muito forte, e mais no Nordeste assim, Recife, Paraíba, Alagoas, Ceará, por exemplo aqui na Bahia, ah, não ser nos interiores do estado da Bahia, que faz fronteira com estes outros estados do Nordeste, você vê o coco, e o coco tem uma outra rítmica também. Musicalmente é muito diferente de tudo que eu mostrei aqui, né, o jeito de dançar inclusive com o corpo. O coco tem em termos técnicos musicais, mais proximidade com o baião, com o xote, né, com a embolada. Que são coisas que a gente conhece, então é isso, né? Tá ali dentro do que a gente pode chamar de cultura popular brasileira, né, ligado as tradições populares. Esses encontros, essa confluência afro-ameríndia, mas são outras manifestações. Mas assim, não duvido que o coco, em sua tradicionalidade, assim como o Mauricio Tizumba busca essa relação com a tradição, assim como o Ilê-Ayê busca uma relação com a tradição, elas possam causar as mesmas sensações. Então, acho, acho, é::: compreendo você ter lembrado dessa sua amiga, e você ter

lembrado do coco, porque ela pode abrir um lugar de memória que é muito semelhante mesmo. [sic]

O participante 6 (Angélica Caetano) relata sobre as músicas como um conjunto, um todo vinculado a leitura prévia que realizou do texto:

[...] sobre as músicas fiz mais uma reflexão em conjunto, não tão separada, mas me veio uma vontade muito grande de dançar, de me movimentar, né, principalmente por conta desse isolamento que por um lado permite estes tipos de encontro, né, com pessoas distantes, de locais distantes. Eu tô no Rio de Janeiro, por exemplo, eu moro aqui. E por outro, deixa a gente numa sensação de estática. Então me deu uma vontade muito grande de dançar, de me movimentar, e assim como a Vanessa, de estar na Bahia. E algumas palavras que me vieram assim foram: identificação, união e resistência [...] [sic]

O participante 7 (Sandra Regina Nóia Mina- eu) relata a sinestesia presente ao escutar às músicas:

[...] eu também como a Angélica ao escutar as músicas, é: a primeira dá vontade de dançar, assim na realidade deu vontade até de chorar, porque me remeteu muito às festas que tem nas casas dos meus tios, porque a gente tem o hábito de escutar músicas no mesmo ritmo, então assim, deu vontade até de chorar, porque faz tanto tempo que a gente não escuta, por conta de não se encontrar devido a pandemia. A segunda mais uma questão de tristeza, uma questão saudosista mesmo, e a terceira aquela música de você escutar o som alto no carro, saí gritando, cantando, sei lá, eu gostei, seria uma música que eu colocaria no último assim, no carro e sairia cantando. [sic]

O participante 8 (Fábio Luiz Loureiro) relata direto de uma comunidade indígena sua experiência ao escutar as três músicas:

[...] acho que as três músicas remetem a movimento, um movimento social, cultural, né que pertencem a algum segmento, elas falam de algum lugar. Então a primeira música, a beleza, a grandeza, a razão, “Eu juro que não” acho que isso marcou e a afirmação, né, “é da nossa cor”, afirmação de não ter limite da fala de onde, e de quem. Nesse sentido, né. A segunda acho que representa força, a linguagem tá muito forte, presente, eu senti uma força muito grande. E a terceira a provocação, o enfrentamento, acho que essa batida e o que ele fala é um enfrentamento, sabe? Não vou deixar por menos, algo nesse sentido, assim. Minha internet falha de vez em quando aqui, mas acho que é isso. [sic]

Após essa experiência de escutar o relato dos participantes referente ao que cada um sentiu ao escutar as músicas foi aberto o momento de perguntas relacionadas ao texto e aos palestrantes.

4.5 DEBATE

- 1) Em relação ao texto, quando é conceituado Identificação e Identidade, fala-se bastante de conceitos como: autoidentidade, mas usa outros como heteroidentidade e exoidentidade, (Couche, 2002). Gostaria que fossem explicados esses termos ligados a temática de Identidade.. (Larissa Germiniano)

- 2) Referente a apresentação do grupo coletivo 22 traz uma releitura das manifestações culturais como a Folia de Reis que é de origem europeia e que chega no Brasil por meio da catequese como processo de colonização pelos portugueses no Brasil. Pensando na Cultura Africana vista sob a ótica do Currículo escolar não apenas pelo crivo da História, mas também pelas manifestações culturais como dança, por exemplo a capoeira, também tida como defesa pessoal, como incluir em 5 regiões tão distintas do Brasil aos estudantes outras culturas como a Africana que é uma das basilares da História do Brasil sem criar um choque cultural na História ou um movimento antropofágico? E retomando a questão da Folia de Reis porque essa é celebrada como um ritual católico, e ainda é um movimento católico que choca as pessoas. Gostaria de uma colocação em relação a isso. (Sandra Regina Noia Mina)

- 3) A professora de Educação Física, Bruna Oliveira, que obteve Mestrado com pesquisa em comunidade quilombolas, especificamente na área de Educação Física, questiona aos autores/palestrantes como eles veem a Identidade nas áreas específicas, como a Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação do Campo, como é vista essa Identidade dentro desse currículo específico e esse papel que é mediador dentro desse currículo.

- 4) As comunidades quilombolas da região em que Oliveira, pesquisou praticavam o Cururu e o Siriri, o que fica evidenciado nas comunidades quilombolas pelo corpo, e pela construção coletiva, além da Congada na região de Vila Bela-MT, e a dança do chorado, que as mulheres dançam equilibrando a garrafa. Dessa forma, quais são as estratégias possíveis, políticas, ou outras dimensões de salvaguardar essas manifestações dessas comunidades e do Brasil também. (Bruna Oliveira)

Professor Falcão responde às perguntas 1 e 3, em relação a pergunta 01, o livro de Cuché (2002), traz essa discussão da Identidade e a diferença entre identificação e identidade. Falcão detalha os conceitos:

Identificação seria o ato e o efeito de se identificar, tanto que tem essa característica de ser mais movimento mesmo. Ele tem inclusive essa característica de ser mais assim mais movimento mesmo, mais fluídico. Tal como é a ideia que a gente defende Identidade, não como algo cristalizado. Quando eu falo identidade, a própria semântica da palavra, a constituição já nos remete a ideia fixa, pronta e tal, né? [sic] :::: Só que pelo que a gente já acumulou, pela literatura analisada é realmente mais um processo do que um produto. São processos de identificação. E a ideia da autoidentidade e da heteroidentidade, a ideia do hetero, no sentido epistemológico, grego, do diferente, do outro, então seria a identidade a partir da relação com o outro, se constrói uma heteroidentidade, talvez cause alguma confusão, mas a ideia de hetero é essa mesma, né?[sic] do outro do diferente, e não uma identidade auto classificada, autoimposta. E a exoidentidade seria também de fora, seria uma identidade que além de ser imposta pelo outro, tem um contexto também. Então toda construção identitária como já foi dito, é uma relação conflituosa e situacional. Ou depende muito do contexto, em que as coisas acontecem e as identidade estão tão para os sujeitos quanto para as manifestações praticadas pelo sujeito. Quando penso a questão da capoeira, como um processo de identificação, é tentar relacionar esse processo com o próprio sujeito que faz a capoeira. Então é um processo que não dá pra separar uma coisa da outra. Não dá pra separar o capoeira do capoeirista. Aliás a capoeira do capoeirista. Enfim, são jogos de palavras que esmiúçam e ajudam a gente a entender essa multidiversidade do conceito. A objetivação da identidade reflete as suas diferentes subjetivações. [sic]

Sobre a questão 03 sobre comunidades específicas como as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e do campo Falcão aponta:

Participamos uma época, de um grande projeto para estudar, analisar e aprender sobre as comunidades quilombolas de Goiás. Nós temos muitas comunidades no Brasil e no estado de Goiás, nós já temos 27 comunidades que já são reconhecidas pelo IFAN, pela Fundação Palmares, e tem sua identificação, seu tipo como comunidade quilombola, e o que a gente percebe é que a educação dessas comunidades, ela tem que estar nesta perspectiva da decolonialidade ou da descolonialidade, quer dizer, reconhecer que elas são produtos de uma sociedade altamente explorada e que jogou para o rebutário lá para as margens, essas comunidades que tentam a partir de seus saberes e fazeres, construir suas dignidades, mas elas são vítimas de um processo segregador, bastante deplorável imposto pela nossa sociedade desde 1500 com a invasão dos portugueses e aí embora algumas dessas comunidades sejam bastante isoladas até hoje. A gente demorava 8 horas para chegar sendo 4 horas de estrada de chão, depois atravessar o rio de canoa ou nado, para chegar em uma dessas comunidades. E lá ainda assim, existiam pessoas já com relação com outras comunidades, cidades em geral e a gente ia numa perspectiva meio românica, pensando que tudo que ia encontrar tudo que se perdeu nas cidades ou periferias das grandes cidades. E a gente se surpreendeu, porque nessas comunidades várias já existe todo um processo que a gente critica e condena que acontece nas cidades em geral e se expressa de uma forma dramática, contundente, a pobreza, que é o “canto da sereia” nessas comunidades. Ela convive com essa coisa da beleza, da afetividade, do acolhimento da sensibilidade. E muitas dessas comunidades, pelo menos, no caso, do estado de Goiás, a gente percebia uma invasão, uma aculturação de práticas e de lógicas, vinculada ao que existe já nas cidades. A gente se surpreendeu porque a maioria das festas naquelas comunidades, aconteciam na ótica do forró. Forró que a gente conhece, que é muito bacana, muito legal. E não por exemplo em práticas aí que poderiam estar ligadas com a possível África inabitada ou África perdida, imaginada. Com raras exceções, que é o caso da Sussia, uma dessas comunidades quilombolas de Goiás, comunidade calunga. A Sussia é uma dança que tem suas bases em África, e ela hoje está sendo revigorada, revitalizada, no processo de (Re)afrikanização dessas próprias comunidades. Então houve um processo de embranquecimento das comunidades quilombolas, e hoje a gente percebe que como uma identidade de projeto, a partir da racionalidade mesmo, da acessibilidade, essas comunidades comecem a olhar para as suas histórias que são várias e especialmente para o seu contexto, criar, forjar, construir, novas referências autênticas, autônomas, mesmo com os devidos parênteses, a ideia de autenticidade tem sido hoje em dia muito questionada. Mas valorizar as coisas que eles produzem, a forma como eles produzem, como se valorizam e como se integram. E pra isso deve acontecer em outras práticas, como as comunidades indígenas, as comunidades ribeirinhas e as comunidades do campo em geral. Se valorize o saber advindo da própria experiência. E não a gente levar para eles o que eles devem fazer. Uma coisa que é fundamental, em relação às políticas públicas na

sociedade hoje totalmente esgaçada, é que os subsídios, o apoio tem que vir para essas comunidades mais fragilizadas. Mas a forma de fazer é pra deixar com eles. Vão fazer do jeito que eles acharem que devem fazer, e acho que é por aí que temos que respeitar essa autonomia dessas comunidades. [sic]

Silva responde a pergunta 02 sobre a Folia de Reis e as manifestações culturais que ainda causam estranhamento.

[...] o Passagem, esse vídeo de dança, sim, ele tem uma temática ele se alimenta a partir de manifestações é::: que relacionam dança com religiosidade, né? Que acreditam na dança, no tocar o tambor, na música como forma de oração. E aí a Folia de Reis é uma manifestação, né? É que também se insere nas manifestações, assim como a Congada. Então a base do Passagem não é a Folia de Reis, mas sobretudo a figura do palhaço da Folia de Reis e essa relação com a religiosidade. As manifestações culturais brasileiras elas em geral::: o que é que mobiliza uma comunidade a fazer determinada manifestação e fazer com que isso persista ao longo de ano, apesar de todas as dificuldades como o Falcão apontou nas comunidades ribeirinhas, quilombolas, enfrenta de ser influenciada por influências externas e muito próxima do capitalismo, muito próxima do consumo, de um movimento e globalização, é:::: né? Por que... que:: da mesma forma que a gente chega numa comunidade quilombola, a gente encontra uma dança tradicional, e vê que as pessoas estão dançando forró, que tá rolando em todo lugar, né? Que a gente pode chegar em Moçambique e escutar Frank Aguiar, né? É:::: tem um outro processo que vai fazer com que a gente crie uma outra comunidade e veja que uma Folia de Reis ou Tambor de Crioulo está acontecendo, mas o que mobiliza essas pessoas a fazerem Folia de Reis? Bom, é uma necessidade de construir uma identidade coletivamente, e ela pode girar em torno ou de uma necessidade de lazer ou de prazer, né? Ou de uma necessidade de honrar seus antepassados. Tipo, oh, eu tô aqui fazendo porque o meu avô meu deixou aqui essa Folia de Reis e todo ano eu tenho que sair com a Folia de Reis ou ainda com uma relação com o sagrado mais direcionada, né? Como é o caso da Folia de Reis que sai todos os anos do período natalino, e gira em torno da fé católica e em homenagem aos três santos reis, né? É:::: então sim, ela é uma manifestação católica só que no Brasil ela encontra com esses outros componentes, né? É o que Brandão, vai discutir como Catolicismo popular. E é por isso que ela choca, por vezes, né? É conhecido como catolicismo popular e que em alguns lugares ele tem uma face de um catolicismo negro. Um jeito negro de ser católico. Como é o próprio exemplo do Congado, a música do Tizumba que eu mostrei, o Tizumba tava falando de Nossa Senhora, o Ilê-Ayê não, tava falando de Orixá de outra coisa. E o Tizumba tá ali falando é::: então essa fé católica popular ela é um pouco marginal embora ela opere a partir de um projeto de colonização, um projeto de dominação, este projeto não foi só do nosso território, das nossas riquezas, foi um processo de colonização do nosso corpo, do nosso pensamento. Então a dificuldade de lidar com esses componentes é porque eles ainda estão muito eivados de um preconceito, e de um racismo. Eu gosto

sempre de contar uma experiência que eu tive na UFG, posso? Não preciso contar pra vocês que não é novidade que eu sou uma das poucas mulheres negras que trabalham naquela faculdade, né? Como de maneira geral, os docentes negros em universidades públicas representam 1%, né? É muito pouco. E assim que eu cheguei ali, eu criei um grupo de manifestações culturais e que a gente se reunia em um dos dias da semana, ali pra tocar tambor. Eu toco também e a gente se reunia com o grupo. E era muito interessante, a maneira como os alunos reagiam a isso. Eles primeiro tinham esse estranhamento e eu lá na porta, aquela porta que tem uma janelinha de vidro, sabe? Olhavam, davam risada. Faziam assim oh (sinal com as mãos) davam uma satirizada em relação aquilo e aí vejam vocês, eu uma professora, com doutorado, concursada, né? Ali trabalhando, tinha que me fricciona, tinha que disputar o meu espaço ali e::: ser vítima ali de situações de preconceito, que vinculam a tradição popular a uma ideia de::: de::: coisa maléfica, né? Coisa maléfica. A gente sabe que a escravidão no Brasil, ela foi sustentada e justificada pela Igreja Católica e sobretudo sobre o argumento de que os africanos eram menos humanos, de que eles não tinham alma. E que o trabalho poderia humanizá-los, né? poderia enobrecer a alma, elevar a alma a situação de humanos. Eu tenho certeza que ninguém mais acredita né, ninguém não, a gente tá vendo aí uma virada que discursos históricos estão saindo do armário. Mas eu imagino que as pessoas com um pouco mais de razoabilidade não vão querer defender esse discurso, mas esse discurso ficou impregnado na nossa História. Sobretudo com as relações de religiosidade, né? Ficou impregnado, então é muito fácil as pessoas associarem a religiosidade de matriz africana com algo relacionado ao demônio. Com algo menos divino. Então muito do preconceito em relação às danças populares se organizam a partir daí. Mas olha só como nós vamos fazer para tratar isso, considerando os estranhamentos e sem ser de uma maneira antropofágica. Essa maneira antropofágica é ruim porque ela exotisa muito o lugar do outro, né? Ela é a que menos dialoga e mais exotisa. Hoje em dia, ninguém passa mais lá na minha sala zoando com o meu trabalho. Tanto porque eu tô lá há 10 anos, e as pessoas se habituaram a ouvir o som dos meus tambores. Elas se habituaram a ouvir. Eu lembro que eu tive uma vez um embate, com uma professora, colega minha, colega minha! Ela me disse: - Não vai dar pra você ficar tocando esse seu tambor aqui do lado, porque eu tô trabalhando. Aí eu falei: -Amiga, e eu tô fazendo o que aqui? Tô brincando? Tô me divertindo? Aí quando eu joguei essa pergunta pra ela, ela: - opa! Parou pra pensar que o incomodo dela com a minha música tava pautado em valores racistas. Valores coloniais que legitimam o que é música e o que não é. Aí nunca mais, ela reclamou do meu barulho. Aí eu falei pra ela: a gente pode lutar junto, pra conseguir isolamento pra essas salas. Porque eu também não quero te incomodar, mas também não quero ser incomodada por você. A gente pode lutar pra conseguir isolamento pra nossa música. Mas nós duas vamos precisar caber aqui nessa faculdade com o nosso trabalho. Eu como docente faço com que isso seja entendido como cultura, como arte, como uma forma de conhecimento já há 10 anos ou as pessoas vão se habituando e destituindo alguns preconceitos, né? Porque sempre é bom lembrar que preconceito é uma coisa que você não conhece. Uma coisa que

you think you know and you generalize, starting from dogmas or paradigms. From the moment you take knowledge and education is a right, you go by the way of insistence.

Some listeners reported the importance of events like this, because during their respective graduations they had no type of academic formation in the field of studies of ethnic-racial relations, and not even during their journey in the classroom, having the insertion of topics such as the history of Africa or African culture addressed only in isolated projects. One of the listeners mentions the attempt to conciliate Capoeira and Mathematics, as a form of interdisciplinary study.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

For Falcão we are stumbling in the formation of another Brazil, possible, still in front of a powerful front of conservatism. By opportunizing social networks, globalization, they end up facilitating this process, but as every educational process is intended, it is necessary to recognize our necessary choices, the intention behind them. Because these come from the social constatation of what we live.

Popular culture is linked to the practice of its producers, and brings important elements, because it has to do with practice. In producing culture we consume it, and the massification in recognizing this large multitude of popular cultures also does it, but it always needs to be questioned.

Silva mentions, for example, Capoeira, which has already been persecuted, and is changing. Maybe we don't have a world with justice done on a large scale, but we as educators have the role of moving us so that the school is not an oppressive environment in the power of transformation that it has.

**SOBRE O PROCESSO FORMATIVO DOCENTE: DIMENSÃO CULTURAL
DO PLANEJAMENTO**

**Nicoli dos Santos Araújo
Renata Marques Rodrigues**

Resumo: O presente texto visa destacar reflexões desenvolvidas em uma aula-palestra no contexto do Seminário Estudos Culturais/Encontro Internacional: Brasil, RD Congo e Argentina realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação (CPTL). A fala da professora Doutora Renata Marques Rodrigues teve como foco destacar uma dimensão formativa cultural do planejamento docente.

Palavras-chave: Processos formativos; Cultura; Racismo.

I –INTRODUÇÃO

Entre os dias 10 e 31 de julho de 2020 foi desenvolvido, de forma virtual, o Seminário Estudos Culturais/Encontro Internacional: Brasil, RD Congo e Argentina, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas, evento de alcance internacional coordenado pelo professor Dr. Christian Muleka Mwewa. O seminário foi ministrado via Google Meets e teve a participação de vários palestrantes, nacionais e internacionais, e foi transmitido via canal do Youtube (Grupo de Pesquisa EduForp/UFMS). Destaca-se que o tema geral do Seminário, qual seja estudos sobre identidades e formação cultural cujo foi estudar as questões da formação das identidades e dos racismos. Esse tema e objetivo foram contemplados em diferentes palestras (oito no total conforme indicado na parte introdutória desse dossiê ‘coletânea’).

A organização de cada aula-palestra foi feita com a apresentação/explicação do professor/pesquisador convidado sobre o tema do dia e elaborado em diálogo com um texto base de orientação para leitura do público seguido de conversas, debates e reflexões do público com o convidado.

No dia vinte e três de julho do ano de dois mil e vinte, quarto dia do seminário, recebemos a professora Dra. Renata Marques Rodrigues⁶ como palestrante convidada para desenvolver a apresentação de um tema atrelado aos processos formativos culturais

⁶ Professora de Educação Física, doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e, no momento da aula-palestra, atuava como professora substituta do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES).

e a constituição do ser (pessoal/profissional) docente. Licenciada em Educação Física, a professora convidada destacou em sua fala aspectos que perpassavam seus estudos e suas pesquisas que corroboraram para a defesa de tese em seu doutorado sob o título “‘Herança sem testamento’: cultura, docência, planejamento e educação física” (2020)⁷. Seu campo de estudos e pesquisas parte do conhecimento das expressões corporais, com ênfase em danças afro-brasileiras e a formação de professores para trabalhar com manifestações da chamada cultura popular. A palestrante destacou uma relação e aproximação que traria em sua fala a partir das discussões empreendidas no seminário em aulas-palestras anteriores e do conteúdo programático que perpassava estudos sobre identidades e formação cultural cujo objetivo era estudar as questões da formação das identidades e dos racismos, entendendo-o como qualquer tipo de discriminação, como evidenciado na palestra de abertura do seminário no primeiro dia do evento.

Assim, o título da aula-palestra foi “A menina do jongo: processos de formação cultural” e a convidada explicou, já no início de sua fala, que a docência em Educação Física compunha o lugar do qual ela partia para desenvolver sua fala e do contato de uma professora com práticas corporais expressivas, em específico danças, em sua maioria caracterizadas como danças afro-brasileiras, devido à sua inserção em um grupo de danças em uma universidade federal desde o ano de 2008, pontuando a importância de espaços nas universidades, na graduação que contribuam com a formação cultural dos professores. Dessa maneira, o recorte estabelecido foi de destacar uma dimensão cultural formativa existente no processo de planejamento pedagógico dos professores, tomando a formação cultural, destacada no título da palestra, como o processo pelo qual os sujeitos conectam-se com o mundo da cultura, ou seja, a partir do contato com linguagens variadas e processos de experimentação que possibilitam a elaboração de leituras de mundo e a ampliação de referências culturais, e, em específico na fala da convidada atrelada ao universo mais familiar de práticas de dança. Ou seja, a ênfase recaía sobre o lugar dos professores em suas relações com a cultura. Para isso, o texto base escolhido e indicado para leitura dos participantes e suporte da aula-palestra foi

⁷ Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, na Linha de pesquisa Sociologia e História da Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação de Jaison José Bassani e co- orientação de Ana Cristina Richter.

“Educação, histórias e sentido em Hannah Arendt”⁸, de autoria de Vanessa Sievers de Almeida.

Dessa maneira, este ensaio foi escrito tomando como base a aula-palestra desenvolvida pela professora convidada e tem como objetivo contribuir com reflexões críticas sobre o processo de formação cultural docente, enfatizando dimensões formativas que o planejamento pedagógico pode assumir neste processo.

Relações entre a formação cultural docente e o planejamento pedagógico

Um primeiro aspecto a destacar da aula-palestra é a relação estabelecida pela professora convidada entre o texto base e sua fala: as reflexões de Hannah Arendt trazidas no artigo base e que podem ser encontradas de forma mais ampliada em seu texto *A crise da educação*, inserido no livro *Entre o passado e o futuro* (ARENDR, 2011) destacam um lugar para os professores com relação ao mundo no qual vivemos, lembrando que:

Para ela, o mundo nada tem que ver com a soma de todos os entes, mas refere-se àquele conjunto de artefatos e de instituições criadas pelos homens, os quais permitem que eles estejam relacionados entre si sem que deixem de estar simultaneamente separados. O mundo não se confunde com a terra ou com a natureza, concebidos como o terreno em que os homens se movem e do qual extraem a matéria com que fabricam coisas, mas diz respeito às barreiras artificiais que os homens interpõem entre si e entre eles e a própria natureza, referindo-se, também, àqueles assuntos que aparecem e interessam aos humanos quando eles entram em relações políticas uns com os outros. Em um sentido político mais restrito, o mundo é também aquele conjunto de instituições e leis que é comum e aparece a todos, e que, por ser um artefato humano, está sujeito ao desaparecimento em determinadas situações-limite, nas quais se abala o caráter de permanência e estabilidade associados à esfera pública e aos objetos e instituições políticas que constituem o espaço-entre que unifica e separa os homens. Trata-se, portanto, daquele espaço institucional que deve sobreviver ao ciclo natural da natalidade e mortalidade das gerações, e que se distingue dos interesses privados e vitais dos homens que aí habitam, a fim de que se garanta a possibilidade da transcendência da mortalidade humana por meio da memória e da narração das histórias humanas. (DUARTE, 2001, p. 257).

A professora convidada destacou o lugar que os professores assumem, segundo Hannah Arendt, como representante do mundo, portanto àquele que tem possibilidades de constituir-se em um representante da(s) cultura(s). Chamou atenção para que se

⁸ Texto apresentado na 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no GT-17: Filosofia da Educação no ano de 2008. (Congresso).

entenda que o professor, portanto, não é um sujeito neutro. Suas convicções culturais, pessoais e docentes encontram-se e confrontam-se no ato de planejar, conseqüentemente, na intervenção pedagógica. Ao planejar o professor encontra-se/confronta-se com um objeto de cultura, que no caso evidenciado da professora foi o jongo, e que é ao mesmo tempo objeto de ensino dentro das escolas que extrapola um compilado de passos para ser perspectivado enquanto prática social e que pelas reflexões empreendidas elabora possíveis significações sobre o mundo (comum/público), e no caso do jongo, atrelado historicamente a questões e discussões étnico-raciais e educação.

Considerar o lugar de representante do mundo para os professores é possível, pois, tomando como referência o texto base, a professora convidada destacou que a educação é compreendida por Hannah Arendt como um segundo nascimento para os indivíduos. O primeiro nascimento é a chegada na terra, é o nascer biológico que está atrelado à uma esfera privada; já o segundo nascimento envolve nascer para o mundo (público, simbólico, material e institucional), permite a construção de nossa humanidade, também, em relação com nossas diferenças, uma vez que Hannah Arendt lembra que o espaço público é espaço da pluralidade, espaço da ação.

O ser humano, porém, não é autossuficiente. Ele, segundo Arendt, se torna humano somente na medida em que estabelece relações com outros e constitui assim o que ela chama de *espaço-entre*, isto é, o mundo *humano*. (ALMEIDA, 2008, p. 10 grifos da autora).

Assim, a escola constitui um lugar de transição entre as esferas do ambiente familiar (privado) e o espaço público (mundo comum, público que aborda a pluralidade humana e as possibilidades de ação). Torna-se necessário problematizar tal possibilidade de transição, a partir da seguinte questão colocada pela professora convidada: De que mundo falamos e apresentamos aos alunos dentro das escolas quando há, também, saberes e conhecimentos invisibilizados, rechaçados ou negados nos processos de planejamento e ensino? Esta questão torna-se fundamental na relação com nossos processos formativos. Como forma de exemplificar este aspecto, a professora convidada fez a leitura de trechos do seu acervo pessoal sobre algumas experiências docentes que teve na Educação Infantil, os quais destacamos abaixo:

Trecho 1: Durante uma aula com um grupo 4 em uma instituição de educação infantil, estávamos no pátio e em uma roda de conversa informei que iríamos conhecer a capoeira. Falei do contexto histórico da escravidão, mostrei os objetos e espaços que íamos usar e pedi às crianças para irem para o outro

lado do pátio. Nesse momento, enquanto os outros caminhavam e corriam, um menino se aproximou de mim e disse: “tia Renata, minha mãe disse que isso não é de Deus e que eu não posso fazer”.

Trecho 2: Em conversa com uma amiga, também professora de Educação Física, sobre o trabalho com as danças populares ela falava sobre seu desejo em desenvolver propostas pedagógicas com as danças, porém, desde sua entrada na instituição a diretora havia informado que conteúdos de matriz africana e afro-brasileira, como os que ela estava interessada em trabalhar não poderiam ser desenvolvidos, pois os pais das crianças, em sua maioria, eram evangélicos e não autorizavam a participação dos meninos neste “tipo de atividade”.

Os trechos lidos foram destacados pela professora convidada como representativos dos sentidos atribuídos pelas pessoas devido às diferentes instâncias formativas que as perpassam, constituindo desafios e dificuldades ainda enfrentados no contexto escolar pelos professores que desenvolvem trabalho pedagógico com saberes e conhecimentos de matriz africana e afro-brasileira, apesar de “estarmos cansados de ouvir, mas que muitos não cansam de repetir/reproduzir”, como aponta em sua fala. Constituem experiências docentes que contribuíram para pensarmos como a escola, entendida como aquele espaço *entre*, de transição é permeada por tensões atreladas aos conhecimentos trabalhados e à elaboração de sentidos que se dá em diferentes instâncias formativas (família, mídia, comunidades, instituições religiosas etc).

Essas cenas eu destaco porque evidenciam os saberes e conhecimentos escolhidos pelos professores enquanto objeto de cultura, como mais uma possível leitura de mundo, inclusive para tratar dessas questões das formações culturais tanto dos professores quanto dos alunos e dos processos que englobam as questões étnico-raciais. Também evidenciam os preconceitos que recaem sobre esses saberes e conhecimentos, ou seja, pensando junto com o texto base, quando a autora destaca processos de desumanização de determinados indivíduos e grupos, considerados perigosos ou criminosos, por exemplo, quando alerta sobre o perigo das tendências totalitárias que estabelecem a ideia de que existe seres supérfluos a gente vê que com relação a conhecimentos atrelados às questões étnico-raciais, pela questão epistemológica dos saberes a gente ainda vê esse lugar de serem considerados um não-saber. (Rodrigues, PALESTRA, 23/07/2020).

É importante destacar, como a professora convidada explicita, que as cenas apontam para uma ausência/falta de conhecimento que abria lugar do preconceito; gerando um certo incômodo quando o conhecimento é o que caracteriza a profissão docente. Além disso, as cenas dizem, também, sobre relações entre educação, poder e cultura, sendo importante enfatizar que o pensamento colonialista se mantém vivo em diferentes instâncias como em seus aspectos de poder, saber, ser e conviver (BALDI;

MARQUES; NASCIMENTO, 2019) estabelecendo padrões onde os que se distanciam das referências estabelecidas são localizados em lugares de não-saber, não-conhecimento. Isto perpassa processos formativos dos indivíduos e a formação de professores não foge disso, por isso a professora traz como referência Munanga (2005, p. 17) que nos alerta que

a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.

Tarefa complexa e nada fácil, porém necessária que engloba questionarmos nossos processos formativos que não estão alheios a esses processos de domínio de conhecimento e produção de saberes. Ou seja, engloba transformações de mentalidades herdadas que influenciarão os processos formativos docentes.

Portanto, o planejamento docente, entendido como a estruturação de um modo de conhecer algumas parcelas do mundo comum, não é um documento ou ação que o professor toma somente atrelada a inclusão ou não de determinados conteúdos, mas perpassa reflexões e tomadas de decisões epistemológicas. Este processo de transformação de nossas mentalidades, portanto da constituição de nossos eu pessoal e profissional, envolve a questão do pensar, tratado no texto base como a busca de sentidos dos acontecimentos (ALMEIDA, 2008). Assim, outro elemento de relação com o texto base perpassa o lugar do pensar nas discussões realizadas que, na aula-palestra da professora convidada, se estende para o ato de planejar.

O texto base apresenta o tema do pensar em Hannah Arendt em um contexto de crise da tradição e crise da educação⁹, reflexões empreendidas por Arendt em seus estudos. De forma geral, o contexto de crise no mundo moderno engloba a perda de uma referência comum, de um sentido pré-estabelecido que garantiam “um chão estável para ação e o pensamento humanos” (ALMEIDA, 2008, p. 2). Antes alguns elementos garantiam a referência como a autoridade, religião e a tradição, porém o contexto de crise apresenta um mundo que se fragmenta. É importante enfatizar que a referência comum, antes estabelecida, não necessariamente denotava um “mundo bom ou justo” (ALMEIDA, 2008, p. 2) e lembramos que a tradição tem como característica selecionar aspectos que são considerados importantes, porém, outros saberes e conhecimentos são

⁹ Para maiores esclarecimentos indicamos a leitura de *Entre o passado e o futuro* de Hannah Arendt.

excluídos dessa referência tradicional. Portanto, a crise carrega um aspecto de positividade que perpassa a possibilidade de “Pensar o mundo hoje é pensar “sem corrimão”” (ALMEIDA, 2008, p. 3), ou seja, abre-se oportunidade de refletir sobre os sentidos do mundo e reestruturá-lo, inclusive como lembra a professora convidada de que o reconhecimento da crise permite, a partir do ato de pensar, a evidência de outros saberes e histórias até então invisibilizados na afirmação de uma tradição que seleciona, portanto também exclui. Permite pensar sobre conhecimentos desse mundo que são pouco valorizados.

A professora convidada continua sua fala destacando, então, um engajamento individual dos professores que se torna necessário para que eles coloquem em centralidade a reflexão sobre seus próprios modos de planejar/pensar. Ou seja, destaca uma centralidade do planejamento docente entendido como pensamento e não seu outro, assim, o planejamento é compreendido como a elaboração de um modo de conhecer.

E esta atitude de investigar o próprio pensar no planejamento constitui aspecto formativo docente. Afirmou-se que devemos pensar sobre o nosso processo formativo e trazer isso à tona para compreender as escolhas que tomamos durante a docência; entendemos assim que, o ato do planejamento nos permite o autoconhecimento, engloba um processo de formação que possibilita encontro com o que nos (de)forma, como afirma a professora convidada.

Nas palavras da palestrante, nesta busca dos sentidos dos acontecimentos que os professores tomam como conteúdos em suas disciplinas ocorre um processo individual do docente que engloba um pensar o próprio pensamento.

No processo de apresentar uma parcela do mundo para as crianças e jovens, como um representante do mundo, durante o planejamento docente ocorre um duplo encontro geracional que denota uma dupla dimensão formativa: do professor em contato com as obras e acontecimentos do mundo que já está formado/estruturado por gerações anteriores e para os alunos, os recém chegados que serão apresentados a um modo alternativo de conhecer (do passado) no tempo (presente). O professor em sua tarefa lida tanto com as gerações anteriores e suas elaborações quanto com as novas gerações e as possibilidades de novas ações. O planejamento, então, permite que os recém-chegados possam obter, no mínimo, uma leitura do mundo; com o objetivo de ampliação das possibilidades de conhecer o mundo e de ação. (Rodrigues, PALESTRA, 23/07/2020).

Os desafios para o campo da educação na contemporaneidade trazem à tona a afirmação arendtiana de “pensar sem corrimão” e buscar o sentido de algo sem bases tradicionalistas. Pois trouxe uma instabilidade no nosso modo de pensar sobre alguns

aspectos da Educação, mas também positivamente fez refletir sobre a lógica dos saberes. Sendo a construção dessa lógica, uma categorização e hierarquização do que é mais relevante para a construção do sujeito. Atualmente, se faz necessário a adaptação e reorganização da forma possível para a continuação do ano letivo nas escolas por meio das tecnologias, que é algo novo. A mudança de algo estático para algo inovador como o caso da escola para o campo tecnológico, necessita de um novas reflexões e pensamentos sobre, pois pode restringir ou abrir para novas possibilidades de conhecimento.

Como exemplo, durante a sua exposição da temática, a professora explicou a dança afro-brasileira “Jongo” apresentando um vídeo de uma roda de jongo, destacando os elementos presentes e que constituem o fazer da prática como a roda, a dança, as palmas, os tambores (instrumentos), apresentando as questões simbólicas que perpassam estes aspectos e pontuando alguns aspectos de discriminação nos contextos escolares sobre as manifestações culturais de diferentes saberes, como a constante associação (preconceituosa) dos tambores a práticas intituladas como perigosas (numa visão religiosa) ou demonizadas. Assim, num trabalho pedagógico com o jongo, que é uma manifestação afro-brasileira historicamente remetida ao contexto do período da escravidão no Brasil, nesta busca de sentidos em relação com o planejamento, as ações se expandem de um compilado de passos para buscar compreender o que leva, ainda hoje, vários grupos, inclusive em diferentes estado do país a continuarem fazendo o jongo. Perpassa a busca de compreender e apresentar aos alunos o que esta prática nos diz sobre as pessoas e suas histórias e sobre o tempo presente. Neste sentido, o texto base apresenta a importância das histórias na educação, que na compreensão da professora convidada podem ser contadas através dos planejamentos.

Contar uma história” dos acontecimentos no mundo é uma “modalidade” do pensamento. [...] Propomos utilizar o termo “história” num sentido mais amplo, isto é, aplicamo-lo não apenas a um gênero literário, nem somente à História, mas às experiências humanas às quais podemos atribuir um sentido, porque dizem respeito às pessoas e à sua inserção no mundo. [...] Nesse sentido, as histórias, ao mesmo tempo em que mostram algo de seus personagens, também revelam algo de nós mesmos, isto é, com elas surge algo que compartilhamos com outros. Assim, o pensar faz com que nos compreendamos como parte deste mundo humano, repleto de histórias que nos separam e unem, ao mesmo tempo. (ALMEIDA, 2008, p. 13).

Assim, o planejamento docente constitui uma ação pela qual os professores encontram-se com objetos da cultura, com os sujeitos e as histórias que os compõem,

por isso a dimensão formativa docente aparece no ato de planejar, entendido para além de um documento burocrático escolar.

Após explicitar estas bases teóricas a professora convidada finalizou sua exposição destacando três aspectos que nos permite, então, falar sobre a dimensão cultural e formativa docente pelo planejamento como meio de ampliação e transformação das mentalidades herdadas, baseando-se em sua experiência docente com o jongo. Durante os processos de planejamento há:

1. **Encontro entre gerações:** como já evidenciado anteriormente o professor, ao escolher os conteúdos a serem trabalhados e planejados, entra em relação com gerações anteriores que produziram as obras e acontecimentos que constituem o mundo que nos recebe e estas escolhas também se atrelam a como este professor entende estes saberes e conhecimento e o encontro com as novas gerações a partir da elaboração de um modo de conhecer o mundo. Do contato inicial com as obras e acontecimentos temos, também, o encontro com uma herança sem testamento (ou seja, sem a orientação de uma tradição) o que traz a necessidade do pensar sobre os sentidos. Transforma os modos de olhar para a(s) cultura(s). Assim, a responsabilidade dos professores em apresentar o mundo aos recém-chegados no contexto da instituição escolar está imbricada com as relações que estabelecemos com o passado, “uma vez que o mundo é sempre velho perante os recém-chegados e é do ofício do educador “servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado”. Ou seja, denota como entendemos a história, no sentido estabelecido pelo texto base, e as relações entre passado e presente. A professora apresentou um exemplo para deixar mais claro esta relação: enfatizou o dia da consciência negra ou o dia 13 de maio como eventos comemorados nas escolas, muitas vezes de forma simplificada, e destacou que a data da abolição da escravidão no Brasil (13 de maio) é apresentada atrelada à assinatura da Lei Aurea em 1888 pela princesa Isabel, o que é um fato da ‘história oficial’, porém, o que estas datas significam para os grupos jongueiros, por exemplo? Mais que este fato da história oficial, vários grupos jongueiros tratam esta data como um dia de memória das lutas do povo negro por sua liberdade, como comemoração aos pretos-velhos, como lembranças da luta passada e que reverbera nas lutas atuais por direito a terra, por exemplo, ou seja, de fato torna-se história (sentidos dados pelos sujeitos).

2. Há uma **dimensão subjetiva** que perpassa o planejamento: esta dimensão subjetiva do processo de planejar traz o corpo e os sentidos como elementos do planejamento, nas práticas de dança, e atrela-se a construção do gosto, também pelo professor, portanto não é desprezível no planejar, lembrando que o gosto não pode ser limitante no trabalho pedagógico: gosto de jongo, mas o que tem para além do meu gostar? É preciso refletir sobre as relevâncias destes saberes enquanto conteúdo pedagógico, o que está imbricado com os processos de formação cultural. O contato com práticas experimentadas pelos sentidos é um aspecto formativo cultural. Ouvir o som dos tambores e perceber que há variadas maneiras de tocar jongo e experimentar e perceber que os movimentos de dança expressam relação com uma memória ancestral ou homenagem aos membros da comunidade que passam a dar “corpo” ao grupos são processos que podem contribuir para compreensão ampliada da prática escolhida e não somente o trato de um gestual isolado. Assim, é importante pontuar que as relações com o pensar a partir dessa dimensão subjetiva nos permite perceber os cuidados, mas também os descuidos que possamos estabelecer com a cultura. Acessar o campo gestual de uma manifestação não é só aprender a técnica daquele mover-se, mas é o acesso ao campo simbólico dos grupos, das pessoas que contam suas histórias, seus ritos, religiosidades, formas de relação com o passado, valores, entre outros.

3. Há uma **dimensão objetiva** no planejamento: esta dimensão engloba a construção efetiva do objeto de ensino, possibilitando encontro com a historicidade da prática, com documentos orientadores da educação que tocam em temáticas daquele saber, como legislações educacionais e diretrizes educacionais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais, estudos e textos produzidos sobre a prática (como estudos acadêmicos produzidos por jongueiros ou documentos sobre a patrimonialização da prática), ou seja, na mobilização de materiais teóricos sobre o objeto a ser estudado, visando compreender os processos de construção desse objeto. Os elementos do objeto, como no jongo que engloba a dança, a música (com cantos e toques de tambores), a roda como espaço do fazer e as singularidades que compõem o objeto como uma relação temporal diferenciada (tempo cíclico), a presença de valores de ancestralidade, de oralidade, entre outros. O contato com a materialidade que estrutura o objeto escolhido possibilita a construção/criação de caminhos pelos professores diante das escolhas que fazem para o trato pedagógico, culminando num

formato de sistematização a ser apresentado aos alunos, possibilitando assim, um duplo alcance de conhecimento, tanto para o docente como para os alunos.

Caminhando para conclusão da aula-palestra a professora destacou que pensar os processos culturais formativos pelo planejamento docente denota considerar a responsabilidade pela presença de crianças, dos recém-chegados no mundo assim como a responsabilidade pelo mundo, permitindo nos vermos como sujeitos de uma prática contextual que ultrapassa os muros da escola. Perguntar sobre os sentidos dos nossos planejamentos docentes é uma tentativa de lidar com as heranças que ainda existem e compõem nosso mundo, uma vez que um planejamento entendido como documento burocrático não dá conta das heranças, enquanto construção de nossa humanidade.

Debates

A segunda parte da palestra envolveu o diálogo com participantes que faziam perguntas. Os participantes do seminário se organizavam em grupos de três pessoas e faziam suas colocações, perguntas ou indagações e a professora-palestrante respondia e os demais poderiam acrescentar seus comentários via mensagem/chat.

Inicialmente, a palestrante argumentou sobre um certo processo de homogeneização acerca do conhecimento sobre as relações étnico-raciais nos projetos escolares devido aos processos formativos docente quando indagada sobre as ações de consciência negra comuns e pontuais em espaços escolares, sobre os preconceitos com o jongo e sobre, apesar da existência de leis, de acontecer um processo de ausência de conteúdos étnicos nas escolas:

Precisamos ampliar os conhecimentos sobre tais relações e transformar nossa mentalidade (pensar sobre meu pensamento), pois estamos presos numa ideia de identidade fixa, essencialista sobre esses conhecimentos, para assim haver diferentes resultados durante o planejamento e a execução dos projetos escolares. (Rodrigues, PALESTRA, 23/07).

A identidade não é fixa, portanto deve-se pensar um conteúdo de forma ampla, ainda mais nas danças, como no jongo, onde observa-se que a identidade não é algo fechado, um dever ser, pois apresentam (as danças) singularidades representadas pelos diversos grupos jongueiros que dançam de maneira diferentes, que cantam letras diferentes, que dançam jongo com sentidos específicos ao seu contexto. Ou seja, é preciso ampliar o olhar e não tratar de forma simplista a cultura, não cristalizá-la, como em exemplos de experiências escolares onde as danças africanas sempre aparecem no

dia da consciência negra representada pelos alunos com seus corpos pintados e cangas como roupa/vestimenta característica, sem nem mesmo saber os sentidos das pinturas corporais, por exemplo. Esse constitui um procedimento caricatural que só serve para reafirmar o status quo do ponto de vista folclorista e não dos agentes produtores das suas próprias culturas. Por isso, a palestrante destacou, mais uma vez, a importância de ressignificação da identificação fixa de um grupo, de um povo.

Essa identidade fixa impossibilita a potencialização da história e a singularidade de um grupo. Se faz necessário a compreensão dos sentidos que os sujeitos dão a prática para erradicar a identificação e generalização fixa dos grupos. Fazendo o exercício constante de olhar para nós mesmos e pensarmos sobre nossos processos de formação. A construção do lugar, processo intencional e organizado, para um grupo de pessoas define a forma de olhar e pensar sobre o grupo. [essa é uma forma de produção de sentido sobre grupos de pessoas e não uma conclusão na fala] (Rodrigues, PALESTRA, 23/07/2020).

Uma segunda colocação no diálogo perpassou aspectos atrelados às legislações existentes como a lei 10639/2003, lei 11645/2008, as diretrizes curriculares para educação étnico-racial e, também a Base Nacional Comum Curricular, através de uma pergunta: há um terreno de maior liberdade para tratar temas étnico-raciais a partir da base nacional curricular? A partir disso, a palestrante destacou que, nesta última não há novidades referentes a questões étnico-raciais, mas sim uma reafirmação pela legislação. Para haver mudanças é necessário a transformação do pensamento e a base nacional constitui mais um espaço e documento de reafirmação, completa a palestrante, que também enfatizou a ambiguidade entre as leis e as práticas efetivas nos espaços escolares. Chamou atenção para que se refletisse sobre a necessidade da garantia e obrigatoriedade em lei de determinados saberes e conhecimentos, destacando a ausência ou negação desse conhecimento, atrelado a uma perspectiva de formação eurocentrada.

Faz-se necessária a busca pela valorização de outros conhecimentos por meio de grupos que defendam esses outros saberes. Os documentos legais são extremamente importantes e são, inclusive, base para estratégias de ação docente, mas sem a implementação desses documentos, não há conhecimento; e para essa efetivação necessitamos de processos de reeducação da nossa mentalidade. Processo esse nada simples, mas sim um processo complexo e longo. Em relação com as crenças privadas (religiosas), por exemplo, que o próprio docente possui: é necessário que este docente compreenda sua função atrelada aos saberes que visam o desenvolvimento de um conhecimento que é público. Por fim, para haver a relação legislação e prática, o saber, dito não científico, diferente do padrão necessita ser evidenciado, conhecido e compreendido pelo docente. (Rodrigues, PALESTRA, 23/07/2020).

Falando sobre casos de racismo ou discriminações que acontecem em espaços escolares entre alunos e crianças, a palestrante lembrou que é comum vermos uma atitude de professores que envolvem acabar com o confronto/conflito a partir de ações de apaziguamento ou uso da religião para afirmar que todos são iguais, destacando-se uma ação simplista e que não enfrenta as questões do problema que o racismo engloba na nossa sociedade. Como a palestrante alertou:

o professor deve inserir o aluno no mundo, que não é igualitário, é conflitivo e apresentar as possibilidades para a transformação desse mundo. E, como professores, devemos entender os sentidos que devem ser destacados para a construção de conhecimento da criança, possibilitando ao aluno as máximas do mundo. Apresentando o mundo, de diferentes maneiras, os diferentes saberes e os diferentes sentidos, de maneira não doutrinária, permitindo o surgimento de um novo conhecimento e pensamento por parte dos alunos. (Rodrigues, PALESTRA, 23/07/2020).

A palestrante argumentou que os atos de discriminação que perpassam as expressões corporais, com ênfase no jongo, pressupõem a falta de conhecimento sobre tais saberes, conseqüentemente, pode culminar em caracterizações generalizadas, estereotipadas e preconceituosas. Estas atitudes evidenciam a construção de relações de poder que perpassam uma hierarquização, classificação e adjetivação do que é aceitável, importante e considerado ‘cultura’, negando e, até criminalizando o que se opõe àquilo que se configura como ‘cultura’. Muitos atos proibitivos foram impostos na história de manifestações africanas e afro-brasileiras como a capoeira ou os batuques na época colonial que são exemplares desta questão.

Num outro diálogo estabelecido, refletiu-se mais sobre a ideia de *pensar sem corrimão* de Hannah Arendt trazendo o alerta da autora sobre a ideia de crise, entendendo que em momentos críticos, de perda de referências e de perda de certezas, é importante para repensar as estruturas e categorias com as quais somos formados. Assim, a palestrante alertou que o reconhecimento da crise da tradição, enfatizada por Arendt em seus estudos, é que permite, também, dar atenção à outras culturas, outros saberes e conhecimentos que, até então, não foram evidenciados na referência mantida até a crise. Ou seja, a crise pode ser pensada positivamente para evidenciar o novo; os olhares, num contexto de crise, podem ser direcionados sem a referência que os guiava, possibilitando uma possibilidade de abertura para novos saberes.

Neste contexto reflexivo, uma frase da professora chamou atenção quando alertou sobre os cuidados que precisamos ter em possibilitar um “grito de dor sem

articulação da fala (Rodrigues, PALESTRA 23/07/2020)”, como em momentos em espaço escolar em que possibilitamos a evidência das culturas, dos saberes de diferentes grupos étnicos, evidenciando suas dores, sofrimentos e lutas, porém, restrito a um momento específico, como festividades pontuais, e, depois a “caixinha do diverso” espera fechada a próxima data do seu aparecimento, enquanto o contexto volta para sua “normalidade”, com os atos de discriminação, estereotipização, negação e invisibilização, não ocorrendo, assim, uma ressignificação e elaboração de sentidos dos processos que englobam o fazer da cultura para os sujeitos em aprendizado, em formação. O risco deste processo se atrela à redução das diferenças a uma categoria a-histórica que estigmatiza o outro diante de uma norma estabelecida.

Perguntada sobre sua pesquisa de doutorado, em específico, sobre relações do currículo escolar com a realidade local do bairro da escola que envolvia a presença de um quilombo em processo de reconhecimento, a professora destacou que houve dificuldades de interação, na verdade, distanciamento entre a escola e seu entorno, durante a sua pesquisa de tese, sendo necessário a mudança de metodologia durante a sua pesquisa. Interessante que neste processo a palestrante disse que se viu questionando seus próprios modos limitados de entender os grupos na sociedade, pois esperava que fosse imediata a relação do grupo quilombola com a escola, porém estes também possuem outras demandas e necessidades que não eram afins à pesquisa no momento. São sujeitos com interesses e lutas variadas.

Em outro momento, questionada sobre como buscar alternativas no trabalho pedagógico dentro de um contexto de oposições, por exemplo, de próprios sujeitos escolares ou de alunos que se negam a fazer ou participar de determinados conteúdos, a palestrante retomou a positividade da crise de Hannah Arendt e apresentou uma experiência de formação descentralizada, realizada dentro da própria escola pelos sujeitos escolares, que constitui espaço de encontro e confronto, de diálogo entre professores, pedagogos, assistentes e diretores. Mobilizar espaços de formação dentro do próprio contexto escolar como possibilidade de trato de temas como a questão étnico-racial e o papel da escola e de professores. Chamou atenção para nossas compreensões sobre a história, enfatizando a pergunta: Quais histórias contamos para nossos alunos? Entender a história, como não progressista e linear (começo, meio e fim) e que tem uma conexão atemporal entre o passado que só pode ser lido com olhos do

presente (BENJAMIN, 2012) constitui um exercício possível de olhar para a cultura e que influencia nossas ações pedagógicas. Ou seja, a dimensão formativa do planejamento perpassa este encontro do professor com os objetos de cultura constituídos no passado e que permanecem e são retomados no presente. Precisamos dar *ouvidos* a outro ponto de vista, aos oprimidos, aos vencidos (BENJAMIN, 2012) para repensar sobre a construção dos lugares e possibilitar a contagem de novas histórias.

Outra pergunta enfatizou o lugar da criança e a cultura, a partir dos estudos de Hannah Arendt que destacam a possibilidade de contribuir para uma autonomia futura dos recém-chegados e aponta lugares diferentes entre adultos e crianças com relação ao mundo e possíveis relações com os estudos da Sociologia da Infância que consideram a criança como sujeito de direitos e que tem que ter sua autonomia garantida. Sobre esta questão a palestrante destacou que a autonomia da criança no processo de formação como sujeito deve ser contemplada, especialmente, através de suas singularidades e no seu ponto de vista nas relações, dos seus modos de ainda olhar para o mundo que se difere dos adultos, mas não pode ser confundida com abandono pelo adulto, com um mundo à parte. Pois, não podemos esquecer que o professor possui um papel fundamental que perpassa sua contribuição no processo para o segundo nascimento postulado por Arendt e que envolve “nascer para o mundo”, ou seja, reconhecer suas lógicas, suas histórias que já existem antes da criança nascer biologicamente, tornando possível o questionamento futuro e a transformação deste mundo.

Um bloco final de perguntas englobou relação de construção de sentimento de pertencimento e identidade a partir do jongo para seus praticantes. De acordo com as pesquisas da palestrante, há forte relação entre pertencimento e identidade no Jongo, havendo a mobilização da pluralidade de identidades e um processo de aceitação (ou recusa, portanto envolve ressignificações) dessas identidades. O jongo perpassa um processo social e político de resistência social, engloba a busca e luta de reconhecimento social e igualdade de direitos como o direito à terra. Dessa forma, o reconhecimento enquanto jongueiros ou comunidade jongueira significa essa luta por direitos e pertencimento a esse espaço e lugar de reconhecimento político. Para os jongueiros há um processo de construção de identidade que perpassa o reconhecimento da ancestralidade jongueira (tios, avós, pais e amigos), rememoração dos tempos de

escravização e ações atuais em busca de direito à moradia, à educação, saúde e saneamento, por exemplo.

Outro tema perpassou apontamentos sobre a normatização e engessamento da escola que tem uma função de ser disciplinar que evidencia uma distância ou conflito entre um ensino instrumental e a ideia de apresentar o mundo de Arendt. Para a palestrante pensar na normatização da escola e o engessamento dos saberes, “(...) significa pensar na institucionalização e hierarquização dos diversos saberes que o contexto escolar abarca. Faz-se necessário a criação de possibilidades de um processo formativo, também, a nível de formação inicial docente, que não exclua ou diminua ou negue outros saberes”. (Rodrigues, PALESTRA, 23/07/2020). Esta parte de debates foi finalizada com um relato de experiência de uma mãe em relação ao racismo na infância e no ambiente familiar, enfatizando a construção do racismo e da ação que os adultos podem ter. Nesta fala destacou-se a importância da representatividade negra para tratar dos temas e da construção identitária das crianças, entretanto, não se esqueceu do contexto de dificuldades que ainda se enfrenta para tratar dos temas étnicos como os preconceitos, os casos sempre atuais de racismo e discriminação e tentativas de legislação que dificultem ou impeçam o trabalho, refletindo um cansaço e desânimo diante de uma falta de otimismo da professora diante destas questões. A palestrante concluiu sua participação dando ênfase na luta constante que o tema abarca e, especialmente, alertando que entende a falta de otimismo destacada na fala, mas que é necessário nos distanciarmos de um otimismo ingênuo que não contribui para o desenvolvimento de processos formativos. É necessário um otimismo ativo diante da responsabilidade que assumimos com o mundo e com as crianças que chegam a este mundo no processo pedagógico que perpassa a crítica sobre nossos processos formativos e os modos como lidamos, por exemplo, com nossos planejamentos no encontro com os objetos de cultura, podendo impulsionar possibilidades de ação. Olhar para o jongo de forma monumentalizada ou como parte da história de grupos sociais que permanecem até hoje? Em que este olhar influi nas ações pedagógicas? A escola não pode sozinha, mas o que podemos? O que é possível (e necessário) fazer? São questões constantes.

O mediador do seminário, professor Christian Muleka Mwewa, destacou o fato sobre a mudança de pensamento e avanços nos sentidos históricos das questões étnico-

raciais e em seguida, reproduziu um vídeo - “Poema O Navio Negreiro- Tragédia do Mar”. Segundo a palestrante, “o vídeo pode ser usado como recurso e instrumento, assim como as músicas, os filmes, outros textos e imagens, para a (in)formação e ampliação do conhecimento de novos saberes” (Rodrigues, PALESTRA, 23/07/2020) enfatizando que o encontro com os objetos de cultura, a partir das variadas formas que os engloba é importante no processo de planejamento do professor e da possibilidade de leitura sobre a cultura que ele possa elaborar e apresentar aos alunos nas escolas. E destacou um trecho do poema de Castro Alves: “Ontem simples, fortes, bravos - Hoje míseros escravos - Sem luz, sem ar, sem razão...”, lembrando do assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, no dia 25 de maio de 2020, no qual a frase “Eu não consigo respirar” tornou-se central nas discussões raciais atuais. Todos estes aspectos explicitam, assim, que a dimensão cultural formativa do planejamento se dá nestes encontros/confrontos de como o objeto aparece na sociedade, quais as possibilidades e preconceitos que surgem sobre ele, quais outros temas o perpassam etc. Constitui um movimento de leitura ampliada dos objetos de cultura que são selecionados no processo pedagógico pelos professores.

Algumas considerações...

Concluiu a palestrante: “nossa forma de comunicação e interação sofreu mudanças drásticas e inesperadas, mas nosso papel como professores/as e educadores/as perpassa oportunizar as máximas possibilidades de conhecimentos para nossos/as alunos/as e para isso devemos repensar sobre o ato de educar”. Como representantes de um mundo público, assevera a palestrante: “(...) devemos continuar com um processo formativo que possibilita o pensar crítico sobre a lógica dos saberes e o sistema classificatório das culturas”, sendo assim, um/a professor/a pesquisador/a que (re)penha constantemente suas funções e suas ações, também, no mundo acadêmico. Isto é, o que eu, professor/a, estou a fazer nesse mundo? Deve ser uma constante pergunta.

Portanto, educar engloba processos de (re)educação dos próprios professores e a partir do planejamento é possível um encontro com os objetos de cultura, que requerem nossa atenção e perpassa processos de transformação das mentalidades para não se adaptar ao sempre igual transfigurado de novo, e sim renovar sempre a leitura do mundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. S. de. Educação, histórias e sentido em Hannah Arendt. *Reunião anual da Anped*, 31., 2008, Caxambu. Anais... Caxambu. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt17-4307-int.pdf> Acesso em: 9 de jul. 2020.

ARENDDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BALDI, N.; MARQUES, T.; NASCIMENTO, D. Meia-volta na ciranda: reflexões sobre decolonialidade na dança. *Revista Interterritórios*, v. 5, n. 8, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interterritorios/article/view/241594>. Acesso em: 5 de jul. 2020.

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. S. P. Rouanet [Trad.]. M. Seligmann-Silva (Rev. Téc.). São Paulo: Brasiliense (Obras Escolhidas v.1), 2012.

CLARO, M. Poema O Navio Negreiro. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3j8XoDSOA-E>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CNPQ. Currículo do sistema de Currículo Lattes. Informação sobre Renata Marques Rodrigues. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4248676D2>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FLORES, A. Roda de Jongo. 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ut1U7pTx87E>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MUNANGA, K. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em: 15 jan. 2017.

5. MIMESIS E IDENTIDADE POLÍTICA. UMA PROBLEMATIZAÇÃO ADORNIANA DA DEMOCRACIA.

Rogger Diego Miranda¹⁰

RESUMO: A vivência democrática é um assunto que requer uma leitura atenta dos direitos civis, políticos e sociais, na tentativa de compreendermos melhor o Estado Democrático de Direito. Nesse viés, entende-se que a representação popular é imprescindível ao funcionamento das democracias modernas. Mas quem são estes que no regime democrático compõe a soberania popular efetiva, e não meramente “simbólica”? Se a soberania popular efetiva significa dar voz ao povo, é preciso entender que essa voz não se faz através do discurso hegemônico presente na proposta de conciliação do momento pós-político, em que vivemos a democracia liberal, mas sim pela pluralidade presente no elemento da democracia radical, conhecida como democracia agonística, retratada por Mouffe (2006). Também a partir das contribuições filosóficas da Teoria Crítica de Theodor W. Adorno para o debate político-educacional pretende-se problematizar o modelo ideológico da *semiformação* instituída que embasa o sistema de ensino vigente. Nesse sentido é importante que se faça a pergunta: para onde a educação deve conduzir o sujeito? A partir de Gambarotta (2020), entender-se-á que em tempos de conformação cega com o status quo, torna-se necessário que a educação se volte à refortalecer o potencial de auto-reflexão crítica, e, por conseguinte, de contestação do sujeito frente à sua adaptação à ordem social homogeneizadora, promovendo a pluralidade através da compreensão de mimesis, no lugar de uma suposta identidade política não democrática.

Palavras-chave: Democracia; *Semiformação*; Mimesis.

5.1 A IDENTIDADE E SEU LAÇO POLÍTICO: PROBLEMAS PARA A DEMOCRACIA.

A problematização da democracia que reflete sobre sua própria estrutura conceitual, partindo da concepção que a categoria "identidade", apresentada por Adorno, mas sem se concentrar na relação sujeito-objeto (típica de sua teoria da arte e de sua teoria da arte). Esse é o objetivo da obra de Emiliano Gambaritta na obra analisada neste ensaio.

O primeiro ponto de relevância para se adentrar na profundidade epistêmica desta obra é entendermos alguns dos seus conceitos-chave, começo pela própria ideia de democracia. O termo democracia tem origem grega, podendo ser etimologicamente dividido da seguinte maneira: *demos* (povo), *kratos* (poder), originalmente definida como *demokratia*.

¹⁰ Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/ CPTL roggermirandaa@hotmail.com

A força do povo, do *demós*. Esse é o primeiro significado atribuído pelos atenienses a expressão democracia que, curiosamente, se desenvolveu no mesmo período em que outra grande civilização mediterrânea, habitante da península itálica, Roma, experimentava o seu modelo de República, por volta do último decênio do século VI a.C..

Em Atenas, foi Clístenes (565 a.C. — aproximadamente 492 a.C.), que disputando com os aristocratas conseguiu implementar uma reforma do regime político que foi chamada então de democrática, onde todos os considerados cidadãos, não mais apenas um pequeno grupo de privilegiados, seriam agora convidados a participar das deliberações e decisões da cidade. Implementada em Atenas, esse modelo de governo acabou se espalhando por toda a região da Ática, chegando as demais cidades-Estado.

Se hoje as discussões acerca da democracia, expressão já quase que naturalizada pelo senso comum, se desenrolam sobre a reflexão sobre ser ou não a melhor forma de governo possível, o objetivo aqui será, primeiro, dialogar sobre a historicidade do conceito, destacando também suas principais características identitárias.

A própria etimologia, já exposta acima, pode sugerir uma ideia muito ampla sobre o que é a democracia, afinal, “povo no poder”, pode fazer com que os leitores menos atentos vislumbrem, por exemplo, que não necessariamente toda democracia possui o povo envolvido nas decisões políticas, direta ou indiretamente. Antes de mais nada, é preciso compreender o que seria essa ideia de povo.

Friedrich Müller (2003), jurista alemão, refletiu sobre o conceito de povo e o valor que este representa para o constitucionalismo e para a democracia. Ele afirma que essa é a questão fundamental da democracia moderna que encontrou na categoria povo uma infinidade de significações e atribuições, que também ecoam no sentido histórico.

Num sentido antropológico, pode-se considerar as reflexões feitas por Darcy Ribeiro (1995) que vislumbraram caracterizar etnicamente o povo brasileiro partindo do pressuposto da miscigenação entre negros, brancos e índios e a formação de outros/novos grupos étnicos.

Num sentido sociológico, pode-se tentar identificar os diversos grupos sociais que se identificam com a noção de povo e seus processos de identificação. Num sentido

político, pode-se tentar interpretar o povo a partir de diversas correntes de pensamento, como a que Jean-Jaques Rousseau advogou, qual seja, o povo como criador da vontade geral. Riley vê Rousseau como defendendo o que chama de uma "moralidade do bem comum":

[O] que Rousseau admirava na sociedade antiga não é realmente uma vontade geral, mas uma moralidade política do bem comum, na qual a vontade individual não é suprimida, mas simplesmente não aparece em contraste com, ou erguendo pretensões de direito contra, a sociedade. O que dava à política antiga sua unidade não era a convergência de muitas vontades em pontos centrais de interesse comum, mas, antes, um idioma moral no qual a socialização extrema era natural e no qual havia pouco espaço para uma noção de vontade e artifício. (RILEY, 1982, p. 113).

Segundo Müller (2003), uma primeira compreensão de povo seria como povo ativo. Basicamente, uma visão excludente – para os tempos hodiernos – de povo, que o entende como formado por titulares da nacionalidade e que elegem livremente seus representantes.

Ora, por essa perspectiva, os estrangeiros são excluídos do conceito de povo, bem como aqueles que não podem exercer o direito ao sufrágio (como crianças, adolescentes, idosos, entre outras), o que pode se tornar perigoso em termos políticos, haja vista que a definição de povo possui direta vinculação com as políticas que podem vir a ser implementadas por um determinado Estado.

Sabe-se que, desde as revoluções liberais do século XVIII, a ideia de povo é tratada como instância global de atribuição de legitimidade. Essa pode ser considerada uma segunda conotação da ideia de povo. No entanto, essa perspectiva também possui um sentido excludente, já que não muda o status de “povo ativo”, isto é, dá legitimidade àqueles que podem participar da vida política de um determinado Estado e aos cidadãos do respectivo país.

Tão problemático quanto esses primeiros entendimentos acerca da ideia de povo é compreendê-lo através de uma certa iconoclatia. Ao ser iconizado, a categoria povo pode ser utilizada para justificar concepções políticas de justiça, que podem agir “em

nome do povo”. A iconização abandona o povo a si mesmo, ocupando-se de desrealizar a população, em mitificá-la.

Trata-se, então, de uma idealização que acaba por fazer do povo algo irreal, ideologicamente construído, e que pode ser utilizado pelo autoritarismo para legitimação de medidas violentas como colonização, expulsão, liquidação, entre outras. Felizmente, essa são ideias definidas também por aspectos culturais, portanto, estão expostas a dinâmicas de resignificação.

Em sentido mais amplo que outros significados que operavam a partir da exclusão de uma parcela ou iconização, estaria, anda segundo Müller (2003), a ideia de povo como destinatário de prestações civilizatórias do Estado. Aqui, o termo todos os habitantes do território, bem como os titulares de outras nacionalidades – e mesmo os que não tem nacionalidade, como os apátridas –, assim como aqueles que atravessam o território do Estado, estando ainda com possíveis restrições jurídicas. Aqui, ninguém está legitimamente excluído do povo.

Entretanto, apesar de ampla, a ideia contemporânea de povo pode vir a incorrer em exclusões daqueles que tem cotidianamente seus direitos violados, isto é, de lugares onde as prestações estatais não ocorrem e que se tornam mais frequentes atualmente com o acentuamento de políticas neoliberais.

Historicamente, diversas barbáries ocorreram com parcelas da população que tiveram a sua condição de povo negada ou negligenciada, mesmo em modelos que se afirmavam enquanto democracias. Esse é o caso, por exemplo, dos judeus, eslavos, homossexuais, ciganos, dentre outros, no regime nazista, onde esses grupos foram formalmente desclassificados da condição de povo, não fazendo parte do povo ariano iconizado.

É o caso, também, dos escravos no período de escravatura, das mulheres e seu direito ao voto no liberalismo clássico, e até mesmo da burguesia no marxismo ortodoxo. Nota-se, portanto, que o conceito de povo não é simples, mas complexo e que exige ser trabalhado, alargado, com o intuito maior de efetivar a democracia e evitar que atrocidades mostradas pela história voltem a acontecer.

E é aqui que a obra de Gambarotta ganha contorno. Ora, enquanto uma categoria de "identidade" definida, partindo da concepção apresentada por Adorno, interrogando a relação sujeito-sujeito e seus efeitos que envolvem, necessariamente, o cancelamento do pluralismo, mesmo nas teorias que o tornam uma característica definidora da democracia. Ou seja, assim como a definição de identidade fixa de povo pode ser excludente, a ideia de uma identidade política também teria esse efeito, perdendo-se, assim, o sentido amplo de democracia.

Gambarotta baseou-se na teoria de Chantal Mouffe, concentrando-se nas reflexões dessa filósofa contemporânea acerca do conceito do político, apropriado de modo crítico no âmbito de uma proposta de modelo agonístico de democracia, em que se deve renunciar à naturalização das fronteiras da democracia e dos embates entre seus atores – os que eram tidos como inimigos, no interior de uma sociedade democrática, devem assumir o papel de adversários que compartilham um conjunto de valores e princípios ético-políticos, cuja interpretação está em disputa.

Para introdução desse tema, é preciso antes fazer uma diferenciação entre o apolítico e pós-político. O apolítico é compreendido como alguém que nega a política, que busca se isentar desse universo, que basicamente afirma não gostar de política, embora desconheça, por dedução, que todas as relações dentro de uma sociedade são necessariamente políticas.

Já o pós-político, muito utilizado por Mouffe, é aquele que se apresenta sob a ótica de certa neutralidade, ou seja, não é de direita, não se identifica com a esquerda. Basicamente, é alguém que não toma partido, que se despolitiza, mas que aparenta ser politizado, já que adota certos discursos políticos amplos e que sustentam generalizações. Seria, portanto, um tipo de alienação política, porque também envolve, na prática, uma isenção política, embora esteja em uma posição supostamente apenas apartidária, mas, de alguém que se enxerga como um ser político.

A maioria das pessoas da contemporaneidade vivem em uma condição pós-política, sem assumirem posições para a realização das reflexões necessárias para o desenvolvimento da democracia, de forma não falaciosa. O que se vive, portanto, não seria uma democracia plena, muito menos radical.

Essa suposta democracia serve de algum modo, como mecanismo que, a partir da busca do consenso dentro de uma política liberal, acaba calando uma parcela bastante considerável da população, perdendo sua primazia plural. A propósito, a autora afirma que:

Longe de ser o resultado necessário de uma evolução moral da humanidade, a democracia é algo incerto e improvável e nunca deve ser tida como garantida. É sempre uma conquista frágil que precisa ser defendida e aprofundada. Não existe nenhum limiar de democracia que, uma vez alcançado, possa garantir a continuidade da sua existência. A democracia encontra-se em perigo não apenas quando o consenso e a fidelidade aos valores que ela encarna são insuficientes, mas também quando a sua dinâmica combativa é travada por um aparente excesso de consenso que, normalmente, mascara uma apatia inquietante (MOUFFE, 1996, p.17).

A autora faz uma distinção entre o político e a política. Em sua obra, ela se valerá para realizar tal diferenciação da filosofia de Heidegger, numa distinção entre o ôntico e o ontológico, que não pretendo aprofundar de forma específica, mas a ideia seria mostrar a política enquanto uma instituição está acima e é muito mais importante do que o papel que assumem os políticos.

Mouffe pretende mostrar que a política precisa ser resgatada, indiferente da condição em que os políticos se encontram, porque essa política é fundamental para nosso modelo de vida democrático, que ela caracteriza como sendo uma democracia liberal, baseada na busca, através do voto e da participação popular, baseada, como já exposta, no consenso, uma vez que a base do liberalismo teria como pressuposto a busca da hegemonia, através da resolução dos conflitos.

Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão que participa da tradição da teoria crítica e do pragmatismo, membro da chamada Segunda Geração da Escola de Frankfurt, é, de algum modo, um interlocutor da crítica que Mouffe construiu acerca da democracia liberal.

Para Habermas, na chamada Ação Comunicativa, existe um pressuposto marcado pelo estabelecimento de uma razão, um senso comum democraticamente

esclarecido, que permitiria o diálogo entre diferentes pontos. Através do estabelecimento dessa base racional, o diálogo permitiria o consenso, uma espécie de solução dos antagonismos.

É aqui que entra a crítica de Moufee. Não porque ela não concorde necessariamente com a ideia de uma solução, mas porque existiria nessa ideia de consenso há também um mecanismo de poder e de controle, estabelecendo uma espécie de soberania absoluta da maioria, uma tirania, um despotismo da maioria.

Essa conduta descaracteriza a democracia em seu sentido mais radical. Imaginemos uma condição hipotética onde 51% da população apoie um projeto específico de política pública. O restante, ou seja, 49% da população restante, considerada “perdedora”, por não ser maioria, obrigatoriamente dentro de uma condição de consenso, vão ter que se submeter a busca daquilo que seria uma hegemonia dentro do que seria a pluralidade de pensamento. Seria esse o problema oculto dentro dessa ideia de consenso.

Ao invés de uma democracia, o que temos é uma tirania da maioria, onde a decisão tomada em ordem majoritária obriga todos os outros a se adaptarem, silenciando, ocultando a voz do que seria considerado minoritário. A questão é: será que a maioria sempre tem razão? Será que a decisão da maioria foi possibilitada através de uma ordem racional, sóbria, dentro do contexto da própria pós-política, marcada pela despolitização?

Agravando essa teoria do consenso e de quanto essa democracia dita liberal está escondida por detrás da tirania da maioria, Mouffe invocará outro pensador, que não é abertamente citado nos dias de hoje, mas que, de algum modo, ainda continua tendo sua teoria presente, mesmo que de forma indireta: o filósofo político alemão Carl Schmitt.

Adepto do Nacional Socialismo Alemão, Schmitt criou uma teoria que de algum modo é baseada na superação de um antagonismo, que ele chamou de relação nós e eles. Nessa compreensão, entendem-se eles como todos os que pensam diferente do nós, ou melhor, de nós.

Para lidar com “eles”, afim de basicamente desqualificar o que estes pensam e sobrepor o nosso modelo de pensamento, a primeira estratégia seria a essencialização.

Através dela, elege-se uma característica do grupo “eles”, encontrada ou criada, que necessariamente destoe do “nós”, construindo um rótulo, uma espécie de estereótipo recriminável, transformando-os em nossos inimigos a serem combatidos.

Essa generalização de considerar todos os que pensam diferentes de mim como inimigos, leva a construção da ideia de que “eles” representam um perigo a sociedade e o bem público e, por isso, precisam ser eliminados, já que o que estaria em jogo seria a própria harmonia social. Calar os inimigos não é questão de simples diálogo. Envolveria, segundo ele, uma condição necessária para a salvar a própria nação.

De algum modo, a democracia liberal se apropriou dessa discussão entre o nós e eles e isso fez com que hoje houvesse uma abertura muito menor ao diálogo. Não se reconhece a diferença, a pluralidade, enquanto construtivas da ordem democrática, mas como sintomas de inimizades incorrigíveis, manifestadas através de discursos cada vez mais agressivos e radicais, que buscam a hegemonia, ou, a vitória propriamente dita do grupo ao qual pertencem. Para Mouffe, isso não é democracia.

Calar o diálogo é, em teoria, absolutamente contraditório ao que pensa a democracia. E esse é o pressuposto político dessa pseudodemocracia liberal. O pior é que tudo isso se encontra sustentado por uma base contratualista. O problema do contratualismo é que ele parte do pressuposto que somos racionais, ou seja, que usamos a razão enquanto base para o posicionamento político.

Mouffe recorre a teoria de Freud, a psicanálise, para mostrar como as nossas relações de identidade são muito mais complexas do que só relações de razão, de consenso. Não somos tão racionais, como Freud explicitou, por isso, a democracia não poderia se sustentar apenas a partir dessa racionalidade, o que já por si desconstrói o argumento de Habermas acerca da Ação Deliberativa, uma vez que essa usaria da razão comunicativa, fonte da ética dialógica, para a sua realização.

Evoca também o enfrentamento a Immanuel Kant¹², em sua compreensão de maioridade, associado ao uso público da razão, que favoreceria ao esclarecimento, chave da liberdade, da felicidade, da justiça e do progresso social, promovendo a passagem da humanidade de um estado de heteronomia, para a autonomia do sujeito da razão.

Desejo enfatizar esses aspectos teóricos porque eles constituem a estrutura indispensável para abordagem alternativa da política democrática definida por mim. Para postular a inerradicabilidade do antagonismo, enquanto afirmamos simultaneamente a possibilidade do pluralismo democrático, é preciso argumentar contra Schmitt que essas duas afirmações não se anulam reciprocamente. Nesse caso, a questão crucial é demonstrar como transformar o antagonismo para que ele disponibilize uma firma de oposição nós/eles que seja compatível com a democracia pluralista (MOUFFE, 2015, p.16).

Aqui, o modelo democrático não calaria e não buscaria consensos definitivos, mas funcionaria através do diálogo, porém que não trataria mais o “eles, ou seja, aqueles que pensam diferentes de nós como inimigos, essencializados, mas ao contrário, acolhe o diferente como posicionamento legítimo. Assim a democracia funciona dentro do confronto constante, na permanência do diálogo e não das soluções arbitrárias.

A tarefa da democracia é transformar antagonismo em agonismo, que é uma relação nós/eles em que as partes conflitantes, embora reconhecendo que não existe.

Não que a razão não seja importante para a democracia. O debate não é esse. O que Mouffe afirma é que ela não abrange a regência de todo o Contrato Social, muito mais complexo, como já dito.

¹² KANT, Immanuel. Textos seletos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Texto complementar – base Autor: Ronald Augusto- Vertentes Kantianas do Séc. XIX.

O que seria necessário, portanto, resgatar na política pensando no que foi por ela defendido, ou seja, uma democracia radical? A resposta seria a confrontação agonística, ou política agonística.

Nenhuma solução racional para o conflito, percebam a legitimidade de seus oponentes, ou seja, eles são adversários e não inimigos.

É preciso compreender que há também racionalidade em uma perspectiva diferente da minha e que, além dessa razão, existem outros elementos também de identificação das outras pessoas que fazem parte daquele grupo, lembrando da psicanálise freudiana, e que, portanto, o diálogo é importante. Ainda que sejamos “nós”

ou “eles” a maioria, isso não deve ser suficiente para que alguém seja calado por uma atitude maniqueísta.

Feito os devidos esclarecimentos acerca de democracia, encontraremos as conexões com o pensamento adorniano. Embora Adorno não desenvolvido uma problematização específica sobre a democracia, Gambarotta encontrou em sua teoria elementos que colaboram para práticas e lógicas que impossibilitam sua concretização no presente ou, mais ainda, que promovem uma lógica totalitária.

O termo “totalitarismo” surgiu durante a década de 1920 para referir-se ao fascismo italiano. Esse sistema político, inclusive, surgiu com o próprio fascismo italiano, regime que alcançou o poder na Itália em 1922, quando Mussolini tornou-se primeiro-ministro do país.

Ao longo da década de 1920, a tendência política mundial pendia para o autoritarismo, e o totalitarismo ganhou considerável força após a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha. A ascensão do autoritarismo marcou a queda dos valores do liberalismo burguês, são definidos pelo historiador Eric Hobsbawm:

Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembleias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião (HOBSBAWM, 1995, p. 113).

De forma geral, as características básicas do totalitarismo envolvem o culto aos líderes, que tinham suas imagens espalhadas em todos os locais possíveis, públicos e privados, como escolas, por exemplo. Também a defesa do unipartidarismo, uma vez que os estados totalitários suprimiam a existência dos partidos, e somente o partido do governo tinha a permissão de funcionar.

A doutrinação ideológica. A centralização do poder, o uso do terror para amedrontar seus opositores e perseguir grupos enxergados como “inimigos do Estado”, a censura, comum a jornais e à população em geral já que regimes totalitários não aceitavam críticas, denúncias e não aturavam a existência de uma oposição, uniam-se a

militarização da política, a criação de inimigos comuns, internos ou externos e o nacionalismo exacerbado que assumia um viés extremista que pregava a exclusão e perseguição de outros povos ou etnias, identificam os totalitarismo, característicos da extrema-direita, então do fascismo italiano e do nazismo alemão, e da extrema-esquerda, com o stalinismo soviético.

Theodor Adorno compreende o campo de concentração como paradigma ontológico¹³ da contemporaneidade, que se manifesta na vigência permanente do estado de exceção, na constante produção de vida nua, na ascensão de tendências políticas e de governos de conotação totalitária que concebem a educação como um meio de reproduzir a lógica do poder soberano.

Isso quer dizer que Adorno argumenta que a lógica do campo se tornou regra no bojo de regimes de conotação totalitária e que continua agindo na contemporaneidade. Em nome de uma segurança imaginária, os cidadãos abrem mão de sua liberdade, de sua autonomia, o que permite a perpetuação da lógica do campo na contemporaneidade, presente em instituições como escolas, empresas, órgãos governamentais, ou seja, nas mais variadas instituições e instâncias sociais nas quais se circunscreve a vida dos indivíduos.

Freud apresentou sua obra “O Mal-Estar na Civilização” no ano de 1929, em plena crise econômica advinda da “Grande Depressão”. Nela, buscou explicações de como o mal-estar humano e civilizatório podem se apresentar, além de suas consequências. Estudando os estados de consciência e de inconsciência humana, Freud conclui que o mal-estar se apresenta na própria natureza humana. Na condição de seu objeto de estudo, busca retratar a conformação dessa natureza que culmina no mal estar civilizatório.

Adorno, a partir dessa obra, traçou seus argumentos a respeito da barbárie do que foi Auschwitz, alertando para a necessidade de impedir, através da educação, o seu retorno. Segundo ele, “fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz foi à regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta repressão” (ADORNO, 1995).

A educação na primeira infância, é vista como primária à formação do indivíduo enquanto ser social e histórico. É resgatando a psicologia, que o autor explica este fato apontando que “os caracteres em geral, mesmo os que no decorrer da existência chegam a penetrar os crimes, já se formam na primeira infância” (ADORNO, 1995, p. 121).

Portanto, é nela que se inicia um processo de esclarecimento, seguindo para um geral aos indivíduos de maior maturidade. Estes últimos, devem ser conscientes do que fizeram outros a concretizar a barbárie, para que não se dê margem à repetição. “As raízes têm de ser procuradas nos perseguidores, não nas vítimas [...] que foram entregues aos assassinos” (ADORNO, 1995, p.122).

Em síntese, os indivíduos capazes de cometerem estes atos bárbaros são aqueles que não realizaram uma reflexão interna, ou seja, que é “carente de reflexões sobre si mesmo” (ADORNO, 1995). A solução estaria na educação, mas somente quando esta possibilita a autorreflexão. A prática da reprodução mercadológica na educação geraria a consciência coisificada, ou seja, “um consciente que rejeita tudo que é consequência, todo o conhecimento do próprio condicionamento, e aceita incondicionalmente o que está dado (ADORNO, 1995, p. 130)”.

¹³ O que aconteceu nos campos supera de tal modo o conceito jurídico de crime, que amiúde tem-se deixado simplesmente de considerar a específica estrutura jurídico-política na qual aqueles eventos se produziram. O campo é apenas o local onde se realizou a mais absoluta conditio inhumana que se tenha dado sobre a terra (...) o que é um campo, qual a sua estrutura jurídico-política, por que semelhantes eventos aí puderam ter lugar? (...). Como a matriz oculta, o nómos do espaço político em que ainda vivemos. (AGAMBEN, 2002, p. 173)

Esta postura reflexiva, conforme aponta o autor supracitado, aparece como fator central de um possível aspecto que faltou aos indivíduos para concretização de Auschwitz, na primeira metade do século XX. Homens capazes de pensar acerca de seus atos e suas devidas consequências, não cometeriam tamanha barbárie em nome de uma nação.

É aqui que encontramos um ponto de convergência entre a ideia de democracia e educação, extraídos de Adorno. Submeter uma cultura à sua, é antes de tudo, se apontar

como centro de referência eximindo os demais, não partindo dos pressupostos de respeito e democracia aos seres humanos, qual seja a pluralidade.

A meta democrática seria uma democracia ideal. Tocqueville sugeria que o Estado ideal era uma democracia com perfeita igualdade e liberdade, porém, alertava para os problemas potenciais de uma maior igualdade política sem o adequado ambiente econômico, o que poderia, segundo o autor, levar à institucionalização de uma tirania da maioria.

Em outras palavras, se as condições econômicas e sociais são desiguais, as democracias que pretendem proporcionar maiores liberdade e igualdade políticas poderiam gerar uma pressão redistributiva excessiva, reduzindo a proteção à propriedade privada e distorcendo os incentivos para empreendimentos individuais.

Conforme a obra intitulada “Educação e Emancipação”, publicada por Adorno, a educação não está relacionada à modelagem de pessoas, tão pouco à simples transmissão de conhecimentos. Educação em Adorno está vinculada com o esclarecimento, com a formação de uma consciência verdadeira, ou seja, com a busca pela autonomia, pela emancipação:

[...] concebo como sendo educação [...] não a assim chamada modelagem de seres humanos, porque não temos direito algum de modelar pessoas a partir do exterior, mas também não a mera transmissão de saber, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, e sim a produção de uma consciência verdadeira. Esta teria grande significado político; podemos dizer que sua ideia é politicamente impositiva. Isto é, uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (ADORNO, 1995, p. 141-142).

O problema é que, porém, a escola enquanto instituição social pertencente à sociedade em que reina o capitalismo tardio¹⁴ propaga o modelo ideológico da semiformação, a qual não viabiliza os pressupostos necessários para a condição emancipatória.

No ensaio “Teoria da semicultura” Adorno esclarece que o conceito de *semiformação* trata-se da “[...] forma dominante da consciência atual [...]” (ADORNO, 1996), a formação cultural está em colapso e por isso cede lugar à *semiformação* socializada, estado onde a alienação é onipresente.

È importante destacar um equívoco comum que ocorre na busca ao entendimento sobre a semiformação: ela não é parte do percurso que se direciona rumo à formação, ela não antecede a formação cultural, mas sim a inviabiliza na medida em que deforma o sujeito, seja por que o adapta totalmente ao mundo, seja porque o insere em uma concepção e cultura totalmente exterior à realidade social e histórica. Ambas bloqueiam a capacidade crítica e autônoma do sujeito.

Para Adorno, a semiformação traz substâncias tóxicas à faculdade do pensar por meio do conhecimento que não é assimilado, coisificando assim, a consciência tal como na anedota do toneleiro que:

[...] em seu desejo por algo mais elevado, se dedicou à Crítica da razão pura e acabou na astrologia, evidentemente porque apenas nela seria possível unificar a lei moral que existe em nós com o céu estrelado que está sobre nós. Elementos formativos inassimilados fortalecem a reificação da consciência que deveria justamente ser extirpada pela formação

Cabe observarmos que, assim como nos alertou Mouffe, ao expor a falácia do pós-político em sua neutralidade aparentemente consciente, o sistema educacional não é neutro, pelo contrário, ele está mergulhado na lógica do *status quo* e, em grande medida,

¹⁴ O termo capitalismo tardio refere-se ao capitalismo que poderia ter sido superado, mas não foi, se mantém tardiamente.

visa assegurar a continuidade desta lógica de modo que suas práticas pedagógicas direcionem-se à adaptação da condição social vigente. Adaptação, homogeneização e, por fim, conciliação.

A educação seria impotente e ideológica se ignorasse esta finalidade de adaptação, e não preparasse os homens a operarem na realidade. Mas ela seria igualmente questionável se se reduzisse a isto, produzindo nada mais do que “well adjusted people”. Nesta medida, no conceito de educar para tornar racional e para tornar consciente existe de antemão uma cisão, uma ambiguidade (ADORNO, 1995. p. 143).

Voltado somente para o momento adaptativo, onde muitas vezes se engessa, não consegue realizar o objetivo da emancipação, conseqüentemente, a educação perde seu caráter impulsionador da democracia. Por isso a *semiformação* instituída, que embasa a maior parte do sistema de ensino, confronta com a proposta adorniana de uma educação comprometida com a tarefa social de denunciar a falsa consciência e de promover a autonomia do sujeito por meio da formação emancipatória, bem como a compreensão de uma democracia agonística.

Isso porque o conceito de experiência formativa de Adorno se refere a um processo dialético e também auto reflexivo, onde o sujeito torna-se o que é a partir da relação com aquilo que ele não é, ocorrendo sua transformação mediante o contato produtivo com o objeto.

A consciência autônoma também está vinculada como a conscientização dos elementos que castram a experiência, um destes elementos diz respeito à repressão do não-idêntico que se opõe à experiência formativa em defesa de uma sociedade homogênea.

O não-idêntico, aquilo que não é tematizado, revela-se como possibilidade de mudança, desta forma, deixar-se afetar pelo não-idêntico, ou então experienciar o não-idêntico, já que ele revela-se enquanto permissão da tematização do diferente, é resistir ao princípio da identidade, e é também condição de possibilidade da educação. Ou seja, a educação segundo Adorno não é praticável, se não em uma democracia agonística, nos termos tratados por Chantal Mouffe.

A exclusão do não-idêntico em privilégio do sempre igual gera um obstáculo à experiência formativa do sujeito, sendo este o fenômeno da *semiformação*. Além do sistema educacional outro disseminador da *semiformação* é a indústria cultural, termo

criado por Adorno e Max Horkheimer que se refere à reificação da cultura, isto é, à produção de uma cultura adaptada para o consumo em massa, desprovida de valor crítico e carregada de ideologia comercial.

Essa cultura fraudada é produzida em moldes padronizados e ofertada como sendo objeto de mercadoria e, assim, a máquina capitalista aniquila com o seu caráter crítico. Conforme Adorno “[...] a Indústria Cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente” (ADORNO, 1999). Segundo Gambarotta,

Ora, não há problematização "positiva" do pluralismo no pensamento de Adorno. Porém, naquele estilo que é seu, o que se encontra é um questionamento “negativo” dele, que investiga aqueles processos que o anulam. Esse é o tema subjacente da redução à unidade que envolve a pretensão de eliminar toda alteridade, tudo que está fora do sistema. É com base nisso que proponho avançar em uma investigação da dialética entre a unidade e seu outro, o pluralismo. Mas não entendendo o pluralismo como uma espécie de realidade primeira ou mais fundamental, sobre a qual se exerce essa redução à unidade. Pelo contrário, trata-se de apreender dialeticamente o pluralismo, na sua mediação com a unidade, que nega e *ao mesmo tempo* produz esse pluralismo, que, por isso mesmo, pode ser entendido como substantividade, em sua mediação com a unidade. Dialética que, como você deve ter notado, está intimamente ligada àquela que ocorre entre o idêntico e o não idêntico (GAMBAROTTA, 2019, p. 5).

Desta forma, considerando que a indústria cultural age com o objetivo de servir interesses político-econômicos, embutindo de maneira apelativa (supostas) necessidades de consumo, é pressuposto que ela tende a enfraquecer as possibilidades de uma postura crítica, sem a qual não há a contestação do *status quo*.

A sociedade que permanece na racionalidade instrumental não percebe que o desenvolvimento científico, embora tenha potencial para auxiliar no projeto de uma sociedade emancipada, não leva necessariamente à emancipação do sujeito. E por não perceber isto, não submete à dúvida a afirmação de que vivemos em uma sociedade esclarecida ou verdadeiramente democrática.

A função social da escola, segundo Adorno, é de se opor a uma existência determinada pelo discurso vigente, o que inclui espaços de debate acerca da pluralidade e da diversidade, afim de promover constantemente um confronto crítico com a manutenção do discurso homogeneizador e, portanto, antidemocrático, contribuindo para a construção de subjetividades com a razão e a sensibilidade emancipadas, de forma a não ser compatíveis com os ditames da condição social instaurada. Afastar, portanto, o totalitarismo.

Opor-se a isto tudo que o mundo de hoje nos oferece e que, no presente momento, não admite vislumbrar qualquer outra possibilidade de resistência mais ampla, é competência da escola. É por essa razão que [...] é tão essencialmente importante que ela cumpra sua missão (ADORNO, 1995. p. 79).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do lado de Adorno (de Hegel e de Marx) e das exigências da dialética, temos um pensamento regido pela lógica da identidade e da não-identidade, no qual o movimento do processo decorre da contradição e das suas sucessivas figuras de resolução e de recomposição; um pensamento cuja dimensão temporal remete a uma linearidade essencial, pois a contradição só pode se desenvolver numa sucessão precisa de momentos.

A compreensão da mimesis a aponta para aquilo que Adorno, na sua Teoria estética, define como o "Telos der Erkenntnis" (Telos do conhecimento) (1982, p. 87): uma aproximação do outro que consiga compreendê-lo sem prendê-lo e oprimi-lo, que consiga dizê-lo sem desfigurá-lo.

Essa proximidade na qual o espaço da diferença e da distância seja respeitado sem angústia, esse conhecimento sem violência nem dominação já era a ideia reguladora que orientava toda crítica de Adorno na Dialética do esclarecimento. É a ideia de uma reconciliação possível, mas cuja realização, em oposição à dialética do espírito absoluto em Hegel, sempre nos escapa.

Esse movimento de promessa e de reserva descreve a dialética que Adorno, no fim da sua vida, chama de "dialética negativa", pois nunca repousa em si mesma, nunca sossega na possibilidade da totalidade. O privilégio da obra de arte seria, segundo o último texto de Adorno, a sua Teoria estética, de manifestar, de dar a ver numa configuração sensível e histórica esse movimento da verdade.

A arte é o "refúgio do comportamento mimético" (Adorno, 1982, p. 86), mas de uma mimesis redimida que conseguiria fugir tanto da magia como da regressão. "Mas o comportamento estético não é nem mimese imediata, nem mimese recalcada, mas o processo que ela desencadeia e no qual se mantém modificada" (Adorno, 1982, p. 364).

Adorno retoma a associação entre o comportamento mimético originário e o calafrio do homem que estremece de medo perante o monstro. Vocês lembram que essa reação originária de "idiossincrasia" era citada por Adorno na sua crítica ao comportamento mimético perverso do anti-semita.

Contra várias explicações que tentam mostrar, valendo-se de características sociais ou "biológicas" dos judeus, por que foram escolhidos como objeto de aversão, a análise adorniana faz o caminho inverso: é o anti-semitismo que constrói o seu judeu, necessário à sua própria constituição.

Gambarotta (2019) trouxe essa “noção de mimese que permite problematizar uma relação de semelhança entre o diferente, cuja afinidade envolve uma negação determinada da equivalência produzida pela identidade”.

A prática democrática teria, portanto, a necessidade intrínseca de “investigar a instituição de um eu específico, um "nós", juntamente com seu vínculo com uma alteridade, com os ‘outros’” (GAMBAROTTA, 2019), que nega a existência de uma identidade política estanque, não dialética, que ignora a troca entre os diferentes no contexto da pluralidade, tão necessárias para a superação da atual radicalização do discurso político.

A aceitação da existência de uma própria identidade política, adota a necessidade de uma unidade em que tudo e todos devem ser reduzidos, para o qual a diferença soaria à imagem de um inimigo-schmittiano.

Segundo Gambarotta (2019), “essa é a dimensão potencialmente totalitária que está contida como germe tanto na prática política quanto na interrogação teórica que se baseia na identidade”. Ou seja,

[...]antes de continuar a sustentar o conceito de identidade política - uma das peças que contribuem para a teoria na tentativa de resolver epistemicamente o conflito político -, proponho o questionamento e o abandono do mesmo, com vistas a abrir a luta política e cultural que ele tende a fechar. Batalha em que uma perspectiva crítica que *aposta na democracia* tem que encontrar a sua função, que não é mais apontar o caminho correto ou a identidade ontologicamente superior (GAMBAROTTA, 2019, p. 19)

Segundo ele, é “necessário avançar no caminho que a categoria "mimese política" nos oferece, o modo de percepção -em um registro estético- por meio do qual se produzem e reconhecem semelhanças ou, nessa relação sujeito-sujeito, percebem semelhantes nos diferentes, nos outros pelos quais sou um outro” (GAMBAROTTA, 2019).

Isso significa que, afim de resgatarmos a democracia em sua perspectiva agonística, a educação reflexiva, livre da *semiformação*, se completa e ganha força na mimese política, que acolhe o pluralismo e seu condicionamento não só na aceitação do “nós”, mas também na relação com os outros, aqueles que não estão mais reduzidos à nossa identidade, fugindo do silenciamento e da ditadura da maioria, ocultados por uma suposta conciliação.

Aqui, “eles” passam a ser compreendidos como aquilo que corresponde à lógica indelével da natureza do político, qual seja a alteridade. Livres da síndrome narcísica, comum nas sociedades de consumo do capitalismo contemporâneo, recuperaríamos o elemento mais precioso da ordem verdadeiramente democrática, ameaçado pelo monólogo da homogeneização: o diálogo.

Robert Dahl, um dos principais representantes da teoria pluralista da democracia, postula que a democracia é um ideal impossível de se realizar na prática. O que existe, segundo ele, são "práticas reais" ou "poliarquias", ou seja, combinações de lideranças com controle dos não líderes sobre os líderes, regimes cujos atos apresentam uma correspondência com os desejos de muitos de seus cidadãos durante um longo período de tempo.

Pensando em termos de história do país, Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 160) disse que “a democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido”. Ela teria sido importada e aqui acomodada aos tradicionais privilégios das elites políticas como simples fachada para expor perante as nações ditas civilizadas, de acordo com o velho complexo colonial, o grau avançado de nossa cultura política.

Nas palavras de José Murilo Carvalho (2004), “longe de ser um mero mal-entendido, a democracia entre nós foi e continua a ser simples disfarce ideológico”, um precário véu que não consegue disfarçar a nudez do poder oligárquico no Brasil.

Para melhor entendermos o Brasil, é necessário vê-lo dentro da dinâmica e das contradições do contexto histórico. Assim, esta história é a história da cultura política resultante viva da dinâmica da expansão do capitalismo. Como bem ressaltou o historiador Caio Prado Jr. (2012) que visto em conjunto a história do Brasil sempre foi marcada pela ideia de “negócio”.

Nada disso pode ser ignorado, entretanto, se por um lado os problemas sociais, políticos e econômicos aprofundaram e parecem intransponíveis, por outro, a consciência que temos deles aumentou muito. A representação popular é imprescindível ao funcionamento das democracias modernas.

Seria erro incalculável desconhecer que o eixo do regime democrático está na soberania popular efetiva, plural, de múltiplas identidades, e não meramente nos simbolismos retóricos.

Soberania popular efetiva significa dar voz ao povo, não só para eleger os governantes, mas também e sobretudo para decidir diretamente as grandes questões socioeconômicas do país e controlar a ação de todos os agentes políticos.

7. FORMAÇÃO E IDENTIDADE PROFISSIONAL: RELATOS.

Bárbara Fagundes Lima¹⁵

Celson André de Lima Júnior¹⁶

RESUMO: O presente texto se trata dos relatos vivenciados durante a participação da Disciplina concentrada Seminário Estudos Culturais, ministrada pelo Professor Doutor Christian Muleka Mwewa, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. O objetivo desse artigo foi realizar uma breve descrição dos momentos de tensão da apresentação realizada pela Professora Doutora Mariana Saez, sobre seu artigo “*Formación e identidad profesional en el ámbito de la danza 'independiente'*”. Para isso além da participação durante a palestra, revisamos, analisamos, traduzimos e analisamos a gravação da palestra. As reflexões apresentaram de forma geral que a formação da identidade profissional perpassa múltiplos caminhos até sua constituição.

Palavras – chave: identidade laboral; identidade profissional; indústria cultural.

No dia 30 de julho de 2020, recebemos em nossa aula, da disciplina Seminário Estudos Culturais, através do Google Meet, a simpatíssima Professora Doutora Mariana Saez, para explanar sobre seu artigo intitulado “*Formación e identidad profesional en el ámbito de la danza 'independiente'*”, sob a mediação do Professor Doutor Christian Muleka Mwewa e como responsáveis pelas intervenções iniciais do Professor Mestre Celson André de Lima Júnior e a Mestranda Bárbara Fagundes Lima.

O Professor Christian iniciou sua fala apresentando o currículo da Professora Mariana Lúcia Saez, comentando que a mesma “vivência a teoria, de forma de estar entranhada em seu corpo, em seu fazer e em sua fala como um todo (sic)”. Destacou sua imensa alegria em ter a Professora Mariana presente, pois em sua tese ela fez uma pesquisa etnográfica bem densa, própria de admiração. A partir desse destaque, expressou de forma crítica sua angústia e insatisfação em relação à pesquisa do campo da educação, que se utiliza do termo “inspiração etnográfica”, ou seja, não se usa nem

¹⁵Bárbara Fagundes Lima - <https://orcid.org/0000-0003-0678-3846> - <http://lattes.cnpq.br/3311157044744828>; Programa de Pós – Graduação em Educação/ CPTL/UFMS, Três Lagoas, MS, Brasil, 79611-160, barbarafagundeslima@gmail.com .

¹⁶ Celson André de Lima Junior - <http://lattes.cnpq.br/6540162513324624> ; Escola do Serviço Social da Indústria (SESI), Três Lagoas, MS, Brasil, 79611160, celsonandre.mat@yahoo.com.br

a etnografia e nem outra metodologia, é uma inspiração. Citando Einstein “é 1% de inspiração 99% de trabalho” (sic).

De posse da fala Professora Mariana iniciou com um sorriso radiante pedindo desculpas por fazer sua fala em espanhol, destacando que ela compreende nossa língua, mas não fala muito, firmando um compromisso que de uma próxima vez irá se arriscar a falar em português. Pediu para que se ela estivesse falando rápido ou se não fosse clara em suas palavras, poderiam interrompê-la solicitando que repetisse de forma mais lenta. Demonstrando empatia e solidariedade aos participantes, que concentrados e atentos, buscavam a compreensão de sua fala.

Em seguida dirigiu sua fala a Professor Christian para desculpar-se, de forma até envergonhada, e afirmou que nessa apresentação não iria se focar na pesquisa etnográfica, mas que tinha preparado uma apresentação focando nas identidades presentes em seu trabalho, porém que estava à disposição para responder as dúvidas que surgissem sobre essas as questões etnográficas. Afirmou que este é seu trabalho mais recente, no qual três garotas que se relacionam com a arte e compartilham o que escreveram para nós. As três eram professoras em formação no campus da faculdade, mais especificamente formação do corpo, começaram a se encontrar em decorrência de compartilharem a mesma busca pelas conquistas de conhecimento e movimento corporal.

Mariana dividiu sua apresentação em duas partes, um primeiro momento uma pequena revisão do ponto de partida a segunda parte uma leitura crítica com perguntas que foram levantadas no decorrer da pesquisa e a segunda parte fez comparações entre as identidades. Descreveu que a metodologia utilizada envolveu a pesquisa etnográfica, com a participação e ação, e o emprego, em particular de entrevistas, o qual buscou descrever como é ser um artista independente na dança contemporânea, música popular e teatro. Afirmou que na **dança contemporânea** o vínculo com o “independente” é declarado se está ou não com uma instituição pública ou privada. Dessa forma quando se é um artista oficial se tem um espaço para a realização dos ensaios, compra de figurino, as apresentações são muito bem estruturadas, porém existe um certo controle das questões estéticas, já quando se um artista independente existe uma possibilidade

de liberdade expressão, produção e estética, sendo possível dessa forma que a dança contemporânea mostre sua riqueza de diversidade, por outro lado, negativo, ocorre a precarização das produções, falta de espaços, recursos e a marginalização. Destacou que a pesquisa mostrou que para os artistas a dança contemporânea independente é a verdadeira expressão artística, pois quem a faz, faz por paixão. Sendo tida como uma expressão obrigatória, entre os artistas, pois sem políticas de Estado que invistam e reconheçam a dança contemporânea, essa é a única maneira de dançar. Sustentou, posteriormente, que em relação a **música popular**, a ideia de independente está associada a uma tática contra hegemônica ao mercado e indústrias culturais e ao meio corporativo, pois durante a construção histórica ou os músicos se adaptavam aos requisitos da indústria da música ou trabalhavam de forma independente assumindo a precarização do trabalho. Porém com o avanço tecnológico, se tornou acessível, aos independentes, manter suas músicas através da publicidade nas redes sociais e aplicativos de gravações. Esse movimento proporcionou aos artistas a oportunidade de se organizarem, causando mudanças políticas nesse setor através da criação de associações, movimentos em defesa dos direitos e do reconhecimento da música popular, deixando assim de ser marginalizada. Tensionou que nessa perspectiva “o independente” não é apenas uma maneira de viver (sentido trabalho), ela é a única maneira possível de se vincular a atividade, e tem se tornado uma identidade estratégica de militância em defesa de melhores condições de trabalho para a categoria. Em relação ao campo do **teatro**, Mariana afirmou que existiu uma longa tradição de ser independente, sendo definido pela oposição ao individualismo e mercantilismo do setor comercial em relação ao maior apoio e reconhecimento pelo Estado. Uma vez que a crítica, feita pelos artistas defendia que “a instituição oficial não faz teatro em”, pois condicionam e limitam a produção. Marcou dessa forma, que a identidade do artista de teatro independente é demarcada pelo não pertencimento ao teatro oficial, possibilitando dessa forma que as reivindicações surjam do trabalhador independente de teatro, um trabalhador da cultura que tem direitos de realizar seu trabalho com condições estruturais e econômicas decentes. Mostrou que assim como as outras expressões artísticas o independente é marcado com condições precárias de trabalho, porém permite a exploração estética, sendo estes ligados no sentido da autogestão, para fugirem do

controle político e garantir sua liberdade de expressão, buscando exigir do Estado melhorias de condições de trabalho e reconhecimento deles.

Quando encerrou a explanação geral do texto, o professor Christian solicitou dos responsáveis pelas intervenções iniciais, dividindo por blocos. O Professor Mestre Celson André iniciou sua fala lembrando início da sua prática com a capoeira, pois na época existia somente uma banca de revista na cidade, então precisava esperar uma vez por ano chegar um CD em VHS para escutar música de poder treiná-la. Fazendo em seguida uma reflexão sobre o fato de hoje com o avanço tecnológicos a arte vem sendo distribuída com mais facilidade, porém não ocorre um certo cuidado com a qualidade desse material que está sendo produzido. Em relação a capoeira as músicas perderam sua história, pela produção de massa. Refletindo sobre isso ele falou que ao mesmo tempo em que a tecnologia ajudou os músicos independentes, ela também prejudicou no sentido da desvalorização da expressão artística. A capoeira reflete bem essa afirmação. Continuando sua reflexão, ele pontuou sobre os artistas que tem sua expressão artística cerceada por fazer críticas ao governo ou a sociedade, sendo em alguns momentos a arte não expressa o que ela gostaria de expressar.

Em seguida a mestrandia Bárbara, iniciou fazendo alguns apontamentos gerais sobre o texto e destacou a importância que teve o movimento dos artistas independentes quando estes começaram a se organizar e exigir melhores condições de trabalho e reconhecimento, comparando ao atual momento político do Brasil, em que só não tiveram mais direitos perdidos devido a organização dos movimentos sociais brasileiros, nessa perspectiva, o questionamento foi o seguinte: Foi realizada uma reflexão sobre impacto da sua pesquisa para o grupo dos artistas independentes, diante das denúncias descritas densamente no trabalho?

Ao explicar sobre os apontamentos iniciais, Mariana falou sobre a característica ativa da política que define o apoio precária e maus investimentos nas artes, as tensões existentes entre a identidade do artista vai muito além simplesmente do mau investimento, pois é um reconhecimento social. E que a relação de retorno do seu trabalho ocorreu no sentido de “a pratica para a prática”.

As discussões posteriores ocorreram entorno da comparação da identidade do artista independente com a identidade do professor, pois quando se fala em ser professor se

relaciona somente na atividade de ser professor (laboral), e não naquele que se forma professor, mas não exerce, a sua identidade profissional.

Um ponto de tensão das discussões se formou ao tocarem no assunto de quando o artista altera sua arte para atender as necessidades do comércio, tomando como exemplo as músicas de capoeira que para saírem da marginalização pararam de cantar as músicas mais antigas que expressavam a cultura e religião africana. As discussões apresentadas levaram a refletir que esse movimento não é realizado para que a capoeira seja aceita na sociedade, mas como algo imposto pela indústria cultural para que ela ocupe espaços na sociedade. Apontou-se que a sociedade quer silenciar o negro e tudo aquilo que ele representa para que passe despercebido, pois para alguns sua presença e manifestação cultural ainda tem incomodado. A capoeira na modernidade não poder ser vista como resistência ou movimento social, ele precisa ser compreendida com parte da construção histórica do povo brasileiro, ela não precisa ser modificada ou adaptada para as pessoas ouvirem ou aceitarem, ele necessita ser respeitada por toda a sua importância na história do Brasil.

Outro momento marcante é refletido ao questionarem como a mulher é a participação da mulher na dança contemporânea e se ocorre uma certa preocupação com a visibilidade do seu corpo pelo outro? Nesse momento os apontamentos correram no sentido de como se olha o corpo do outro, não no sentido do desejo, mas no sentido de admiração, de superação da capacidade e da resistência do corpo do outro em relação ao movimento e a dança. Ainda existe sim, um preconceito relacionado a dança, em que os homens que dançam sejam homossexuais e as mulheres que querem exhibir seus corpos. Precisa ocorrer um amadurecimento relacionado ao movimento artístico como profissão e reconhecimento dos mesmos, partindo da ideia de construção identitária profissional e laboral para que ocorra a quebra dos paradigmas relacionados aos movimentos artísticos, mais especificamente ao artista independente como profissão.

O encerramento da mesa ocorreu a partir da reflexão em relação a sobrevivência dos artistas independentes de La Plata na pandemia, pois assim como em todo mundo, os artistas, no contexto geral, mais especificamente, o artista cênico foi o mais afetado, pois estão impedidos de trabalhar devido as aglomerações, diferente de outras expressões artísticas que podem através dos meios da indústria cultural e avanço tecnológico se apresentar. Sendo necessária para a sobrevivência desses artistas uma rede de apoio e

Seminário Nacional de Educação, Cultura e Formação de Professores (EduForP)

Periodicidade Anual – ISSN 2763-9185

V.1 – 2020

em La Plata tem sido realizada *PAEA – Professores de Artes Cênicas Autônomos* quem participa são profissionais, professores de artes independentes e simpatizantes, provendo rifas, arrecadação de alimentos e outros meios.

8. UMA CONVERSA SOBRE IDENTIDADE E AUTOESTIMA COM MARIA DE LOURDES TEODORO

Lúcia Lacerda dos Anjos¹¹

Resumo: Identidade e Autoestima, refere-se a entrevista concedida pela Dra. Maria de Lourdes Teodoro, ao Jornal Brasileiros.com. Em que relata uma visita ao Quilombo Kalunga no qual, discorre sobre as formações da identidade e suas demandas relacionadas a sentimentos de pertença, vínculo afetivo entre a comunidade, relativas às questões étnicas raciais no Brasil. Numa oportunidade ímpar de aprofundar tal conteúdo, tivemos esta conversa, na qual Teodoro, fundamentada na etnopsicanálise, cativa a todas e todos para esta questão tão cara à nossa humanidade.

8.1 O TEMA

“Hoje é preciso alcançar a consciência de nossa humanidade, de modo a deixar aos nossos descendentes a noção de ser humano, de cidadãos e cidadãs do mundo com direitos e deveres como quaisquer outros”.

(Maria de Lourdes Teodoro).

Era uma manhã fria de inverno, Maria de Lourdes Teodoro inicia a conversa dizendo que para ela ‘é de madrugada’, está aposentada e a essas horas costuma estar em outras galáxias. Assim, dessa forma singela, desceu das outras galáxias e veio nos abrilhantar com sua presença. Aterrissou entre nós, para trazer mais humanidade e mais amor a este planeta tão controverso.

Fui convidada a comentar, ‘uma conversa’, como se referiu a Professora. Antes do encontro propriamente dito, passei pela internet à procura de conhece-la melhor. Ao vê-la nas entrevistas, muito me impressionou sua elegância, delicadeza e modo singelo e educado de se apresentar. Visto que acostumei com certa tensão aos que tratam sobre este assunto, parece que este tão caro tema traz à tona representações de antigos sofrimentos.

¹¹ Lúcia Lacerda dos Anjos. Link do Lattes; <http://lattes.cnpq.br/2555627725591294> .

Mestranda em Educação na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas, MS, Brasil. E-mail: lacerda.lcia@yahoo.com.br; Graduada em Economia e Psicologia, Especialização em Fundamentos da Matemática. Área de interesse: Mercantilização da Infância com ênfase na Psicanálise.

O Professor Dr. Christian Muleka Mwewa, nosso Coordenador do mestrado, inicia o encontro fazendo a apresentação, após discorrer sobre o currículo da Professora comenta que, “estamos diante de uma intelectual em movimento, com pensamento à flor da pele, (...) quando estamos diante de uma pessoa como ela, você deixa ela falar sobre o que ela quiser. Obviamente temos o texto com referência, mas vamos explorar bastante todas as possibilidades intelectuais da Professora Maria de Lourdes”.

Em a “Identidade e Autoestima”, na entrevista escrita concedida ao Jornal *Brasiliários.com*, Maria de Lourdes Teodoro traça considerações sobre identidade, sentimentos de pertença, reconhecimento entre os pares da comunidade, sentir-se representado, questões relacionadas ao vínculo afetivo com o grupo a que se pertence. E que esses sentimentos são feridos quando qualquer indivíduo do grupo, ou o grupo em si, sofrer alguma discriminação ou racismo, e considera o etnocentrismo como a raiz de tais problemas. Sobre a autoestima, “o sentimento de pertencer a uma família, a um grupo, a uma comunidade, a um grupo étnico-racial, saber-se reconhecido, ter um lugar onde compartilhar seus dons, é inerente à autoestima saudável”. Aponta a relação entre autoestima e vínculo afetivo e sua origem no seio familiar. Porém, às vezes, falta nesse ambiente familiar ser continente às demandas da criança, que valorize, acolha, reforce seus desempenhos, habilidades, falar do cabelo, cor de pele, “votos de confiança e estímulo ao potencial individual, geram e fortalecem a autoestima de crianças e adolescentes”.

Ao iniciar a conversa, propõe tratar do caminho da identidade, em vez das identidades, começar pelo pequenininho para depois avaliar a possibilidade de expansão da noção ou do conceito. Traça considerações iniciais sobre sua área de interesse atual, a etnopsicanálise, fundada por Georges Devereux ainda nos anos 1970.

Apenas a título de conhecimento, poderíamos acrescentar, pois não foi diretamente comentado pela professora, que a etnopsicanálise articula os conhecimentos da psicanálise e da antropologia, propõe uma relação entre cultura e psiquismo. Devereux considera, segundo esta teoria, a importância da cultura na formação psíquica do indivíduo, “A ideia de uma Cultura em si, com ‘C’ maiúsculo, decorre da compreensão do papel constitutivo do fator cultural para o psiquismo humano, de modo que se poderia falar de uma correspondência ou homologia entre ambos”, segundo Reis, at. all (p.3, 2019).

A Professora considera a importância da etnopsicanálise “como base para o conhecimento sobre a identidade atualmente e a etnopsicanálise complementarista uma abordagem da identidade étnica, que trata sobre a identidade étnica, suas bases lógicas e suas disfunções”. Após esses primeiros apontamentos, relata a importância de se voltar ao passado para se situar no presente e a partir daí comenta sobre sua tese: “As viagens do século XV e a identidade”, com nitidez nas explicações e clareza no entendimento, traça um breve percurso dentro de seu campo de pesquisa fundamentado nesta teoria; a etnopsicanálise. Mostrando a importância de se conhecer a cultura para conhecer o indivíduo, conhecimento etnográfico, a cultura, modos de ser e rituais, etc. A autora chama atenção quanto aos desrespeitos que atualmente se emprega aos vários grupos étnicos, que afetam sua cultura identitária.

Continuando a conversa e transpassada pela teoria acima apresentada, elucida sobre a formação da identidade através do “Estágio do Espelho” de Lacan. Assim apresenta a mãe que nomeia e a criança que observa o outro e se observa, ou seja, a importância dos mais próximos na formação da identidade, “como na relação mãe e bebê, a criança vai se tornando humano”, a presença, o sorriso da mãe, o reforçar as ações da criança... “A criança toma conta de si (dar-se conta), ao perceber o próprio corpo e ao perceber que aquele que responde aos movimentos dela, ao sorriso, aos sons é um outro (...) esse outro é algo que se constrói na relação com o outro, então a identificação vai ser a primeira forma, o primeiro vínculo fundador da identidade humana”. Traça então, considerações sobre a identificação: a imitação, a simpatia, que é aquele momento em que se faz o vínculo emocional com o outro, considera a participação afetiva e o contágio mental, expressões derivadas do significado da identificação, que é um processo da relação a dois. Apresenta ainda, as questões inconscientes sobre a formação da identificação, que por sua vez, pode ser aplicada aos grupos humanos quando da identificação com um líder, alguém carismático.

Após essas considerações sobre os fundamentos teóricos que norteiam os estudos sobre identidade, sedimentada em sua Tese, apresenta os fatores históricos dos descobrimentos, cujos primeiros dispositivos foi nomear, colocando nome relacionados às pessoas influentes nos seus países, conforme as experiências e contatos portugueses, configurados por valores econômicos, uma ilha nomeada por um nome de algum imperador, por exemplo. Acrescenta que “alguns séculos depois desse encontro que deu

origem à história da escravidão e colonização do Brasil e de outros países, como o Caribe, os povos colonizados retornarão, sobretudo em alguns países africanos seu nome próprio e investirão sua energia na valorização de seu passado. Como uma busca da identidade pela reunião dos elementos esparsos de uma memória coletiva”. Percebemos aqui a influência da etnopsicanálise, quando semelhante à clínica psicanalítica, o paciente faz um retorno ao passado tenta elaborar o presente. Pois, como assegura a palestrante, “se conhece um povo assim como um indivíduo, conhecendo sua história. Sem história não faz sentido pensar identidade, sem conhecimento da história pessoal é bem difícil também você poder falar de si”, referindo-se aqui a importância do autoconhecimento, a busca do resgate da identidade, neste sentido, “assumir a africanidade roubada”. Cita Freud, assegurando que “o que acontece com o indivíduo é semelhante ao que acontece na sociedade ou num grupo étnico”.

Manifesta que este relato foi um momento de lembrar as origens históricas que nos trouxe a “esse narcisismo muito complicado”, pois no caso brasileiro “não nos vemos plenamente como uma unidade nacional do ponto de vista étnico, cultural, econômico. Por sermos uma sociedade muito fragmentada, muito dividida e com muitas desigualdades extremas”. Percebemos assim, a importância do processo histórico na configuração da nossa identidade, e a etnologia como assegura, se apresenta em destaque no processo de elucidar a costura entre indivíduo e sociedade. Conforme afirma a palestrante, “a etnologia representa para as ciências humanas o que foi no início para a astronomia, às ciências exatas”. Assim, podemos sintetizar afirmando que, falar de identidade é preciso recorrer ao percurso histórico que nos constituiu no que somos hoje, dessa forma, o descobrimento serve como o caminho para entender a identidade cultural brasileira.

Apresenta que, no Brasil após o período de escravidão, os negros foram largados à própria sorte. Sem recursos materiais, enfrentaram a carga da desigualdade social que se estende até hoje, “A Lei Áurea não assinala compromisso do estado com a população afro-brasileira, não lhes outorgam cidadania, propriedades de terras, direito à saúde, à educação com acesso ao mercado de trabalho”. Passo importante, quando em 1978 vários escritores assumem sua negritude, se libertam da alienação, passam a respeitar o passado e ter reconhecimento de sua constituição histórica. Muito me chamou a atenção, o jeito peculiar da autora nas entrevistas que acompanhei através da internet, na TV

Senado, por exemplo e outros canais. Sem deixar em momento algum, de dar relevo a tais questões tão sofridas na sociedade das desigualdades instaladas no Brasil, Maria de Lourdes fala de afetos, vínculos, autoestima, reconhecimento, valorização das qualidades da criança na sua formação, reforço sobre os desempenhos, vínculo afetivo, sentimento de pertença, humanização de forma geral.

Durante nossa conversa, comentando sobre a entrevista ao Jornal, relata sobre a visita ao Quilombo Kalunga. Neste, a moradora dona Procópio, demonstrando sua firmeza de sentimento de pertença, fala da importância de sentir-se parte, reconhecido e os laços afetivos de vínculo com o grupo. Sobre esse encontro no Quilombo Maria de Lourdes comenta, sobre a “importância do reconhecimento da identidade que o grupo ou a pessoa se atribui, é fundamental para o bem-estar do grupo e dos membros da comunidade”. Comenta ainda que dona Procópio reuniu indivíduos que estavam em grupos separados e formou o Kalunga. Interessante essa determinação, visto que conforme assegura, vivemos um processo de fragmentação das identidades. Desse modo, dona Procópio faz o movimento oposto, reúne, junta o grupo, movimento de reconhecimento das identidades, suas origens e raízes. Muito importante para o fortalecimento do grupo e suas identidades, reconhecer-se e ser reconhecido no grupo.

Continuando nossa conversa, ao comentar sobre o racismo, “ato que visa a desqualificação do sujeito, sua exclusão de algum espaço, a humilhação e a destruição da reputação da pessoa, seu motor pode ser a projeção, ódio, inveja a perversão”. Quando alguém do grupo sofre o racismo, “todos sofrem quando uma pessoa é atingida, afinal somos mães, pais, avós, tias, de crianças negras afro-brasileiras e o sentimento deixa de ser individual”, e que o “desrespeito a pessoa negra é um desrespeito, em geral, à toda sociedade brasileira”, comenta Maria de Lourdes.

Finalizando seu comentário sobre a entrevista Maria de Lourdes Teodoro se define como afro-brasileira, concorda com Achile Mbembe,

(...) que o ser negro, sendo o único elemento de nossa identidade, retirados para nos identificar, não nos une politicamente, porque há muitos negros que não querem ser negros, preferem ser pardos, há pardos que preferem ser mestiços, há mestiços que preferem ser mulatos, há mulatos que preferem ser brancos e são socialmente brancos. Então isso não nos unem e nós estamos desesperadamente precisando aceitar essa questão da identidade como importante, ela está incomodando muito (...) o que nos une é mais importante do que o que nos separa: estilo de vida, escolhas estéticas, grau de melanina

na pele, opções do campo do conhecimento, da sexualidade, da linguagem, etc.

E encerra esta fala considerando a necessidade de não se fechar como uma ostra, e sobre a necessidade de unir forças.

8.2 O DEBATE

Ao iniciar meu comentário sobre o evento fui tomada por uma grande emoção, tinha consciência da grandeza desse tema tão caro à nossa sociedade. Então comentei da honra daquele momento e que li sua entrevista no Jornal, assisti várias entrevistas através da internet e todo esse material cumpre, a meu ver, o desafio, a proposta de alcançar uma consciência mais humanizada, despertar em nós a humanidade. Vivemos em uma sociedade hedonista e a fala da Professora remete muito à sensibilidade, toca muito em nosso ser sensível e nessa vontade da gente se mover e abraçar a luta contra o preconceito, racismo e discriminação.

Pergunto sobre o entusiasmo anterior que ela disse ter tido – tendo chegado à Brasília em 1958, (descrito na entrevista ao Jornal), a senhora vivenciou uma utopia, um entusiasmo agora desfeito. Poderia falar desse entusiasmo anterior e o panorama atual da educação brasileira?

Maria de Lourdes Teodoro: *Brasília em 1958 era uma grande ilusão, de que teria escola e trabalho para todo mundo, um espaço de muita esperança, por isso havia o entusiasmo. Conta ainda, que a família foi à Brasília para se manterem unidos, devido as dificuldades de continuar os estudos onde moravam. A educação em Brasília tinha o propósito de ser modelo nacional. Havia o entusiasmo, pois tinha escola de qualidade, tinha abertura, várias atividades, música, desenho, filosofia, línguas estrangeiras, tinha inglês, francês e espanhol, poderiam optar por duas delas, tudo na escola pública. Coisas que hoje não existe mais. Esse entusiasmo vinha das condições de vida, havia trabalho, boas escolas, qualidade na educação, entusiasmo dos professores e dos alunos.*

Outra pergunta foi se poderia comentar sobre sublimação, visto que trabalhou com psicanálise e arte simultaneamente.

Responde: *a sublimação é uma experiência emocional extremamente importante pois ela permite que você lide com energias pulsionais, e onde você não pode resolver de*

uma maneira desejada pode resolver de forma compensatória. Um sofrimento insuportável, pode ser resolvido através da sublimação, quando você coloca essa energia pulsional numa outra atividade.

A mestranda Vanessa Aparecida Camperlingo Serra comenta sobre a surpresa de um dia, quando criança, uma amiga disse que não iria brincar com ela por ela ser negra. Vanessa se surpreende pelo jeito da menina falar.

A questão levantada por Vanessa abriu caminho para o desenrolar de várias questões semelhantes muito enriquecedoras sobre a formação da identidade e a formação da autoestima no desenrolar dos primeiros encontros da criança com a mãe e a família e/ou a comunidade em geral, tocou no cerne da questão do autoconhecimento.

Neste sentido, Maria de Lourdes Teodoro comenta sobre a questão de quando o reconhecimento de ser negro vem de fora, quando alguém diz: você é negro. E elucida de modo brilhante à questão do sentimento de pertença, como a criança se forma e a identidade se forma e a autoestima também, a partir da primeira relação, dos primeiros olhares, da mãe, do pai, dos parentes mais próximos, dos familiares para essa criança, para esse bebê. *“Quando apostam, quando investem, quando afirmam positivamente suas características, sua beleza, seus dons: Ah! Como você é linda Vanessa, como você é inteligente! Tudo isso são estímulos positivos, para que você se identifique. Dificilmente pessoas de fora, sejam crianças, sejam adultos, vão realmente produzir um sentimento de humilhação em você se essa sua imagem pessoal tiver sido construída de forma amorosa, contínua, segura, fraterna, amorosa em casa. Isso aí ninguém tira. Aquilo que é forte lá dentro, que tem raízes, bem-estar, autoestima própria, quando isso vem do berço, nenhum branco racista por pior ou melhor que seja na linguagem racista, vai te destruir de fato. Pode te abalar, evidentemente, machucar, fazer sofrer, mas não tirar a sua capacidade de autodefesa de se colocar, de chamar o outro à razão, de enquadrar o outro, mesmo que seja seu chefe, seja quem for. Isso não se abre mão. Agora isso da identidade da criança pequenininha lá, que vai se formando a partir do olhar da mãe, do pai, dos familiares, do ambiente escolar e vai se expandindo nesse mundo. O ser humano se forma exatamente porque ele tem o outro ali como espelho, que permite que ele tenha percepção de sua imagem corporal. Junto a isso se agrega com o tempo a subjetividade, a percepção de si mesmo, desgarrado dessa unidade que é a mãe. E vai construindo a subjetividade nessa relação e na*

relação com o outro. É uma relação para toda uma vida, nós estamos sempre sendo e nos transformando um pouquinho a partir dos relacionamentos que temos, todo mundo nos influencia. Nós não somos uma rocha fechada inquebrantável impenetrável, pelo contrário, somos porosos, esponjas. Se identificar é isso de você ter uma empatia com alguém assumir para si ou reconhecer que há já em você valores semelhantes àqueles. Ou perceber que não tem, mas você quer para si. Você toma para si o que vê do outro. Isso é uma identificação consciente. Finalizando essa pergunta, comenta que, se você é negra e é muito mais que isso, tá longe de a cor da pele ser o essencial, não é o essencial do que somos, não é, não pode ser, não deve se tornar. É algo que a gente precisa e deve conhecer, reconhecer compreender, inclusive conhecer cientificamente para se cuidar, se proteger. Mas não fazer disso um pequeno cárcere privado. Identidade só existe quando há reconhecimento da identidade. Por isso é importante você saber que você é Vanessa, que você é negra, afro-brasileira, historiadora, saber que você é muito mais do que apenas ser negra. Esse é um episódio biológico que faz parte dos acontecimentos biológicos da vida. E saber que fortalecer sua identidade passa, às vezes, por aceitar o que vem de fora. Ela é construída na relação com o outro sempre, desde o berço até quando você estiver viva. A sua identidade existe, mas ela bebe do que vem de fora para se definir, ou você se contrapõe a algo que vem ou você acolhe, aí depende de você ou de como você está organizada psiquicamente, egoicamente para lidar com o que vem de fora, por isso é muito importante o autoconhecimento. Para não se deixar massacrar pelo discurso que desqualifica esteticamente, o discurso que desqualifica emocionalmente. Quanto mais você sai desses lugares previstos para você, mais você vai compreender o que acontece no racismo”.

O psicanalista Diego fala sobre construção social em que o branco é visto como coisa boa e o negro como coisa ruim. E tem negro que fica se identificando com o discurso do branco. Sobre isso, Maria de Lourdes comenta que: “Se a pessoa se dá conta de que ela está alienada de si mesma, ignorando sua própria realidade e está completamente identificada com valores, modos de ser, fazer e falar brancos, pode ser uma questão. O Brasil não tem uma cultura branca, porque uma coisa que a antropologia chamava antigamente de traço cultural, são alguns costumes, modos de

fazer que pode estar na culinária, na religião, no modo de se vestir, em alguns rituais familiares. Isso faz uma cultura? Eu não dou conta de aceitar essa ideia de cultura. Reconheço saberes tradicionais, etnosaberes, os saberes tradicionais indígenas, resadeiras, no Terreiro de Candomblé de uma Mãe de Santo, sem a menor dúvida, possui uma grande forma de conhecimento, muito precioso, muito importante, merece todo respeito, todo cuidado, todo esforço para que seja preservado, mantido e respeitado. O Candomblé é o maior espaço onde se contentam valores de origem africana, com certeza. Eu acho uma que é uma grande sabedoria olharmos para a cultura brasileira como essa cultura que se compõe de contribuição asiática, africana, europeia, indígena. Eu não abro mão de nenhuma dessas características como patrimônio cultural pessoal. E penso que isso é a sabedoria, porque se quisermos considerar que a nossa cultura é só a cultura negra, como a gente quer dizer, mas quando falamos em cultura negra dificilmente estão pensando nos escritores, escritoras, na literatura. Estão pensando no Candomblé, na maior parte das vezes. O que eu vejo citar muito é o Congo, o Jongo, Maculelê, Capoeira. Então não posso reconhecer cultura só essas manifestações, para mim não tem sentido, não se sustenta, porque a cultura me dá arcabouço de pensamento, de olhar o mundo, de estar no mundo, de subverter esse mundo (...). Então acredito que a identidade individual ela será tão mais rica quanto ela estiver aberta ao que realmente está aí e que constitui o nosso mundo. Eu sou contra a clausura, contra as fronteiras, só não derrubo tudo porque não tenho esse poder. Se pudesse derrubava as fronteiras entre os países, inclusive. E acho que no caso da identidade, passa pelo nível pessoal, por você se reconhecer e reconhecer suas origens. Como dizia no início, a identidade não tem consistência, sem profundidade histórica. Isso tanto vale para a sociedade quanto para o indivíduo, para sua história pessoal, história dos seus pais, dos seus avós, dos lugares onde vocês moravam, os lugares que vocês ocuparam, do que vocês se apropriaram, a profissão que você escolheu ou está escolhendo. Tudo isso constitui a sua identidade, não é apenas a sua negritude biológica, são todas essas coisas, é muito rico isso tudo.

A mestrande Heloise se apresenta como residente do Estado de São Paulo, professora da Educação Básica, Educação Infantil e Ensino Fundamental. Seus apontamentos são: “sabendo que a identidade é formada a princípio na família, e

realmente a gente percebe isso, aquela criança que a família é cuidadosa, amorosa, receptiva, trabalha bem essa identidade de ser negra, ela vem para a escola muito mais resolvida em relação aos conflitos que são levantados – como a senhora falou: ‘e daí que eu sou negra, né?’ (...) como é que eu como professora, formadora, posso ajudar a criança a construir sua identidade, se na casa não foi feito isso? A gente que trabalha em escola pública, a maior parte de nosso público é negro”.

Resposta: Eu não tenho dúvida de que a escola pode fazer muita coisa. Já tive algumas experiências como professora de crianças e como convidada para falar em escolas sobre a questão racial. E o quanto as crianças, no início ficam desconfortáveis para tratar do assunto e no final dos encontros se abraçaram, se encontraram com eles próprios. A escola precisa ter cuidado com duas datas: 20 de novembro e 13 de maio. Para muitas crianças essas datas são ‘dia de inferno’. Por que muitas professoras só querem saber que houve escravidão, tortura na escravidão, instrumentos de torturas na escravidão, muitos sofrimentos. É bom que saiba disso, mas não no ensino básico, não acho que isso faça bem às crianças. Porque já tem o racismo, já tem os coleguinhas que ficam xingando, ainda vem mais isso? Vira massacre. Porém, essas datas, se tiverem espaço na escola, elas devem ser utilizadas para atividades de teatro, dando lugar de protagonismo a essas crianças. Levar cartazes de coisa positivas, de escritores negros, escritoras negras, contos, poemas bonitos, coisas que sejam positivas, imagens de cantores líricos, populares. Todo mundo pode ser feliz sendo tudo, sendo o que é. Também você pode ter um piloto de avião, cientistas negros. Fazer um trabalho que favoreça a autoestima da criança negra vai ajudá-la a perceber que é belo, bom e legítimo ser negro. Acredito que há muito a ser feito e espero que você Heloise venha a ser uma das pessoas incríveis que vai fazer muito pelas crianças negras e vai virar ideia, modelo, motivação para que outras professoras façam um belo trabalho pela identidade dessas crianças.

As últimas questões levantadas pelas mestrandas Elisangela Ferreira, Ana Lobo e Erika Carla Nogueira da Silva, foi respondida como em um bloco só. São questões sobre a autoestima da criança negra e alienação ao desejo do outro. Sobre essas questões considera: “*porque a pessoa se alienaria no desejo do outro, no modo de ser do outro, se seria por adesão ao sistema de poder, se pela fantasia de que através dessa empatia*

ou dessa identificação, estaria digamos, sob o guarda-chuva do poder da branquitude? Só que é uma mera ilusão, porque a branquitude não protege fora da branquitude epidérmica. Mas existem várias situações em que o sujeito recusa a própria identidade, mas parta aí do princípio de que a pessoa reconhece a própria identidade, tem noção, tem conhecimento da própria identidade. Essa é uma situação completamente diferente de uma pessoa que é alienada de si mesma, são duas coisas completamente diferente. A pessoa completamente alienada de si ou que, digamos, foi sempre criada no meio branco, uma pessoa negra que foi adotada por uma família branca. Às vezes isso acontece, que viu-se pela primeira vez no olhar de uma mulher branca e é uma criança negra. Há casos assim. Você não pode cobrar dessa pessoa e não é justo e é mesmo desumano, que ela se identifique ou deixe de ser, para vir a ser negra. Que é uma questão realmente biológica e epidérmico. É diferente da alienação cultural, política e econômica de quem é negra e vive no meio negro e recusa esse lugar. Aí sim, você pode falar de alienação plena. E, nesse caso se essa pessoa cresceu, viveu e foi amamentado por uma mãe negra e tem um incômodo de estar nesse meio e busca a identificação com valores branco, com essas pessoas brancas e para ele tudo que é bom é branco, todo mundo que é inteligente é branco, esse é um coitado de um alienado. E nesse caso renuncia a identidade, defesa contra a alienação, a aniquilação, que significa a pessoa pode viver em condições de vida tão desesperadora, racista, massacrantes que ela entende que para sobreviver naquele lugar, tem que sobreviver com esses valores. É uma questão de sobrevivência, isso precisa ser respeitado. O que não quer dizer que isso tem que ser mantido. Isso só quer dizer que a nossa revolução é muito complicada. Mas ela precisa acontecer algum dia. Não é possível que continuemos todos em silêncio, nos omitindo e sendo coniventes com essas situações de massacre. Por que essa pessoa poderia ser negra, se se sentir bem sendo negra e viver nesse meio branco e ser respeitado como negra. Mas a identificação que ela pode construir, conforme a educação que ela teve, se ela foi educada no meio branco é essa. Então o que está acontecendo nesse momento é que nós estamos correndo o risco de estarmos sendo profundamente cruéis uns com os outros. Cobrando de pessoas que sempre viveram em determinadas circunstâncias que elas deixem de ser o que são para dizer eu sou negra. A cultura brasileira é mais que só negra, é mais que só indígena, europeia, ela nunca foi. O fato da pessoa ser branca, ter muito dinheiro, viajar para Europa toda hora,

andar de jatinho, não faz dessa pessoa que nasceu no Brasil um europeu, eles são brasileiros e carregam como nós toda uma história que inclui escravidão, escravidão indígena, exploração violenta da mão-de-obra que mesmo os brancos pobres também são muito explorados, não é honesto nosso mercado de trabalho. A ideia do capitalismo, o poder do lucro, o poder do dinheiro fala muito alto mais em nossa sociedade que em muitas outras. Ela está entre as mais desiguais do planeta. Em alguns aspectos ela é a mais violenta no momento em relação a morte de pessoas negras encarceradas. É uma sociedade muito desigual os negros que ficam nessa coisa de que por serem negros não podem ir ao teatro, não podem ir não, não vão ao teatro, ao cinema, não ouvir uma orquestra, porque isso não é música de negro. Estão bobeando, estão perdendo muito, porque fica-se tentando desconstruir um discurso que é colonial, desmontar para reconstruir e ao mesmo tempo renunciando a todos os bens culturais que todos nós produzimos, porque não tem nada que tenha sido construído só exclusivamente por branco, não existe isso. Nós participamos de todos os processos, ainda que muitas vezes, na maior parte das vezes em condições subalterna, o que não deixa de influenciar de alguma maneira o meio onde estamos. Também estamos trabalhando como professores, cientistas, pesquisadores. A primeira pessoa que falou de Covid, que consegui mapear o genoma, tinha uma negra e uma branca, depois a menina negra nunca mais apareceu, no laboratório de biologia da USP, junto com a professora dela. Então temos que reconhecer que não estamos só na periferia, porque essa coisa de a gente não ser reconhecido como profissional liberal, como jornalista, como advogado, como professor universitário, como médico, enfermeira, odontologista, faz também com que nunca as pessoas brancas lidando conosco nos olhem, nos considerem naturalmente. Há uma falta de cortesia nessas relações que são bem doentias. A gente precisa saber que ser negro não é só ter a vassoura na mão, o avental no pescoço e varre a cozinha dos outros. Muitos de nós varremos nossas próprias cozinhas somente e fazemos mil outras coisas. Nós não podemos nos negar o direito a tudo que é humano, a todo conhecimento, a toda arte, a toda ciência que circula no planeta. Nós temos direito a tudo isso. Agora com esse aprisionamento no ser negro, cultura negra, eu acho que está havendo muita confusão, as questões de negro, pardo, moreno, mulato... está dividindo cada vez mais a população afro-brasileira. Eu penso que o termo afro-brasileiro reúne mais do que fragmenta. Eu sugiro de quem está

preocupado querendo aprofundar a questão, leia Frantz Fanon e Achille Mbembe – Crítica à razão negra. Eu traduzi recentemente de Frantz Fanon, Antilha e Africanos. Que é sobre como os antilhanos lidavam com a questão racial, antes de conhecer o racismo vindo dos brancos que estavam na Europa.

Ao finalizar o encontro considera a importância de se aceitar como se é, cada um com suas próprias características. Que essas características biológicas não são essenciais “se o outro nos coloca nesse lugar inferiorizado e subalterno por conta dessa aparência nos cabe desconstruir esse discurso de subalternização”. É a pessoa negra que deve tomar essa postura, tanto individualmente quanto em grupo social e é justamente isso que estão fazendo, a Professora Dra. Maria de Lourdes Teodoro e o Professor Dr. Christian Muleka Mwewa, “na ação criativa, na ação amorosa”. E assim se despede sempre educada, agradecendo e sorrindo.

8.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os comentários da Professora Dra. Maria de Lourdes Teodoro se detiveram em torno das questões acima apresentadas, Identidade e Autoestima relacionada às questões raciais. A importância da autoafirmação, dos vínculos afetivos iniciais formados entre os mais próximos ou na comunidade. E como bem salientou, a maneira como esses laços iniciais são formados, vão traçando um perfil de autoestima e segurança para a vida em geral e para saber lidar com essas questões de desvalorização que o outro tenta impor. Reportando entre as teorias psicanalíticas freudiana, lacaniana e a etnopsicanálise complementarista, fundamenta a importância da cultura e dos rastros históricos, que costura o passado ao presente. Neste sentido a história pessoal do indivíduo desde seus primeiros contatos com a mãe, seu grupo mais próximo como os familiares, seu ambiente, a comunidade e a história da formação da nossa sociedade, história da constituição como país e formação cultural. Todos esses fatores influenciam na formação da Identidade e Autoestima, portanto é preciso estar atento ao autoconhecimento, para conhecer o mundo lá fora e o mundo interior, aprender lidar de forma afirmativa com tais questões. Notamos a importância do papel da escola em relação a afirmação de uma identidade saudável que permita a criança se reconhecer e se identificar, se assumindo em suas origens dentro da cultura afrobrasileira.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, Theodor Wiesegrund. . **Métaphysique: concept et problèmes**. Paris, 2006.

A etnopsicanálise de Devereux no filme *Jimmy P.*: uma introdução à clínica transcultural.

DOMINGUES, Eliane; HONDA, Hélio; REIS, Juliana G. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pe/v24/1807-0329-pe-24-e38337.pdf>>. Acesso em: 02/10/2020.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. *Educação, histórias e sentido em Hannah Arendt*. In: Reunião Anual da ANPED. 31. Caxambu, 2008.

BOLLE, Willi. **Grandesertão.br: o romance de formação do Brasil**. São Paulo: Livraria Duas Cidades: Editora 34, 2004.

CLARO, Márcio. *Poema O Navio Negreiro*. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3j8XoDSOA-E>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CNPQ. Currículo do sistema de Currículo Lattes. Informação sobre Renata Marques Rodrigues. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4248676D2>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. *Conceito de Iluminismo*. In: *Os Pensadores. Textos escolhidos*. Tradução: Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 17-64 18.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 20002.

DAVID, Christophe. *Mínima metaphysica: notes sur Adorno et le sauvetage de la métaphysique*. In : ADORNO, Th. W. **Métaphysique: concept et problèmes**. Paris, 2006.

. **Dialectique négative**. Paris: Payot, 2007.

_____. *Dialética negativa*. Madrid: Taurus, 1986.

FLORES, Andre. Roda de Jongo. 2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ut1U7pTx87E>>. Acesso em: 23 jul. 2020

FREUD, S. (1976). O mal-estar na civilização. In *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos* (edição standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI (pp. 75-174). Rio de Janeiro: Imago. (Texto original publicado em 1930).

GAMBAROTTA, Emiliano. MIMESIS E IDENTIDADE POLÍTICA. UMA PROBLEMATIZAÇÃO ADORNIANA DA DEMOCRACIA. *Kriterion* vol.61 no.146 Belo Horizonte mai / ago. 2020 Epub 28 de setembro de 2020.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1988. v. I e II.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu Silva, Guaracira Lopes Louro. 10.ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 113.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLL, Hans-Günter. Postface. *émigration dans l'immanence: le mouvement intellectuel de la dialectique négative*. In: ADORNO, Theodor Wiesegrund. **Dialectique négative**. Paris: Payot, 2007.

KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MÁRMOL, M. del; MAGRI, G.; SÁEZ, M. L. *Acá todos somos independientes: Triangulaciones etnográficas desde la danza contemporánea, la música popular y el teatro en la ciudad de La Plata*. Março, 2017. Núm. 20. ISSN. 1988-3927

MORA, Ana Sabrina. *La redención como tópico em films sobre rap y break dance y su apropiación em Argentina: sentidos de uma prática e identidades culturales*. In: *Identity Mediations in Latin American Cinema and Beyond: Culture, Music and Transnational Discourses*, pág 258-276, Cambridge Scholars Publishing, 2019.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Trad. Ana Cecília Simões. Lisboa: Gradiva, 1996, p.17.

MOUFFE, C. *Por um Modelo Agonístico de Democracia*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 25, p. 165-175, jun. 2006

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p.16.

Seminário Nacional de Educação, Cultura e Formação de Professores (EduForP)

Periodicidade Anual – ISSN 2763-9185

V.1 – 2020

MÜLLER, Friedrich. Quem é o povo? A questão fundamental da democracia. Tradução de Peter Naumann. São Paulo : Max Limonad, 2003.

NOBRE, Marcos. **A dialética negativa de Theodor W. Adorno: a ontologia do estado falso**. São Paulo: Editora Iluminuras, 1998.

PRADO JR, Caio. Evolução Política do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Prismas: crítica cultural e sociedade. São Paulo, Editora Ática, 1ª Ed. 2ª Impressão, 2001.

PUCCI, B., ALMEIDA, J. de e LASTÓRIA, L. A. C. N. (Orgs.). **Experiência formativa & emancipação**. São Paulo : Nankin, 2009

RILEY, Patrick. Will and political legitimacy. Cambridge: Harvard UP, 1982.

TEODORO, Maria de Lourdes. Identidade e Autoestima.

Disponível em: < <https://brasiliarios.com/artigos/1444-identidade-eautoestima>>.

(Acessado em 22 de junho de 2020).

_____. Teoria da Semicultura. In: Educação e sociedade n. 56. Tradução Bruno Pucci, Cláudia B. M. de Abreu e Newton Ramos-de-Oliveira. 1996. p. 388-411.

_____. Teoria estética. Trad. Artur Mourão. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TIEDEMANN, Rolf. Introdução à edição alemã de passagens (1982). In: BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SOBRE OS AUTORES

Alex Sander da Silva

Doutorado em Educação; professor na UNESC (com estágio pós-doutoral na Unimep-Piracicaba); Editor Chefe da Revista Criar Educação - PPGE/UNESC

Alexandre Fernandez Vaz

Doutorado em Ciências Humanas e Sociais (Dr. Phil.) pela Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover, Alemanha; professor na UFSC (com estágio pós-doutoral na Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover; Pesquisador PQ 1C do CNPq.

Ana Sabrina Mora

Doutorado em Antropologia (UNLP-Argentina); professora na UNLP e UBA (Argentina); Pesquisadora do CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas.

Christian Muleka Mwewa

Doutorado em Educação (com estágio doutoral na Sorbonne-Paris 1); professor na UFMS (com estágio pós doutoral na UFSC-2017 e na UFSM-2018).

Emiliano M. Gambarotta

Doutorado em Ciências Sociais (UBA-Argentina); professor na UBA, UNLP e UNSM - Argentina (com estágio pós-doutoral na UFSC); Pesquisador do CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Cientificas y Tecnicas.

José Luiz C. Falcão

Doutorado em Educação (com estágio doutoral na UL-Portugal); professor aposentado pela UFG (com estágio pós-doutoral na UFES).

Maria de Lourdes Teodoro

Doutorado em Literatura Comparada (Université de Paris III - Sorbonne-Nouvelle); professora aposentada pela UNB (com estágio pós-doutoral em Harvard University, HU, Estados Unidos); Membro

Seminário Nacional de Educação, Cultura e Formação de Professores (EduForP)

Periodicidade Anual – ISSN 2763-9185

V.1 – 2020

Associado da
Sociedade Psicanálise de Brasília- SPB, filiada à FEBRAPSI - Federação Brasileira de
Psicanálise, filiada à IPA
- International Psychoanalytical Association (Londres), onde fez formação em
Psicanálise.

Mariana Lúcia Sáez

Doutora em Antropologia (UBA-Argentina); professora na UNLP-Argentina (com
estágio pós-doutoral na
UBA com bolsa do CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y
Técnicas)

Renata de Lima Silva

Doutorado em Artes (com estágio doutoral na Faculdade de Motricidade Humana em
Lisboa-Portugal); Professora na UFG (com estágio pós-doutoral na UNESP- 2011 e na
UFBA-2020)

Renata Marques Rodrigues

Doutorado em Educação (Universidade Federal de Santa Catarina); professora na
Universidade Federal do
Espírito Santos (UFES).